

# Avante!

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 57 - Série VII - N.º 694  
16 de Abril de 1987  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Meska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

## REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL

### Semana /

Avante!  
Ano 57 - Série VII  
N.º 694  
16 de Abril de 1987  
3.º Caderno  
Não pode ser vendido  
separadamente

## A solução da crise: governo democrático

Nota do Comité Central do PCP

1. A demissão do Governo PSD de Cavaco Silva, resultado da aprovação da moção de censura na Assembleia da República assume um significado que tem necessariamente de estar presente, quer se considere a solução da crise. A demissão do Governo representa a concordância e a renúncia do político de direita e a afirmação da necessidade e vontade de uma política democrática — claramente expressa na poderosa movimentação social e no desenvolvimento da convergência das forças democráticas na Assembleia da República e em várias áreas da vida social e política nacional.
2. Seria inconstitucional e inconstitucional a formação de um novo governo de Cavaco Silva e do PSD porque uma maioria da Assembleia votou a sua demissão, e porque os efeitos desastrosos da política do Governo demitido, a sua actuação inconstitucional, ilegal, de arrogante rebeldia institucional e de exploração proposta de liquidação do regime democrático, colocaram e colocam como um imperativo nacional por termo a política de direita.
3. O Comité Central sublinha a grande deturpação da reacção e a grande vitória do democrático (de que muitos democratas não foram ainda conscientes) que representa a demissão do Governo PSD de Cavaco Silva, que preparava as condições de desmantelamento da crise e de um processo que conduzisse à realização de eleições antecipadas, no momento por ele escolhido, nas condições por ele escolhidas e utilizando o poder, o aparelho e os recursos do Estado, ou órgãos públicos da Comissão Social para fazer o voto do eleitorado e se instalar no poder por tempo indefinido.

O Comité Central concluiu em três pontos a proposta do PCP para a solução da crise.

### Obras escolhidas de Lênine em 6 tomos

A venda de 5.º Tomo — 500\$00 — inclui também um pequeno tratado de Lênine sobre a importância da educação para os jovens.



Na tarde de segunda-feira, durante um intervalo da reunião do Comité Central do PCP, Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, Carlos Ramaldes, suplente da Comissão Política, e Vítor Neto, membro suplente do CC, encontraram-se com os representantes dos órgãos de comunicação social. Álvaro Cunhal referiu algumas conclusões que já era possível tirar da discussão e respondeu depois a algumas questões colocadas pelos jornalistas.

As perguntas incidiram sobretudo nas posições do PCP sobre a formação de um governo de gestão no caso de serem convocadas eleições antecipadas. Álvaro Cunhal voltou a frisar que os comunistas continuarão a bater-se para evitar eleições e para que seja conseguida a formação de um governo democrático com a actual composição da AR. No entanto, referiu, caso o Presidente da República opte pela realização de eleições, é indispensável um governo que garanta a isenção e o cumprimento da legalidade democrática — o que o executivo de Cavaco e do PSD já demonstraram não assegurar.



«O 25 de Abril deve constituir uma afirmação inabalável da vontade democrática e popular de uma solução da crise conforme aos interesses do Povo e do País, como o 1.º de Maio deve ser a do papel dos trabalhadores na vida nacional e na luta em defesa dos seus interesses vitais, das conquistas democráticas do povo português, do regime democrático e da independência nacional.»

### Editorial

## Esmagadora vitória eleitoral PCP/APU na freguesia de S. João do Campo no concelho de Coimbra

Semana / Pág. 14



Encontro da delegação do PCP e do Partido «Os Verdes» no CT da Soeiro Pereira Gomes

## ENCONTRO PCP — VERDES

Realizou-se na passada 3.ª feira no Centro de Trabalho do PCP da Rua Soeiro Pereira Gomes, um encontro entre delegações do Partido Comunista Português e do Partido «Os Verdes» durante o qual foi examinada a actual situação política nacional.



Aspecto do comício de amizade realizado no cinema Alvalade em Lisboa e em que usaram da palavra os camaradas Álvaro Cunhal e Gerardo Iglésias

## AMIZADE PCP-PCE

«A convite do Partido Comunista Português visitou Portugal, entre 7 e 11 de Abril, uma delegação do Partido Comunista de Espanha dirigida por Gerardo Iglésias, Secretário-Geral do PCE, e integrando ainda Julio Setien, membro do Secretariado, e José Palau, membro do Comité Central.

Págs. 8, 9, 10, 11, 12 e 13/Semana

## Entrevista exclusiva de Gerardo Iglésias ao «Avante!»

Págs. 2 e 3 Em Foco

## Em Foco

JUVENUDE EM FESTIVAL

AMAR O TEJO VIVER A PAZ

GUERRA DAS ESTRE A UTILIZACAO PACIFICA DO G

PAZ PACE

Avante!  
Ano 57 - Série VII  
N.º 694  
16 de Abril de 1987  
3.º Caderno  
Não pode ser vendido separadamente

## Solução democrática da crise

**O**s acontecimentos posteriores à demissão do Governo minoritário Cavaco Silva/PSD e alguns factos agora emergentes do estado de coisas resultante da orientação e da prática política da equipa governante demitida confirmam largamente a justeza da decisão tomada pela maioria da Assembleia da República em 4 de Abril e as razões profundas que a motivaram.

A demissão do Governo cavaquista não foi o resultado de uma iniciativa voluntarista ou um episódio de guerrilha interpartidária no seio das forças democráticas, como pretendem os círculos oficiais e oficiosos da direita.

A aprovação da moção de censura na AR e a consequente demissão do Governo representam — como é salientado na Nota do Comité Central do PCP, de 13 último — «a condenação e a rejeição da política de direita e a afirmação da necessidade e vontade de uma política democrática».

O Governo agora terminantemente derrotado e demitido dispôs de consideráveis meios financeiros oriundos de factores externos — e não acumulados por obra e graça dos seus méritos — que permitiriam apresentar com fins demagógicos uma resposta embora muito limitada e circunstancial a alguns dos problemas sociais e económicos mais agudos engendrados por uma persistente política de desumana austeridade contra os trabalhadores e outras classes mais desfavorecidas do nosso leque social, por uma política objectivamente antipopular e antinacional de índole abertamente antidemocrática.

O Governo demitido de Cavaco Silva e do PSD não quis nem soube aproveitar esse caudal excepcional de dinheiro que roça os 300 milhões de contos e preferiu capitalizá-los num «saco azul» eleitoralista em benefício próprio visando a corrupção dos eleitores materialmente mais dependentes e politicamente menos conscientes.

O povo português foi duramente sacrificado pela acaparação governamental à revelia do Orçamento do Estado de um elevado diferencial entre os preços de importação de produtos de que fortemente dependemos do exterior e os altos preços pagos pelo consumidor no mercado nacional.

**Q**uando se fala na origem externa dos capitais acumulados tem importância sublinhar que tais meios financeiros excepcionais não são também o produto de uma «sábia» política externa cavaquista nos domínios do comércio ou de uma tendência hodierna do mundo capitalista para o progresso material e social dos povos.

Trata-se de meios oriundos de uma conjuntura externa transitoriamente favorável para o nosso

país e que o Governo demitido de Cavaco Silva e do PSD, por razões da sua natureza de classe, não quis nem foi capaz de utilizar em benefício da economia nacional e da elevação das condições de vida dos trabalhadores e do povo.

Nos domínios da nossa política externa a celebração da adesão de Portugal à CEE tem-se saldado por sérios reveses e prejuízos para o nosso país já neste primeiro ano da nossa imponderada integração nas Comunidades Europeias. Acentuaram-se numa escala impressionante os factores da nossa dependência externa relativamente aos países industrializados da Europa capitalista e os desníveis e desequilíbrios da nossa economia.

Só nos primeiros dois meses do ano em curso o défice do nosso comércio com os restantes países da CEE, que no ano de 1986 passou de saldo positivo para negativo, agravou-se em 62%!

Portugal sob a pressão dos parceiros mais desenvolvidos do Mercado Comum foi agora obrigado a pagar mais de 3 milhões de contos para custear o armazenamento e a transformação de «excedentes» de manteiga e de produtos lácteos para que não contribuíssemos e de que somos deficitários.

Nestes primeiros 15 meses de adesão comprovou-se não somente que o PCP tinha razão quando denunciava as consequências e as condições da negociação do «Acordo», como se comprovou que só o PCP no plano político interno e por intermédio dos seus representantes no Parlamento Europeu se bateu consequentemente pela defesa dos interesses nacionais, da valorização dos nossos recursos, dos nossos operários, agricultores e industriais no seio da CEE.

**S**ignificativamente, depois da demissão do Governo vem ao de cima com maior nitidez e densidade as distorções e graves efeitos da sua política social e económica, a corrupção e as fraudes reinantes nas esferas da administração e do aparelho produtivo do Estado.

A burla no IAPO (Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos) monta a 26 milhões de contos. O esbulhamento do monopólio do Estado no comércio de cereais da EPAC, em benefício das grandes multinacionais do ramo, salda-se já em mais de 1 milhão de contos. Só a Contiluso, filial do «trust» Continental Grain, arrecadou neste curto período mais de 470 000 contos de lucros e a Lusograin, filial da Dreyfus, abichou por sua vez um lucro superior a 288 700 contos. Um total de 1 064 228 contos foi quanto a extinção do monopólio do Estado do comércio dos cereais por iniciativa do ministro Álvaro

Barreto meteu nos bolsos do capital privado multinacional.

Os preços que o Governo prometeu baixar, subiram no mês de Janeiro cerca de 2% e a taxa de inflação que Cavaco garantiu reduzir para 8%, subiu já para 10,9%.

Desnecessário é dizer que a carga principal destas distorções e agravamentos tomba principalmente sobre os trabalhadores. O desemprego não conhece diminuições, os salários em atraso continuam sem solução, aumentam as práticas ilegais na contratação e recrutamento de trabalhadores em regime precário selvagem.

São factores que estão na veemente condenação e rejeição do Governo demitido e da sua política, são razões de sobra que estão no âmago da poderosa movimentação social de massas e no desenvolvimento da convergência dos partidos democráticos na Assembleia da República e em múltiplas áreas da vida social e política do País.

**C**ompreende-se por que as corporações patronais, toda a direita restauracionista e todos os que sob a máscara da «democracia» aspiram ao restabelecimento do poder dos monopólios reclamam eleições antecipadas como «legítima» saída da crise governativa e a manutenção como governo de gestão até às eleições da actual equipa cavaquista.

Um dos órgãos mais representativos da comunicação social da direita precisa mesmo e sugere a «natureza» e o «calendário» das medidas eleitoralistas de dissipação dos dinheiros públicos acumulados no «saco azul» pelo Executivo de Cavaco Silva.

Ferraz da Costa, da CIP, Casqueiro, da CAP, Crespo de Carvalho, da CCP, à saída dos encontros com o Presidente da República, desenvolvem em uníssono a mesma argumentação. O primeiro diz mesmo à saída de Belém, num claro intento de pressionar a decisão presidencial, que «não temos dúvidas que vai haver eleições antecipadas».

Torres Couto, o outro «parceiro social» dos representantes da CIP, da CAP e da CCP, exprime numa forma apropriada à posição divisionista da UGT, uma atitude que sob a discordância de fachada das eleições antecipadas significa de facto uma posição contra algumas das soluções para a crise das mais possíveis e consentâneas com os interesses do País e do regime democrático no quadro actual da AR.

O PSD e o CDS defendem compreensivelmente com denodo a realização de eleições antecipadas a curto prazo e a manutenção do actual Governo em regime de gestão. Um e outro dos partidos da direi-

# Resumo

8

Quarta-feira

Mário Soares afirma que pretende tomar uma posição sobre a crise «provavelmente logo após o 25 de Abril» ■ Sindicatos do distrito do Porto discutem em plenário a situação política e social e as comemorações do 25 de Abril e 1 de Maio ■ O grupo parlamentar do PCP pergunta em requerimento se o Governo tem conhecimento de algum plano da CEE para fazer da ria Formosa uma enorme zona para turismo de luxo ■ Trabalhadores da Cometa concentram-se junto à sede da empresa exigindo o pagamento dos salários de Março, a viabilização da empresa e defendendo o seu caderno reivindicativo ■ É anunciado para 16 de Maio o primeiro encontro nacional de comissões de trabalhadores ■ É declarada inconstitucional a desnacionalização da TUCO-Turismo e Comércio, e da STAL-Sociedade Torrejana de Automóveis ■ PCP, PS e PRD repudiam em Viseu as propostas de Manuel Cadilhe, administrador judicial da Companhia Portuguesa dos Fornos Eléctricos, para o futuro da empresa ■ O «Ariane» está ultrapassado e não interessa a Moscovo; mas interessa a «alguns círculos franceses» prejudicar a cooperação com a URSS e daí a questão da espionagem, comenta um especialista soviético em tecnologia espacial ■ É posto fim ao cerco do campo de refugiados palestinos de Burj-Brajneh; o cessar-fogo e a intervenção da Síria permitiram ontem cancelar o cerco de Chatila.

9

Quinta-feira

Álvaro Cunhal e Gerardo Iglésias participam num comício de amizade PCP-PCE em Lisboa ■ «A Assembleia da República, com a sua actual composição, tem condições para formar um governo que conta à partida com uma maioria» — escreve Tito de Morais, presidente do PS, no «Acção Socialista» ■ Trabalhadores dos transportes concentram-se no Terreiro do Paço contra o desmantelamento do sector empresarial do Estado e a «flexibilização» dos horários de trabalho, por aumentos salariais justos ■ O destacamento norte-americano da base das Lajes defrauda o fisco português em 100 mil contos por ano, denuncia Álvaro Monjardino na Assembleia Regional dos Açores ■ O Supremo Tribunal da Irlanda declara inconstitucional o Acto Único Europeu, pelo que este documento não poderá entrar em vigor ■ O FMI e o Banco Mundial discutem em Washington as perspectivas económicas mundiais e a sua estratégia futura ■ A Câmara dos Representantes dos EUA rejeita por esmagadora maioria o Orçamento proposto por Reagan para 1988 ■ Mikhail Gorbachov inicia uma visita oficial à Checoslováquia ■ A Internacional Socialista apela em Roma aos EUA e à URSS para que assinem um acordo sobre a eliminação dos mísseis de médio alcance na Europa ■ Falece o escritor cubano Manuel Cofiño.

10

Sexta-feira

A AR condena por unanimidade o acto eleitoral que a Indonésia pretende realizar

em Timor-Leste no dia 23 ■ Sindicatos manifestam suspeitas de fraudes e des-caminho de dinheiros públicos na Icesa, empresa da construção civil devolvida ao grupo Quinas em 1980 que tem, desde então, beneficiado de vários apoios do Estado mas está quase paralisada ■ Cavaco Silva parte para uma visita à RP da China, Macau e Tailândia ■ O professor Simões Lopes é eleito reitor da Universidade Técnica de Lisboa ■ Um milhão de espanhóis estão em greve por aumentos salariais e melhores condições de trabalho: transportes, hospitais públicos, segurança social, construção civil, médicos, entre outros sectores ■ M. Gorbachov anuncia em Praga que a URSS suspendeu o fabrico de armas químicas e está pronta para discutir os mísseis de curto alcance independentemente de um acordo para a redução dos mísseis de alcance médio na Europa.

11

Sábado

«Amar o Tejo, viver a Paz» é o lema do Festival que se realiza no fim-de-semana em Lisboa ■ Deputados do PCP



visitam Alfama e Mouraria e anunciam um projecto de lei que vão apresentar este mês sobre a recuperação urbanística dos bairros históricos ■ Reúne em Évora o 6.º Plenário Nacional do MURPI ■ Realiza-se o 1.º Congresso dos Sindicatos do distrito de Viana do Castelo ■ Com um comício no Porto termina a visita a Portugal de uma delegação do PCE dirigida por Gerardo Iglésias ■ Oscar Scalfaro, primeiro-ministro italiano indigitado, democrata-cristão, inicia consultas para a formação de novo governo; este processo é para a imprensa «o prelúdio de eleições antecipadas» ■ Milhares de sul-africanos exigem na Cidade do Cabo a libertação dos presos políticos, particularmente de cerca de 10 mil crianças detidas desde Junho ■ Falece com 83 anos Erskine Caldwell, escritor e jornalista norte-americano.

12

Domingo

A APU vence, com maioria absoluta, as eleições para a Assembleia de Freguesia de São João do Campo ■ Um encontro promovido pela União dos Sindicatos de Aveiro discute emprego e desenvolvimento ■ O Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros e Despachantes em Empresas alerta que 70% do pessoal que presta serviço como ajudante de despachante pode ficar inactivo nos próximos 3 anos ■ As ORT's do Entrepósito Industrial de Setúbal denunciam em conferência de imprensa a ameaça de 300 despedimentos e alienação do património na empresa ■ Uma fuga de material radioactivo obriga a parar a produção de combustível nuclear na central de Tricastin, em França ■ O presidente brasileiro José Sarney manifesta-se favorável a sanções globais e efi-

cazes contra a África do Sul em entrevista à revista moçambicana «Tempo» ■ Centenas de milhares de pessoas desfilam nas principais cidades australianas pela paz e pelo desmantelamento das bases nucleares dos EUA no país ■ O Partido Liberal, de Nakasone, perde cerca de cem lugares nas eleições autárquicas no Japão ■ A Federação Nacional - Partido Trabalhista vence as eleições gerais nas ilhas Fidji, pondo fim a 17 anos consecutivos de governação conservadora.

13

Segunda-feira

O Presidente da República convoca o Conselho de Estado para 22 de Abril ■ Reúne o CC do PCP ■ É assinado o acordo luso-chinês sobre a transferência da administração de Macau ■ A União dos Sindicatos de Lisboa promove um Encontro de dirigentes e activistas sindicais e de CT's do distrito ■ A CT da EPAC denuncia o adiamento pela Lusograin do transporte de milho de Espanha; esperando a abolição de uma taxa alfandegária, esta empresa privada criou uma situação de pré-ruptura no abastecimento ■ A Câmara Municipal de Lisboa discute a recuperação do Bairro Alto ■ Carlos Duarte, da JCP, denuncia em Luanda, no 2.º Congresso da JMPLA, as actividades antiangolanas em Portugal ■ O PC italiano propõe um novo governo de coligação a seis outros partidos para evitar eleições antecipadas em Junho ■ As organizações principais da resistência palestina reúnem em Argel para preparar o Conselho Nacional com início marcado para dia 20 ■ Chega a Moscovo para uma visita oficial de 3 dias o secretário de Estado dos EUA George Shultz ■ Chun Doo Hwan suspende as negociações com a oposição e recusa-se a aceitar eleições presidenciais directas ■ Falece em Copenhaga Jorgen Jensen, presidente do Partido Comunista da Dinamarca.

14

Terça-feira

O Presidente da República inicia contactos formais com os partidos políticos sobre a crise política ■ O défice da balança comercial portuguesa agravou-se em 36 milhões de contos (62%) em comparação com os dois primeiros meses de 1986, revela o INE ■ Com «Cultura e criatividade no Portugal de Abril» inicia-se um ciclo de colóquios da Associação 25 de



Abril integrados no 13.º aniversário da Revolução ■ A Federação dos Ferrovias entrega mais um pré-aviso de greve para o período de 20 a 27 de Abril, para obrigar o CG a negociar a revisão do acordo de empresa e aplicar o regulamento de carreiras ■ Reúne em Lisboa o plenário de dirigentes e activistas sindicais do sector químico e farmacêutico ■ O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa acusa o MEC de «clientelismo e compadrio» na nomeação de conselhos directivos ■ Parte para Moscovo a delegação da JPC que vai assistir ao XX Congresso do Komsomol ■ O democrata-cristão italiano Luigi Scalfaro desiste das tentativas para formar governo.

ta, ambos com ambições hegemónicas de chefia da direita e de conquista da maioria absoluta da direita no caso de novas eleições, cujo processo fraudulentamente controlem, trabalham activamente para fazer renascer das cinzas a «AD» de 79/80.

É a este verdadeiro «frentismo» da direita que é imperioso opor a acção convergente dos partidos democráticos e a vontade popular de uma alternativa de governo e de política.

O Comité Central do PCP na sua reunião de segunda-feira precisa em três pontos a sua proposta para a solução da crise:

1) A exoneração mais rapidamente possível do Governo demitido de Cavaco Silva;

2) A formação de um governo no quadro actual da Assembleia da República, com base na maioria de deputados dos partidos democráticos que votaram a moção de censura;

3) A não realização de eleições antecipadas, e no caso da sua indesejável convocação, a formação de um governo de gestão sério e isento, garantindo a democraticidade do processo e do acto eleitorais.

O momento é de entendimento e convergência dos partidos democráticos e não de agravamento das discrepâncias na busca de soluções democráticas para a crise governativa.

A grande derrota da reacção e a grande vitória da democracia que representa a demissão do Governo Cavaco/PSD não podem agora diluir-se e perder-se nas divergências em torno de uma alternativa viável e de uma solução democrática da crise no quadro da actual Assembleia da República.

É necessário e imprescindível intensificar a acção política das forças democráticas (ao nível das massas e nas relações com os democratas dos outros partidos e independentes) pelos objectivos acima expressos, que a Nota do CC do PCP que noutro lugar publicamos desenvolve mais largamente.

Naturalmente é o Presidente da República que tem a palavra a dizer no plano institucional mas é aos trabalhadores, aos agricultores, à juventude, às mulheres, «a todos os que sofreram e sofrem as consequências da política de direita» que cabe um papel determinante nessa solução democrática da crise.

O 25 de Abril deve constituir uma afirmação inabalável da vontade democrática e popular de uma solução da crise conforme aos interesses do povo e do País, como o 1.º de Maio deve ser a do papel dos trabalhadores na vida nacional e na luta em defesa dos seus interesses vitais, das conquistas democráticas do povo português, do regime democrático e da independência nacional.

**Avante!**  
Proletários de todos os países - UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45  
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa  
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heská Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tipagem média do mês de Março: 30 788

# A solução da crise: governo democrático

## Nota do Comité Central do PCP

**1.** A demissão do Governo PSD de Cavaco Silva resultante da aprovação da moção de censura na Assembleia da República assume um significado que tem necessariamente de estar presente quando se considera a solução da crise. A demissão do Governo representa a condenação e a rejeição da política de direita e a afirmação da necessidade e vontade de uma política democrática — claramente expressas na poderosa movimentação social e no desenvolvimento da convergência dos partidos democráticos na Assembleia da República e em várias áreas da vida social e política nacional.

**2.** Seria insustentável e inadmissível a formação de um novo governo de Cavaco Silva e do PSD porque uma maioria da Assembleia votou a sua demissão, e porque os efeitos desastrosos da política do Governo demitido, a sua actuação inconstitucional, ilegal, de arrogante rebeldia institucional e de expresso propósito de liquidar o regime democrático, colocaram e colocam como um imperativo nacional pôr termo à política de direita.

**3.** O Comité Central sublinha a grande derrota da reacção e a grande vitória da democracia (de que muitos democratas não tomaram ainda consciência) que representa a demissão do Governo PSD de Cavaco Silva, que preparava ele próprio o desencadeamento da crise e de um processo que conduzisse à realização de eleições antecipadas, no momento por ele escolhido, nas condições por ele escolhidas e utilizando o poder, o aparelho e os dinheiros do Estado, os órgãos públicos da Comunicação Social para falsear a vontade do eleitorado e se instalar no poder por tempo indefinido.

**4.** O Comité Central concretiza em três pontos a proposta do PCP para a solução da crise:

1.º A exoneração o mais rapidamente possível do Governo demitido de Cavaco Silva/PSD.

2.º A formação de um governo no quadro da actual Assembleia da República, com base na maioria de deputados dos partidos democráticos, estando o PCP pronto a viabilizar um governo do PS, do PRD ou de coligação PS/PRD, ou com composição não especificamente partidária, desde que (mediante acordos políticos negociados ou garantias programáticas) realize uma política democrática em áreas fundamentais da acção governativa. O CC sublinha que só a situação particular que se vive e a urgência de uma saída da crise induz a não insistir na participação do PCP no governo que, entretanto, é essencial para que uma verdadeira política democrática possa ser realizada e os graves problemas nacionais possam ser resolvidos.

É aberrante que se possa admitir uma nova maioria na actual Assembleia da República formada por partidos democráticos não com o PCP, mas com o CDS.

3.º A não realização de eleições antecipadas (recusando a arrogante exigência feita por Cavaco Silva) e no caso da sua indesejável convocação, a formação de um governo de gestão sério e isento, garantindo a democraticidade do processo e do acto eleitorais.

**5.** O Comité Central sublinha a necessidade de intensificar no imediato a acção política (ao nível das massas e nas relações com os democratas dos outros partidos e independentes) pela urgente exoneração do Governo Cavaco Silva e pela formação de um governo na base da maioria dos partidos democráticos actualmente existente na Assembleia da República.

**6.** As próximas comemorações do 25 de Abril adquirem este ano um significado especial, dado que se realizam num momento culminante da crise política e em vésperas das decisões relativas à sua solução.

As comemorações do 25 de Abril poderão e deverão ser uma poderosa expressão da convergência democrática e da vontade popular para pôr fim ao Governo da direita e assegurar uma alternativa com a formação de um governo democrático.

**7.** O Comité Central apela à convergência e à unidade para defender e continuar o Portugal democrático criado pela revolução cuja data no dia 25 se comemora.

O Comité Central do PCP apela aos trabalhadores, aos agricultores, aos intelectuais, à juventude, às mulheres, a todos os que sofreram e sofrem as desastrosas consequências da política de direita para que participem em massa nas comemorações.

O Comité Central do PCP apela aos partidos democráticos e a todos os democratas e patriotas independentes para que dêem o mais amplo e vigoroso apoio e participação às comemorações do 25 de Abril.

O Comité Central apela aos membros do Partido e da JCP para que empenhem os seus esforços e energias para que o 25 de Abril seja uma afirmação inabalável da vontade democrática e popular de uma solução da crise conforme com os interesses do Povo e do País.

O Comité Central apela também para que desde já se desenvolva a actividade necessária para que o próximo 1.º de Maio seja uma nova afirmação do papel dos trabalhadores na vida nacional e da sua luta em defesa dos seus interesses vitais, das conquistas democráticas do povo português, do regime democrático e da independência nacional.

13 de Abril de 1987

O Comité Central  
do Partido Comunista  
Português

## Obras escolhidas de Lénine em 6 tomos

À venda o 5.º Tomo — 500\$00 — Neste Tomo reúnem-se os principais textos de Lénine dos primeiros anos da construção do socialismo pelo povo soviético



## Manipulando

A manipular é que eles se entendem. Ligue-se a televisão, o rádio, folheiem-se os jornais e é um faltar vilanagem de declarações em concerto de uma nota só: a única saída para a crise é a realização de eleições, as cujas evidentemente devem ser preparadas com a manutenção do actual Governo em funções ditas de gestão.

Mas então não é evidente? Há na Assembleia da República forças bastantes para formar outros governos, com base em acordos, coligações, consensos — modalidades todas elas previstas e legalmente consagradas —, mas como o PSD não quer, o CDS não gosta, a CAP não aprova, o CPP não aceita, e a UGT não aplaude, há forçosamente que concluir que a única saída, a boa, a legítima é a realização de eleições antecipadas.

Os órgãos de (des)informação servem de resto às mil maravilhas para dar a tais argumentos o tom de «opinião pública», de «consenso popular», que, por mor das dúvidas, sempre dão um certo ar de maioria, essa maioria que alguns só invocam quando as coisas lhes não correm de feição.

A receita é simples. Começa-se por dar voz e imagem a um número tão diversificado quanto possível de organizações, para fazer crer que as mais diversas opiniões convergem num mesmo sentido. Que importa que PSD, CDS, CAP, CIP, CCP, UGT representem todos os mesmos interesses, que é, como quem diz, os do capital e da burguesia monopolista, do imperialismo, da iniciativa privada?

O que é preciso é que as siglas sejam mais que muitas. Em desespero de causa pode mesmo ressuscitar-se o MRPP, o PCP-ML e quejandos, para engrossar a voz dos que berram contra a formação de um governo de maioria de esquerda ou tão-simplesmente apoiado pelas forças de esquerda. Que todos, mas todos os males são suportáveis menos esse! Veja-se o Torres Couto, esse indefectível defensor dos trabalhadores, a declarar que **eleições não se no Parlamento se formar um governo coerente e estável, mas eleições sim se a alternativa for um governo de maioria de esquerda.**

Podem de resto os trabalhadores dormir descansados que o insigne dirigente da UGT já garantiu que não teme as eleições e que no caso delas resultar «uma maioria de direita arrogante e de confrontação social» ela lá estará, a UGT, na primeira linha contra esse governo e essa política. Porque o perigo para o País não é a direita, mas a esquerda, com o papão do comunismo atrás, mais os seus maquiavélicos planos de justiça social, igualdade e democracia. Para onde iriam então os investimentos estrangeiros, a confiança da iniciativa privada, a recuperação capitalista? Os trabalhadores até se arriscavam a morrer de tédio sem o problema dos salários em atraso, a luta contra o desemprego, a exploração infantil, a discriminação feminina, as reivindicações por melhores condições de vida, a defesa da independência nacional. De resto, diz ainda Torres Couto, numa coerência assombrosa, se o País não puder ser poupado a eleições podemos ter a certeza de que o capital mais retrógrado trará da Suíça o dinheiro que aí tem depositado para financiar uma campanha que dê a Cavaco Silva uma vitória esmagadora, a fim de que este concretize os objectivos anti-sociais que a direita reclama. Deve ser por isso que Torres Couto não quer um governo de maioria de esquerda, preferindo a tal desgraça a realização de eleições. Com o actual Governo em funções, como reclama o PSD, a fim de que ao povo português não faltem as doses cavalares de intoxicação da opinião pública, as medidas eleitoralistas da praxe — tipo aumento das pensões e abonos, subsídios aqui e acolá —, as sondagens telefónicas e outras, a manipulação, a manipulação, a manipulação. É que a direita de há muito descobriu que uma mentira muitas vezes repetida acaba por tornar-se na verdade oficial. Para isso lá estão os prestimosos órgãos de (des)informação, matraqueando de manhã à noite o que «pensa e deseja» a maioria na óptica da minoria, ou seja, aquilo que querem pôr toda a gente a pensar. Se as forças de esquerda sabem disto o estranho é que se deixem manipular, como parece suceder com o PS e o PRD.

Mas ainda estão a tempo de entender que a manipular é que a direita se entende, não as forças democráticas.

■ A. F.

### Trabalhadores

## Beleza pode gabar-se

# A saúde está doente e há médicos desempregados

Em Janeiro a ministra da Saúde desvinculou 1500 médicos. Agora, o Hospital de Vila Franca de Xira, por exemplo, tem 3 médicos na urgência durante o dia em vez dos 10 que costumava ter e apenas um à noite no banco, quando tinha habitualmente 3 ou 4.

Os jovens médicos desvinculados, no desemprego há 3 meses, afirmaram-se dispostos a ir «para qualquer lado. Em Beja abriram 8 vagas e apareceram 300 candidatos. Em Leiria havia 300 candidatos para uma vaga. Em Portalegre a proporção foi de 500 para 14 lugares.

Esta situação foi denunciada em conferência de imprensa realizada na passada semana. Mais uma vez a Comissão Nacional dos Médicos Desvinculados recordou que Leonor Beleza nunca os recebeu, mas têm tido apoio da Ordem dos Médicos (onde se realizou este encontro com a comunicação social) e do seu bastonário, dos sindicatos médicos e da Comissão Parlamentar de Saúde. «Ninguém até hoje nos disse que não temos razão» — afirmaram Luísa Serrano, Elsa Mourão, Teolindo Corião e Maria José Gordo.

### Um crime público

«Na actual situação da saúde portuguesa o desemprego médico é um crime público» — afirmava o Sindicato dos Médicos da Zona Sul em comunicado divulgado poucos dias antes da iniciativa da Comissão Nacional dos Médicos Desvinculados. «Primeiro, porque coarctá o direito ao trabalho de jovens médicos que foram admitidos em *numerus clausus* restritos e assim se vêem impossibilitados de continuar a sua formação e evolução profissionais. Segundo, porque as necessidades em meios humanos médicos são reais e são flagrantemente denunciadas, quer a nível hospitalar, quer a nível dos cuidados primários de saúde».

Dos 1500 médicos desvinculados há 3 meses, houve alguns que conseguiram contratos como tarefeiros em hospitais, outros fazem serviços nocturnos particulares mal pagos, outros ainda fazem internato à ordem: para poder progredir na sua formação profissional trabalham sem qualquer remuneração. Mas **mil desses médicos, pelo menos, não têm emprego.**

Entretanto, as urgências — onde se nota a falta de médicos — continuam assoberbadas de pessoas e a população «continua a ser pessimamente servida» — frisaram os representantes dos médicos desvinculados, recordando que no nosso país há apenas um médico para cada 400 habitantes.

«A ministra Leonor Beleza e os seus colaboradores podem pois vangloriar-se, ao fim de cerca de ano e meio de consulado, de terem conseguido o caos mitigado dos serviços de saúde e o desemprego médico» — concluía o comunicado do sindicato, apontando como objectivos fundamentais da luta «a reintegração de todos os médicos desvinculados e a abertura de novos concursos para as carreiras de clínica geral, saúde pública e hospitalar de acordo com as disponibilidades formativas e as necessidades dos serviços».

### Chefia de serviços hospitalares

A nomeação de 36 assistentes hospitalares do Instituto Português de Oncologia foi, logo no início do ano, considerada pela direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, como «mais uma prova de franca hostilidade para com a carreira hospitalar, favorecendo de modo escandaloso a carreira docente».

Mais de um milhar de médicos da carreira hospitalar aguardam há anos a abertura do concurso para habilitação de chefe de serviço hospitalar. Com a publicação, a 13 de Março, no «Diário da República», do aviso de abertura do concurso permitindo apenas a candidatura aos assistentes hospitalares da carreira docente, depararam com uma situação que o Sindicato da Zona Sul prontamente classificou de «ilegal, discriminatória e vexatória» e contra a qual anunciou várias iniciativas.

No «DR» de 13 de Abril foram, finalmente, contempladas duas importantes reivindicações dos médicos e do sindicato: dando cumprimento a um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo emitido há 3 anos, a ministra da Saúde do Governo demitido mandou retomar na fase em que se encontrava o concurso da habilitação para chefes de serviço hospitalar; foi também publicado o aviso de abertura de concurso para chefes de serviço hospitalar, ao qual podem ter acesso todos os assistentes hospitalares que reúnam as condições legais.

«Será finalmente anulado o concurso aberto ilegalmente para chefes de serviço hospitalar reservado unicamente a docentes?» — pergunta o sindicato.

### Leonor Beleza, ministra dos escândalos

A Administração Regional de Saúde de Portalegre insiste

## o MÉDICO e o SINDICATO

12  
DEZEMBRO 86  
JANEIRO 87  
PUBLICAÇÃO MENSAL

REVISTA DO SINDICATO DOS MÉDICOS DA ZONA SUL



COORDENADORA NACIONAL  
OPÕE-SE À POLÍTICA DE SAÚDE

CAOS NO BANCO DE S. JOSÉ

1500 MÉDICOS NO DESEMPREGO

*Reina o caos nos serviços de saúde, mas há quem insista que há médicos a mais. A imprensa sindical dos médicos tem denunciado várias situações, como a do banco de São José*

em desprezar a lei que rege os horários de trabalho — denunciaram os médicos de clínica geral de 80 por cento dos concelhos deste distrito reunidos no dia 1 de Abril no Hospital Distrital.

Segundo o decreto-lei 310/82, os médicos de clínica geral têm um regime de trabalho de 45 horas por semana, decomposto em 20 horas de consultas, 12 de serviço de urgência e 13 para saúde pública, investigação, estudo de casos clínicos, etc. Aquela ARS criou uma situação considerada «aberrante» num comunicado da Direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul: horários extensos, que ultrapassam 60 horas por semana e incluem vários períodos de serviço de urgência, «existindo casos em que os próprios médicos ficam devedores de horas ao Estado, pois as 24 horas de cada dia são insuficientes». Tudo isto

agravado por não terem qualquer remuneração ou folgas pelo trabalho ao fim-de-semana e extraordinário.

Durante, nomeadamente, a discussão do decreto-lei sobre gestão hospitalar, as estruturas sindicais médicas denunciaram por várias vezes a intenção da ministra da Saúde de nomear comissários políticos para os organismos dirigentes, Administrações Regionais de Saúde entre outros. Claro que a senhora Beleza negou sistematicamente tais acusações.

E não é que vem o «Diário da República» (10/2/87, 2.ª série) esclarecer isso mesmo: em despacho conjunto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a ministra nomeou a sua própria mãe representante do Ministério da Saúde na Comissão Interministerial para as comunicações europeias.

## ATÉ AMANHÃ CAMARADAS de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE  
E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO  
EM PORTUGAL

edições  
*Avante!*



Trabalhadores

# Informática em greve paralisa Segurança Social

## • Sindicatos acusam o Governo

Convocada para um período superior a nove dias no total, a greve na Informática de vários departamentos dependentes do Governo pode prolongar-se por todo esse período, afectando seriamente a Segurança Social. Anteontem, a Federação (FNSFP) e os sindicatos do sector, ao sublinharem a participação de 75 por cento dos trabalhadores no primeiro dia de greve (dia 14) responsabilizavam muito claramente o Governo pelos «atrasos que venham a sofrer os subsídios a pagar aos utentes, reformas, abonos, subsídios de doença, de desemprego e outros». Segundo a direcção nacional da Federação dos TFP, esses atrasos «poderão ser consideráveis» e, «por culpa dos governantes», poderão prejudicar muita gente. Entre os motivos da luta dos informáticos sobressaem os 30 por cento de subsídio que o Governo não lhes paga desde Outubro/Novembro do ano findo. Outras acções e lutas anunciadas ou a decorrer abrangiam outros sectores e locais de trabalho como a EDP.

Anteontem, primeiro dia de greve na Informática, todos os distritos, com excepção de Beja, foram afectados pela paralisação, causando prejuízos aos utentes.

A comissão executiva do conselho nacional da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) recorda «a intransigência dos membros do Governo», que levou os traba-

lhadores à greve.

O secretário de Estado da Segurança Social e o ministro do Trabalho são acusados pelos sindicatos de «falta de clareza dialogante e negocial».

Recorde-se que a greve abrange os trabalhadores da Informática dos Centros Regionais, do Centro Nacional de Pensões, da Misericórdia de Lisboa (apostas mútuas, nomeadamente) e da Direcção-Geral dos Recursos Humanos.

O complemento salarial (subsídio de 30 por cento) já tem regulamentação publicada. Desde 13 de Outubro que o diploma consta do «Diário da República».

### Menosprezo do Governo

As informações sindicais sobre a greve nacional dos trezentos

trabalhadores de Informática indicam menosprezo do Governo não só pelos direitos daqueles trabalhadores, como pelos direitos e interesses imediatos da população abrangida pela Segurança Social.

Motivos de promoção partidária, a exploração da crise para fins eleitorais, ou negligência apenas da parte de membros do Governo levam a Federação sindical a acusar publicamente a equipa governamental de fomentar o recurso à greve, para obterem dividendos partidários, lançando as culpas que lhe cabem para cima dos trabalhadores e dos sindicatos.

Recorde-se que os períodos de greve continuavam no princípio desta semana a abranger um total superior a nove dias, assim distribuído: 26 horas no dia 14; 74 horas a partir do próximo dia 23; 122 horas (mais de cinco dias) com início em 5 de Maio.



## Adesão às lutas coincide com mobilização para o 1.º de Maio

- Acções nos Transportes
- Continuam paralisações na CP
- Greve na Hotelaria

Sabia-se entretanto que as paralisações sectoriais na CP, com especial incidência nas oficinas, levam a um aumento crescente do material circulante avariado. A adesão às greves parciais tem mobilizado a quase totalidade dos dezasseis mil trabalhadores abrangidos por esta forma de luta, que se prolonga devido à notória intransigência do Governo e do conselho de gerência, que se recusam a negociar com os sindicatos representativos o regulamento de carreiras e o acordo de empresa. Um membro do conselho nacional da Federação sindical dos ferroviários (FNSF) disse na passada segunda-feira que a adesão à luta na CP tem sido da ordem dos 97 por cento dos abrangidos por esta terceira fase das greves parciais. Além da entrada em vigor do regulamento de carreiras, os trabalhadores em greve reivindicam 16,5 por cento de aumentos salariais. As paralisações na CP, se a situação não mudar, continuam, nesta fase, até ao próximo dia 19. As greves parciais têm especial incidência no pessoal de via e obras. Na passada segunda-feira estavam paradas em Santa Apólia vinte e uma locomotivas eléctricas. Trinta por cento do material estava avariado devida a forte adesão às greves.

### Greve na hotelaria da Enatur e outras lutas

Entre variadas acções e movimentação sindical unitário, a Federação da hotelaria marcava, para o próximo fim-de-semana, uma greve de dois dias na Enatur (Empresa Nacional de Turismo). Os trabalhadores da Enatur reclamam aumentos salariais de 16 por cento; passagem a efectivos de cerca de 200 trabalhadores contratados a prazo; e cumprimento do acordo de empresa pela administração.

Era entretanto desconvocada a greve na EDP, que inicialmente tinha sido marcada para ontem.

No sector dos Transportes, assinala-se a concentração da passada quinta-feira na Praça do Comércio, em frente ao respectivo Ministério. As acções desse dia, organizadas pelas ORTs do sector, incluíram ainda uma deslocação à Assembleia da República, onde foi entregue uma resolução aprovada pelos trabalhadores durante a concentração em Lisboa.

As várias acções e iniciativas sindicais e das comissões de trabalhadores marcadas ou já efectuadas esta semana, incluem apelos à participação em massa nas comemorações do 25 de Abril e do Primeiro de Maio, no sentido de fazer, mais uma vez, dessas datas vastas acções de luta, com grande participação popular.

# Plenário distrital Grave situação no Porto

## • Apelo à luta e à participação

Mais de quinhentos dirigentes, delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores, reunidos no Porto num plenário distrital em 7 de corrente, analisaram a grave situação social que se vive no distrito, devido sobretudo ao agravamento do desemprego, aos salários em atraso, às novas tentativas de despedimento, à inviabilização de empresas e embargos à contratação colectiva.

O plenário distrital, largamente

participado, considerou «criadas as condições para se encontrar uma alternativa» ao Governo demitido na Assembleia da República.

Essa alternativa deve inverter, segundo o plenário, «a orientação política seguida nos últimos dez anos».

A luta — salientou o plenário do Porto — «é o caminho certo e seguro para a resolução dos problemas concretos e para alterar a situação».

O plenário distrital, que se ma-

nifestou pela «imediate substituição» do Governo Cavaco, exortou os trabalhadores a prosseguirem e intensificarem as acções de massas, apelando à participação nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

A intensificação da luta tem por objectivos principais o pagamento dos salários em atraso, impedir os despedimentos, viabilizar as empresas e a condução

de acções reivindicativas pela revisão contratual.

A seguir ao plenário efectuaram-se no Porto acções convocadas por vários sindicatos e outras organizações de trabalhadores, em frente ao Ministério do Trabalho, anteontem, e na baixa portuense, ontem, dia 15, pelo emprego, pagamento de atrasados, pela semana de quarenta horas e pelos direitos sindicais.

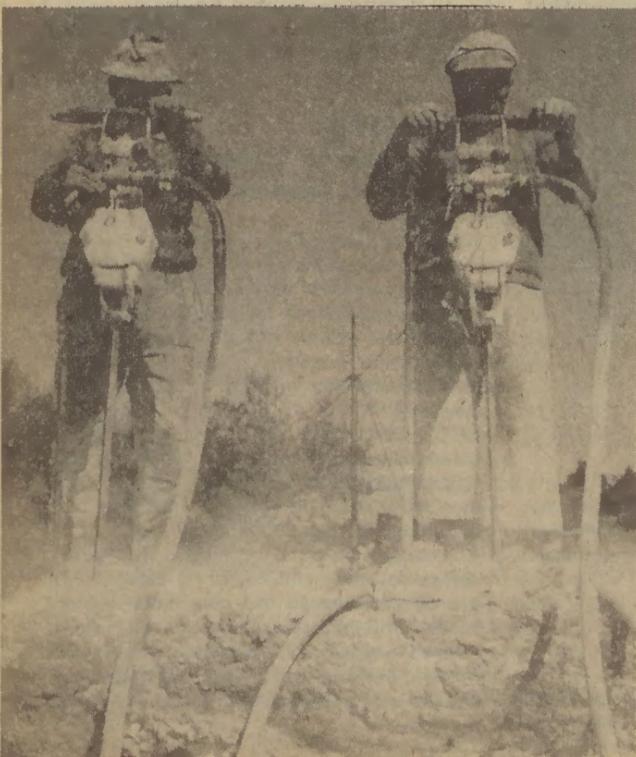
## Viana do Castelo Congresso sindical

Reuniu-se no sábado o primeiro Congresso da União dos Sindicatos de Viana do Castelo. A USVC, que elegeu um conselho distrital de vinte e cinco membros, aprovou vários documentos e moções, entre elas um apelo à participação em massa nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio. Os 195 delegados, representando 25 organizações sindicais do distrito de Viana do Castelo, manifestaram-se pela formação de um governo saído da Assembleia da República, numa resolução política aprovada por unanimidade. Por unanimidade foram aprovados também o programa de acção (plano de actividades) para o próximo triénio, o relatório dos últimos três anos e as várias moções, incluindo uma sobre a Paz e outra a favor da semana de quarenta horas. Da análise e debate efectuados no Teatro Sá de Miranda pelos congressistas do distrito de

Viana do Castelo sobressaem as remunerações em atraso (800 trabalhadores), o desemprego (11 por cento de aumento nos últimos três anos relativamente aos 49 mil trabalhadores por conta de outrém), o trabalho precário, afectando 12 400 trabalhadores, entre eles 2300 na Função Pública e no sector empresarial do Estado.

Com excepção de um voto (abstenção) no relatório e no plano de actividades, todos os documentos do Congresso foram aprovados por unanimidade.

A União dos Sindicatos de Viana do Castelo, que é uma organização intermédia da CGTP-IN, realizou o seu primeiro Congresso com a presença de Armando Teixeira da Silva, membro da comissão executiva do conselho nacional daquela Central unitária dos trabalhadores e dos sindicatos.



Construção civil, um dos sectores mais activos no Porto

## Trabalhadores

Reúnem-se em Viseu representantes do PS, PRD e PCP

# Repudiados despedimentos na CPFE

Representantes das direcções distritais de Viseu do PCP, PS e PRD repudiaram, em reunião conjunta no passado dia 8, a ameaça de despedimento colectivo de 383 trabalhadores da Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos. A CPFE, com sede em Canas de Senhorim, encontra-se encerrada desde Novembro do ano passado, depois de um corte de energia da EDP.

A reunião dos representantes partidários, com a presença de um deputado do PCP, que fez parte da delegação do nosso Partido, recusou frontalmente não só os despedimentos como a venda de património da empresa no valor de 300 mil contos.

Os representantes do PS, PRD e PCP responsabilizaram o Governo pelo que se passa na CPFE. Segundo a Comissão Distrital do PCP, a empresa parada há cinco meses é «mais um exemplo da típica forma de actuar do Governo do PSD de Cavaco Silva no plano laboral».

Um comunicado da comissão distrital de Viseu do PCP, emitido na passada quinta-feira, refere ainda que as três direcções partidárias do distrito consideraram a actuação do Governo Cavaco na CPFE uma forma de «fazer pagar aos trabalhadores e às suas famílias, lançando-as na

miséria, o preço da gestão ruíno e de contornos duvidosos, que foi levada a cabo pela administração da CPFE nos últimos dez anos, perante a passividade de sucessivos governos».

## Iniciativas conjuntas do PS, PRD e PCP

«Um verdadeiro drama económico e social» é como as direcções distritais dos três partidos consideram as perspectivas apresentadas pelo Administrador Judicial da CPFE, Manuel Cadilhe, que estão longe de representar para a empresa uma autêntica viabilização. As direcções distritais do PCP, PRD e PS, que decidiram levar a cabo iniciativas conjuntas para resolver o problema da CPFE, acrescentam que esse «verdadeiro drama

económico e social» ameaça não só a freguesia de Canas de Senhorim, onde a fábrica está instalada, mas todo o conselho de Nelas, no distrito de Viseu.

Segundo a comissão distrital do PCP, essas iniciativas conjuntas dos três partidos no distrito destinam-se a evitar os despedimentos e a venda de património, pondo a empresa em laboração com todos os seus trabalhadores.

As iniciativas serão promovidas principalmente através dos grupos parlamentares dos respectivos partidos, no sentido de «obrigar o Governo a assumir as suas responsabilidades».

De acordo com o comunicado da concelhia do PCP, de quinta-feira passada, as propostas de despedimento devem ser anuladas, a EDP deve ser sensibilizada para a ligação imediata da energia eléctrica. Os restantes credores, sobretudo o Banco Português do Atlântico (BPA) e o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL), no entender dos representantes das direcções distritais do PCP, PRD e PS, não deverão aceitar o «estudo» e as propostas de Manuel Cadilhe, Administrador Judicial

da Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos, de Canas de Senhorim.

## Férias antecipadas para facilitar os despedimentos

Entendem as direcções partidárias de Viseu, segundo o comunicado da comissão distrital do PCP, que a proposta da administração da CPFE para antecipar as férias pode conduzir ao encerramento, de facto, da empresa.

Além de ilegal, a antecipação das férias de todos os trabalhadores é uma manobra da administração contra a qual os trabalhadores devem estar precavidos, recusando-a.

A administração da CPFE pretende dividir os trabalhadores, na sua ausência e encerrar de facto a empresa nas suas costas, «dando mais e melhor margem de manobra ao administrador judicial e ao Governo para levarem a cabo os seus propósitos».

A proposta de férias antecipadas abrangeria o período de 13 a 30 do corrente.



Um concelho, Nelas (Viseu), afectado por decisões antinacionais

Na conclusão do seu comunicado de quinta-feira passada, a comissão distrital do PCP de Viseu «considera extremamente salutar e positivo o encontro realizado entre as direcções distritais do PCP, PRD e PS, não apenas pelas medidas conjuntas acordadas quanto ao grave pro-

blema da CPFE, mas também pela importância da manutenção do diálogo, convergência e entendimento entre os partidos democráticos para a melhor defesa dos interesses do distrito, dos trabalhadores, das suas populações e do regime democrático».

## LUTAS E TAREFAS

### «O professor que conheço»

Numa das escolas que foram recentemente objecto de uma queixa à Inspeção-Geral do Ensino, um membro do conselho directivo foi nomeado para o cargo, porque alguém do Ministério da Educação o recomendou por escrito, como sendo «o professor que conheço». De acordo com o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), que não menciona nomes num seu comunicado recente, o caso passou-se na Escola Preparatória de Sintra, um dos quatro estabelecimentos alvo da queixa que o SPGL apresentou àquela Inspeção. O Sindicato, que refere várias anomalias sintetizando-as sob a designação de «clientelismo e compadrio», acentua que, perante a queixa apresentada, a Inspeção-Geral, «apesar dos seus esforços», não conseguiu escamotear (é o verbo que consta do comunicado) «a profunda razão que assistia aos professores e ao SPGL». Este Sindicato, ao aludir a casos semelhantes, passados na Escola Preparatória de Palmela, Escola Preparatória da Amora e Escola Secundária do Bombarral, que foram também alvo da queixa, acrescenta que a Inspeção-Geral do Ensino, dependente do Ministério da Educação, reconheceu, «em todo este processo» a existência de irregularidades nas nomeações efectuadas, ou «utilizou argumentação contraditória para tentar legitimar, na medida do possível, as arbitrariedades cometidas». O SPGL exige «a definição de regras claras para a nomeação dos presidentes dos conselhos directivos». O SPGL propõe-se «aprofundar e fortalecer a gestão democrática», bem como as «condições de participação na vida da escola».

Depois de uma luta que durou meses e se reforçou com a greve de 27 de Março findo, os perto de 40 mil trabalhadores não docentes

Metalurgia e metalomecânica. Cometna: uma das empresas mais atingidas no sector

das escolas conseguiram, entretanto, ver aprovado o decreto-lei que define o seu regime jurídico. O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Ilhas e a respectiva Federação recordaram os prejuízos provocados pelo atraso na aprovação daquele regime e recordaram, ao mesmo tempo, que a luta se manteve, designadamente através de piquetes junto da residência oficial do chefe do Governo, até ao referido diploma ser aprovado,

já que o mesmo é «indispensável» para melhorar as condições de trabalho e o funcionamento dos próprios estabelecimentos de ensino.

### Acordos não bastam — há que cumpri-los

Mediante acordos, foram suspensas recentemente as greves na Cometna e nas Águas

do Vimelro. Em ambos os casos as paralisações de trabalho foram decididas para reclamar o pagamento de salários em atraso. Fontes sindicais directamente ligadas aos processos de luta advertem, no entanto, que os trabalhadores voltarão a parar, se os calendários e demais condições para o pagamento não forem cumpridos pelos responsáveis. Nessas como em outras empresas atingidas pelo mesmo mal, a disposição de luta mantém-se. Os salários em atraso são inadmissíveis, sobretudo quando a sua falta é provocada, como ameaça sobre os postos de trabalho e a contratação colectiva definida na lei.

### O emprego na primeira linha da acção sindical

Emprego, criação de postos de trabalho a nível regional, protecção condigna aos desempregados, formação profissional e luta contra todas as iniciativas legislativas que visem diminuir os direitos dos trabalhadores são algumas das principais linhas de orientação para as próximas jornadas e lutas sindicais. Recorde-se que no Plenário Nacional da CGTP, em 31 de Março, o emprego foi considerado novamente «objectivo central da luta dos trabalhadores». O mesmo Plenário, que recordou o dia 2 de Abril, aniversário da promulgação da Lei Fundamental do País, a Constituição, previu a continuação da luta em defesa do sector empresarial do Estado, uma grande participação nas comemorações do 25 de Abril e a realização de uma «grandiosa jornada e significativa acção de massas» no Primeiro de Maio, sob o lema «Emprego, desenvolvimento, democracia — por uma vida melhor».

Assembleia da República

Acto de justiça

# Aprovado Estatuto do Eleito Local

Satisfazendo uma aspiração de há muito reclamada quer pelos próprios eleitos quer pelas instituições democráticas, a Assembleia da República aprovou na passada sexta-feira, último dia de trabalhos antes das férias da Páscoa, o Estatuto dos Eleitos Locais.

Subscrito por todos os partidos com assento parlamentar, à excepção do PRD, o projecto de lei agora aprovado vem corresponder a uma necessidade sentida com vista ao reforço do Poder Local, definindo o seu texto um corpo de normas jurídicas que regulam o regime de exercício, os direitos e deveres dos eleitos locais de modo a dignificá-los e a prestigiá-los.

Como salientou Cláudio Percheiro, ao intervir em nome da bancada comunista, o diploma que agora recebeu o acordo da grande maioria dos deputados constitui um «acto de justiça», só possível graças ao trabalho de convergência desenvolvido ao longo de múltiplas reuniões na Comissão de Administração Interna e Poder Local.

Apesar de se poder considerar satisfatório o texto final obtido a partir de uma permanente busca de consenso entre as diferentes posições defendidas pelos vários grupos parlamentares, não deve deixar de merecer uma referência o facto de algumas soluções apresentadas pelo PCP não terem tido o necessário acolhimento enquanto que outras, contempladas no projecto, merecem a sua total discordância.

No primeiro caso está, por exemplo, como lembrou Cláudio Percheiro, o facto de continuar fechada a possibilidade de em certas freguesias de maior di-

mensão, com dezenas de milhares de eleitores e largos recursos e meios técnicos e humanos, haver membros da junta em regime de permanência.

Situação bem diversa se passa, por outro lado, com a consagração da possibilidade de os presidentes de câmara e os vereadores em regime de permanência poderem optar por não estarem em exclusividade, facto que merece a discordância dos comunistas na medida em que, em sua opinião, tal poderá prejudicar claramente a vida da autarquia e dessa forma a «sua capacidade de responder aos problemas da populações».

Mas se é verdade que as reservas existem e não devem ser escamoteadas não é menos verdade que se está em presença de um texto «globalmente positivo» — assim o definiu Cláudio Percheiro — que com equilíbrio, veio responder através de um conjunto de normas ao esforço e à dedicação de milhares de autarcas em todo o País.

## Timor-Leste

Pronunciando-se sobre a situação em Timor-Leste e designadamente sobre a declarada intenção da Indonésia de realizar eleições naquele território no próximo dia 23 a Assembleia da República aprovou por unanimi-

dade um voto no qual se declara a «ilegalidade e ilegitimidade» de tal acto e se afirma a recusa de aceitar a «integração do território de Timor-Leste» naquele país, à revelia da «vontade dos timorenses e em flagrante violação dos princípios do direito internacional».

José Manuel Mendes, em nome da bancada do PCP, referiu a propósito que cabe ao Estado português, como potência administrante, e em consonância com os princípios da Carta e das deliberações da ONU, bem como da nossa norma Constitucional, encetar todas as diligências que permitam apoiar e garantir a independência de Timor-Leste.

## Acto de moralização

Com os votos favoráveis dos partidos democráticos da oposição, o Plenário aprovou ainda dois projectos de lei da autoria do PS (um terceiro, do PCP, eliminando a obrigatoriedade de venda das participações financeiras das empresas públicas de indústria e energia acabou por ser retirado, depois de ficar contemplado num dos anteriores diplomas) que alteram a alienação das participações do sector público.

Definindo a posição do Partido sobre os projectos em apreço, Octávio Teixeira afirmou que constituem «um acto de moralização, um acto irrecusável de reposição da legalidade e da moralidade política onde elas nunca deveriam ter deixado de existir».

## Situação social na Amadora Problemas que exigem solução

A situação social existente no concelho da Amadora, matéria que foi objecto de um encontro recentemente promovido pela Câmara Municipal, no qual participaram representantes dos principais sectores de actividade e forças sociais da área, foi levada ao conhecimento da Assembleia por intermédio do deputado comunista Jorge Lemos.

Passando em revista alguns dos principais temas que mereceram a reflexão dos participantes no referido Encontro, Jorge Lemos deteve-se particularmente em torno dos problemas sociais mais sentidos pela comunidade e que abrangem campos tão diversos como o emprego e as actividades económicas, a saúde e a segurança social, a habitação, a educação e a cultura.

Nota comum a todos eles, de acordo com as suas palavras, é a total ausência de resposta e o não assumir de responsabilidades por parte do Poder Central na resolução dos problemas que afectam o concelho, aspecto que assume particular gravidade no progressivo desmantelamento da indústria transformadora e conseqüente redução dos postos de trabalho, como o comprova a existência de 22 000 desempregados, o valor mais elevado de

toda a área metropolitana de Lisboa relativamente ao número de habitantes.

Contratos a prazo, casos de trabalho sem contrato, salários em atraso, são outras tantas situações que perpassam a vida de milhares de trabalhadores e suas famílias, sujeitos igualmente a uma deficiente rede de equipamentos de saúde, de segurança social e de equipamentos escolares.

A este propósito foi recordado o não funcionamento de refeitórios, a degradação do parque escolar e a elevada taxa de insucesso escolar que chega a atingir nalguns casos os 64 por cento dos alunos, sendo do conhecimento público casos concretos de crianças subalimentadas cuja única refeição se confina praticamente ao suplemento alimentar distribuído pelo Município.

A ausência de apoio da administração central ao movimento associativo e cultural bem como a dramática situação vivida na área da habitação (calcula-se em 14 mil o número de fogos necessários para resolver as carências existentes) são outros tantos problemas sentidos pela população deste concelho para os quais é exigida uma pronta e eficaz intervenção do Governo.

# Definidas regras para universidades privadas

O carácter elitista e de classe do acesso ao ensino superior em simultâneo com a tentativa de degradação do ensino público — aspectos centrais que a este nível caracterizaram a política de ensino do demitido Governo de Cavaco Silva — estiveram em foco na semana passada no Plenário da Assembleia da República no decorrer da apreciação de dois pedidos de ratificação requeridos pelo PS e pelo PCP a um decreto-lei (121/86) que define a regulamentação do regime de «numerus clausus» para o ensino superior particular ou cooperativo.

Com base neste diploma, a pretexto do alargamento do *numerus clausus*, o Governo vinha dispensando a aplicação de um conjunto de normas e requisitos por ele próprio estabelecidos em anterior decreto-lei (100-B/85) para a instalação das «Universidades» privadas. Surgido na sequência do escândalo que envolveu a chamada «Universidade Livre», esta medida legislativa do Governo do Bloco Central veio com efeito definir o estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, designadamente no que se refere à formação de universidades privadas, impondo uma certa ordem, regras e prazos para a sua criação.

Incompatíveis com os seus desígnios, tais regras e impedimentos foram no entanto rapidamente ultrapassados pelo Governo através do decreto-lei agora chamado à ratificação e em parte revogado. Desrespeitando a própria legislação por si anteriormente elaborada, o ministro veio autorizar com base no referido decreto-lei e através de diversos despachos, a criação e funcionamento de várias universidades, ultrapassando para o efeito os prazos exigidos na lei.

No entender da bancada comunista «não está em causa a existência de outras formas de ensino» ao nível do Ensino Superior, muito embora defenda ser necessária uma «correcta avaliação da qualidade do ensino prestado, das condições de funcionamento, do rigor cientí-

fico e pedagógico do ensino ministrado e da própria necessidade do País em recursos humanos».

«O que não pode ser aceite — como salientou António Osório, ao definir a posição do Grupo Parlamentar do PCP — é que por enviesados processos se ponha em causa como está a suceder a igualdade de condições de acesso em que apenas a capacidade monetária está a determinar as possibilidades de sucesso a nível do ensino superior»

Para a bancada comunista não deixa de constituir por outro lado uma reprovável conduta e motivo de escândalo o facto do agravamento das desigualdades estar a ser pago por todos nós por intermédio de subsídios públicos que são canalizados para estas entidades, como demonstra a atribuição de 45 mil contos a três novas universidades «sem que provas dadas ou qualquer outro mérito o justificasse»

## Saúde para todos

Por iniciativa da bancada do PCP o Plenário pronunciou-se entretanto sobre uma proposta da Organização Mundial de Saúde relativa à comemoração do Dia Mundial da Saúde (7 de Abril), data que este ano na opinião dos comunistas deve consti-

tuir um «ponto de reflexão e um balanço sobre os péssimos resultados» da política neste sector levada a cabo pelo Governo de Cavaco Silva agora demitido.

Lembrando que saúde não é apenas a «ausência de doença ou de deformidade» mas uma situação de «bem-estar físico, psíquico e social», o Grupo Parlamentar do PCP por intermédio de Vidigal Amaro acentuou que para atingir esse fim são todavia necessários não apenas progressos no campo da medicina mas também um adequado desenvolvimento económico que ponha termo à miséria, à fome e às injustiças sociais.

É nesta perspectiva que se compreendem algumas das questões colocadas pelo deputado comunista incidindo designadamente sobre a degradante situação económica e social em que vivemos e simultaneamente sobre a péssima gestão dos equipamentos, dos recursos humanos, técnicos e financeiros existente nos serviços públicos de saúde.

«Como se pode entender — interrogou Vidigal Amaro a propósito — que mais de metade do Orçamento do Estado para o Serviço Nacional de Saúde vá para o sector privado? Que Portugal seja o País da Europa com medicamentos mais caros? Que se dispensem dos serviços públicos 1500 médicos e se continuem a contratar a prazo centenas de outros técnicos de saúde?»

Modificar este estado de coisas por forma a quebrar o círculo vicioso «quanto mais pobre mais doente, quanto mais doente mais pobre» deve ser, pois, no entender dos comunistas, um dos objectivos prioritários de uma política alternativa que satisfaça também, neste domínio, os interesses do povo e do País.

# Parlamento Europeu

Os deputados do PCP ao Parlamento Europeu apresentaram recentemente uma proposta de resolução sobre providências a tomar para ultrapassar as dificuldades que a crise do mercado internacional de volfrâmio está a provocar em Portugal, sobretudo nas minas da Panasqueira, onde são extraídas anualmente 2500 toneladas deste minério.

Barros Moura, Joaquim Miranda e Brito Apolónia propõem que o Parlamento Europeu defina como «necessário e urgente» que a CEE adopte «medidas limitativas e temporárias contra a importação de volfrâmio proveniente de países terceiros, de modo a fazer beneficiar Portugal do princípio da preferência comunitária».

Os deputados do PCP chamam a atenção para o facto de que a CEE importa 78% do tungsténio que consome e lembram que Portugal é o principal produtor de volfrâmio na CEE, a qual é o destinatário principal das nossas exportações.

Na proposta de resolução prevê-se ainda «a averiguação de existência ou não de dumping nas importações de volfrâmio pela CEE e, no caso afirmativo, tomar medidas anti-dumping» e

«o apoio através de auxílios especiais, às regiões e aos trabalhadores da CEE afectados pela crise do mercado mundial de volfrâmio».

## Apoio financeiro à CP

Brito Apolónia reclamou no Parlamento Europeu «o apoio financeiro indispensável à realização de infra-estruturas e de outros investimentos no caminho-de-ferro português, que possibilitem a melhoria da capacidade, velocidade, regularidade, comodidade, preço e segurança», no quadro de uma política comunitária de transportes que tenha em conta «as realidades nacionais e o seu interesse próprio».

Numa intervenção sobre um programa de médio prazo para as infra-estruturas de transportes da CEE, aquele deputado afir-

mou que «a falta de um plano nacional de transportes tem impedido o desenvolvimento e a modernização da rede ferroviária» em Portugal, referindo o «avançado estado de degradação e obsolescência» do material circulante.

## Vigilância das águas portuguesas

O Parlamento Europeu aprovou uma comparticipação de 11 milhões de ECU's no financiamento da vigilância das águas territoriais ou jurisdicionais portuguesas. Para os mesmos fins foram concedidos à Irlanda, por exemplo, 46 milhões de ECU's.

Joaquim Miranda considerou este montante «não satisfatório». Ao intervir quinta-feira passada no debate sobre esta questão o deputado comunista pediu ao comissário português para as pescas, Cardoso e Cunha, uma explicação quanto às razões que o levaram, e à Comissão Executiva, a sustentarem os «montantes irracionais» da proposta inicial (8 milhões de ECU's).



PCP

Semana a Semana

Novas iniciativas do PCP:

### Projectos de lei

• Regime da Eleição dos Deputados Portugueses ao Parlamento Europeu — cria o regime jurídico para as eleições para o Parlamento Europeu, no respeito pelas regras democráticas consagradas na Constituição da República de forma a permitir a expressão genuína do eleitorado. De acordo com o princípio da representação proporcional prevê-se um único círculo eleitoral, sendo eleitores os cidadãos re-censeados no território nacional.

### Voto

• Sobre o Dia Mundial da Saúde — a Assembleia da República pronuncia-se pelo urgente cumprimento do direito a um serviço nacional de saúde, gratuito e universal, consagrado na Constituição da República.

PCP

**Campo Maior (Portalegre)****Jovens com o PCP**

Em dois meses a organização do PCP em Campo Maior (distrito de Portalegre) foi reforçada com mais 31 novos membros, sendo 80 por cento jovens entre os 19 e os 30 anos. No âmbito da campanha de reforço organizativo em curso no Partido a meta do concelho de Campo Maior era de 25 recrutamentos.

A revelação foi feita no decorrer dos trabalhos da 4.ª Assembleia dos comunistas daquele concelho alentejano, realizada no último fim-de-semana nas instalações da Agro-Campo Maior.

A discussão do relatório de actividade e a eleição da nova Comissão Concelhia do Partido, com larga percentagem de quadros jovens, foram momentos destacados da Assembleia, que também contou com a participação de vários camaradas da direcção do Partido, nomeadamente **Dinis Miranda**, membro da Comissão Política, **Diamantino**

**Dias, João José Pinheiro** e **Carlos Luís Figueira**, membros do CC. Entre os convidados presentes contavam-se delegações do PS e do PRD.

Os problemas e as perspectivas actuais da Reforma Agrária, do movimento sindical unitário, do Poder Local democrático, da juventude, das mulheres, reformados e pensionistas, estiveram em foco no período de intervenções, que registou ainda os contributos de várias células, entre as quais a do Complexo do Caia.

Também em destaque esteve, naturalmente, a análise crítica às dificuldades da organização concelhia e o desejo de as ultrapassar, apontando-se para isso as tarefas e os objectivos adequados.

O Rancho Folclórico do Sporting Campomaiorense animou a parte cultural com que encerrou a Assembleia. Momentos antes

os camaradas **Dinis Miranda** e **Carlos Luís Figueira** tinham-se referido à campanha organizativa e à situação política actual, respectivamente.

**2.ª Assembleia Distrital**

Em reunião realizada há dias com a participação dos organismos executivos da Comissão Distrital e das Comissões Concelhias de Portalegre foi apontada para Outubro a realização da 2.ª Assembleia da Organização Distrital do PCP. A confirmação da data ficará dependente de outras tarefas que entretanto se possam colocar aos militantes comunistas.

Várias Assembleias do Partido ao nível das freguesias deste distrito do Alto Alentejo têm decorrido nas últimas semanas, como sucedeu na **Póvoa e Meadas, Figueira e Barros, e Comenda**.

**Educação por Abril****Iniciativas dos professores comunistas do Porto**

**Educação por Abril** é um boletim da Organização de Professores Comunistas do Porto, que iniciou este mês a sua publicação e, como sublinha na sua nota de abertura, tem como objectivo alargar o debate sobre os problemas da educação e do ensino, trazendo para as escolas o contributo dos professores comunistas, mas aberto também à participação dos professores que nos queiram fazer chegar as suas opiniões.

«**Educação por Abril**» — refere mais adiante — procurará igualmente ser um boletim interveniente sobre problemas da vida política nacional, em defesa do 25 de Abril, das conquistas democráticas e da Constituição; um boletim interveniente na luta pela paz e contra a corrida aos armamentos, na solidariedade

com os povos em luta contra a opressão, na divulgação das conquistas do socialismo no mundo.

«**Educação por Abril**» tem ainda por objectivo contribuir para um melhor conhecimento do que é o PCP, dos seus objectivos e métodos de trabalho, particularmente da organização de Professores, dando conta das iniciativas que se forem realizando e das conclusões a que se for chegando. ao editar **Educação por Abril**», a Organização de Professores do Porto do PCP procura dinamizar um espaço de intervenção e reflexão, contribuir para a resolução dos problemas educativos, na certeza porém de que os grandes problemas da educação só serão solucionáveis no quadro de uma política democrática apostada no desenvolvimento nacional — diz ainda a nota de primeira página do primeiro exemplar.

**Debates**

**Educação por Abril** é ainda tema para o ciclo de debates promovido pela organização de professores do Porto. Iniciado no passado dia 6 com a abordagem do tema «Ensino-Aprendizagem do Português» e continuando

com outras duas sessões já realizadas, o ciclo prossegue, entretanto, com a seguinte «grelha»:

- 13 de Maio (quarta-feira) — 21.30 h. *Formação de Professores*
- 20 de Maio (quarta-feira) — 21.30 h. *Educação Artística*
- 21 de Maio (quinta-feira) — 21.30 h. *Educ. Física e Desporto Escolar*
- 22 de Maio (sexta-feira) — 21.30 h. *Ação Social Escolar*
- 23 de Maio (sábado) — 15 h. *Gestão Democrática*
- 30 de Maio (sábado) — 15 h. *Formação Profissional e Ensino Técnico-Profissional. Educ. Especial e Ensino Integrado*
- 3 de Junho (quarta-feira) — 21.30 h. *Rede Escolar e condições de funcionamento das escolas*
- 6 de Junho (sábado) — 10 h. *O papel da escola na formação da mentalidade dos jovens*
- 27 de Junho (sábado) — 15 h. *Insucesso escolar no distrito do Porto.*

Os debates realizar-se-ão quer na sede do PCP (situada na Av. Boavista, 931), quer noutras instalações. Neste caso, o local da sua realização será divulgado com a necessária antecedência.

**Concelho de Santarém****Em 31 de Maio a 5.ª Assembleia do Partido**

Já está marcada e em preparação a 5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Santarém do PCP: será a 31 de Maio próximo. Num breve apontamento que fez chegar à nossa Redacção, a comissão organizadora da 5.ª Assembleia encara esta iniciativa como passo importante para o reforço do Partido neste concelho ribatejano, avançando algumas ideias para os objectivos da actividade preparatória da Assembleia:

• Nas **empresas**, conhecendo e respondendo claramente aos problemas dos trabalhadores, mobilizando-os para a luta em defesa dos seus interesses e conquistas. Para isso é necessário criar ou dinamizar as células de empresa.

• Nos **sindicatos**, acompanhando os camaradas que estão nesta frente de trabalho, e são muitos os dirigentes e delegados sindicais comunistas que não têm actualmente qualquer acompanhamento, dinamizando o funcionamento da comissão sindical do Partido no concelho.

• Nas **freguesias**, conhecendo os problemas das populações

encontrando com elas as formas de como resolvê-los. Dando particular acompanhamento às freguesias de maioríia APU, Póvoa da Isenta, Vale de Santarém, Vale de Figueira, S. Vicente do Paúl e Pombalinho.

• Reforçando as organizações do **Partido**, recrutando novos militantes e elegendo comissões de freguesia que possam dirigir o trabalho nas freguesias.

• Nas **autarquias**, melhorando o funcionamento da comissão das Autarquias e encontrar as formas de uma cada vez maior ligação e acompanhamento dos eleitos.

• Na **informação** e propaganda, procurando as formas de divulgar as posições do Partido e propagandear as suas iniciativas e propostas nomeadamente nos órgãos autárquicos e nas empresas e junto das populações e aumentando a venda e divulgação da imprensa do Partido como forma de combate à imprensa burguesa e à campanha anticomunista.

• Nos **fundos**, aumentando as

receitas do Partido quer pelo pagamento regular da quota e seu aumento, quer dinamizando uma cada vez maior recolha de con-

tribuições quer ainda realizando iniciativas descentralizadas que possam trazer à participação militantes e amigos do Partido.

**Reunião da DORS com Concelhias**

A situação no distrito de Setúbal esteve em análise na recente reunião da DORS do PCP, alargada às Comissões Concelhias e outros quadros com responsabilidades em frentes de trabalho. A abrir e a fechar o debate, que decorreu de forma interessada, interveio o camarada **Carlos Ramildes**, membro suplente da Comissão Política do Comité Central.

A queda do Governo minoritário de Cavaco Silva, o papel desempenhado pela luta dos trabalhadores e as perspectivas aber-

tas mereceram particular atenção dos quadros participantes nesta reunião.

**5.ª Assembleia Concelhia em Setúbal**

Nos princípios de Junho decorrerá em Azeitão a 5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Setúbal do PCP. «**Por Setúbal, por Abril, reforçar o Partido**» é o lema que presidirá aos trabalhos, da importante iniciativa.

**Almada****Direcções saídas do plenário concelhio**

Garantir o contacto regular com os membros do Partido, ganhando-os para a sua integração e participação efectiva na vida partidária, elevar a difusão da imprensa do Partido e melhorar a recolha das quotas e do seu valor — contam-se entre as direcções de trabalho definidas no plenário concelhio de quadros realizado no último fim-de-semana em **Almada**. Presentes 112 camaradas da

organização e ainda **Carlos Ramildes**, suplente da C. Política do Partido e **João Bernardino**, do CC.

Promovido pela Comissão Concelhia de Almada do PCP, este plenário debruçou-se «mais profundamente sobre a dinamização, reforço e fortalecimento da organização concelhia no quadro da campanha organizativa a decorrer em todo o Partido» até Junho próximo.

**Celorico da Beira**

Os problemas do concelho, a intervenção do Partido e a dinamização da actividade nas freguesias, a marcação de iniciativas (convívio em Junho, excursão à Festa do «Avante!») e a eleição da Comissão Concelhia do Partido (7 elementos) foram pontos salientes da 1.ª Assembleia da Organização do PCP no concelho de Celorico da Beira.

A Assembleia, realizada na Casa do Povo à volta de uma mesa grande, em ambiente de amizade e empenhamento militante, incluiu um almoço de confraternização e no período de encerramento as palavras do camarada **José Soeiro**, membro da Comissão Política do PCP.

Tendo em conta as características deste concelho (distrito da Guarda) e a forma como foi preparada e como decorreu a Assembleia, o «Avante!» voltará a abordar esta iniciativa, nomeadamente no que representa como exemplo de um interessante trabalho de Partido nas «zonas difíceis».

**Braga****Encontro de jovens trabalhadores**

1. Dar cumprimento à Constituição e à Lei de Bases do Sistema Educativo, no sentido de os filhos das famílias mais desprotegidas terem acesso ao ensino (igualdade de oportunidades);

2. Criar condições às famílias, para que as crianças que trabalham sejam reintegradas na escola;

3. Legalizar as empresas clandestinas e regularizar a situação dos trabalhadores, passando-os a efectivos;

4. Caso as empresas não tenham condições de laboração, que seja concedido aos jovens um subsídio igual ao salário mínimo nacional.

Estas as quatro listas urgen-

tes que são propostas pelos jovens trabalhadores comunistas do distrito de Braga, reunidos em encontro no passado fim-de-semana no Centro de Trabalho do PCP naquela cidade, para pôr fim ao escândalo da exploração do trabalho infantil, situação que atingiu proporções extremas nesta região nortenha.

Os salários de miséria de 4 ou 5 mil escudos mensais pagos a crianças e jovens com idade para andar na escola, a chantagem sexual de muitos patrões e encarregados sobre as raparigas, o cinismo do PSD que «justifica» o trabalho infantil como uma questão de «cultura» e de «mentalidade» dos pais foram temas debatidos no encontro.

**Centro de Trabalho em Rio Maior**

No último trimestre deste ano, provavelmente em Outubro, será inaugurado em Rio Maior um novo Centro de Trabalho do PCP, informa a Comissão Concelhia. As obras de reparação da velha casa adquirida pela organização iniciaram-se no passado dia 30 de Março, prevendo-se

que terminem brevemente.

Ao mesmo tempo que apela à solidariedade e ajuda dos comunistas e de outros amigos do Partido, a Concelhia do PCP revela o número da conta bancária da campanha para este novo CT: Caixa Geral de Depósitos de Rio Maior, n.º 6346430.

PCP

# Os comunistas avançam propostas

Em cada sector da sociedade, em cada área da economia, para cada problema social e cultural, em cada localidade e região, para as questões de maior ou menor amplitude na vida nacional, os comunistas têm as respostas, as alternativas, as ideias, os projectos, as propostas, que apresentam e divulgam publicamente nas suas iniciativas e na sua participação nas diferentes estruturas e órgãos (Assembleia da República, Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira, autarquias, sindicatos, etc.). São propostas

lúcidas, corajosas, baseadas na análise e estudo aprofundado das questões e sempre procurando uma ligação cada vez mais estreita com as massas. A política do «bota abaixo» que muitos pretendem colar à imagem dos comunistas é assim desmentida no quotidiano do trabalho e da intervenção em todo o País. Critica-se e combate-se o que não serve os interesses do Povo e do País, mas sempre com a noção do que é preciso para ultrapassar deficiências e erros. Vejamos alguns exemplos:

## TURISMO RURAL

(Portel)

Portel é um concelho com grandes potencialidades para o desenvolvimento do Turismo rural. Para a sua dinamização há que tomar algumas medidas, continuar políticas correctas e já encetadas, estudar a viabilidade de algumas iniciativas. Assim:

- Impõe-se criar um posto de turismo;
- Deve ser continuada e aprofundada a preservação do património arquitectónico nas suas características mais genuínas;
- Deve ser denunciada a degradação da paisagem e do meio ambiente com a plantação indiscriminada de eucaliptais e feitos todos os esforços para entrar a sua proliferação;

- Devem ser feitos todos os esforços para preservação da vida de rios e ribeiros;

- Deve ser estudada, ao abrigo da nova lei da caça, a possibilidade de criação de uma reserva natural nas bacias do Degebe e Guadiana;

- Deve ser estudada e debatida numa ampla discussão com as populações, a nova lei da caça;

- Devem ser empreendidas acções de preservação e divulgação da gastronomia regional;

- Deve ser criado um parque de campismo.

(Do relatório da Comissão Concelhia cessante à Assembleia da Organização do PCP de Portel, 4 de Abril 87)



## PRODUÇÃO LEITEIRA

(Aveiro)

O PCP não tem dúvidas que é possível aumentar a produção nacional de leite, melhorar a qualidade e modernizar a indústria. Para tanto, exige-se uma política nacional não submissa, independente que vise tais objectivos. Algumas medidas indispensáveis para os atingir:

1. Promover a formação cultural, o ensino e incentivo de novas técnicas e conhecimentos designadamente aos mais jovens, através da adopção de disciplina própria ao nível do ensino secundário do distrito.
2. Modificar completamente as estruturas que tendo sido criadas para promover a extensão rural a não têm feito com os evidentes prejuízos para a evolução do sector no distrito.
3. Modificar as estruturas responsáveis pela sanidade do efectivo pecuário de modo a assegurar uma efectiva e ampla coordenação e cobertura sanitária.

4. Retardar a aplicação das novas exigências de classificação do leite no sentido de permitir a adopção pelo produtor dos meios e conhecimentos indispensáveis para atingir tais objectivos qualitativos. Entretanto considera-se indispensável para esse fim, uma campanha de sensibilização junto dos produtores tendo em vista, por exemplo, explicar os efeitos nocivos de uma incorrecta utilização dos inibidores.

5. Suspensão das exigências relativas ao teor de gordura no leite particularmente numa altura em que se observam, mesmo no nosso país, excedentes de manteiga.

6. Assegurar o desenvolvimento da indústria do sector através da concessão de subsídios e acesso ao crédito com juros bonificados.

(«Impacte e consequências da adesão à CEE na produção leiteira do distrito de Aveiro», documento-base do debate realizado no dia 4 de Abril 87)



## SECTOR TÊXTIL

(Braga)

Como foi salientado há dias em Guimarães por Barros Moura, deputado comunista no Parlamento Europeu, há um quadro desfavorável e discriminatório para Portugal introduzido pelo tratado de adesão do nosso país à CEE e do célebre Protocolo 17, anexo ao tratado, que colocam os têxteis portugueses em desvantagem relativamente a países terceiros (caso dos signatários do Acordo Multifibras) quanto aos mercados da CEE, ao mesmo tempo que facilitam a abertura do mercado interno de Portugal a esses países e travam o crescimento significativo das exportações de têxteis portugueses para Espanha. Armando Nogueira, membro do CC do Partido, recordou que o sector têxtil emprega no distrito de Braga um terço dos «trabalhadores ocupados» e representa 65 por cento da riqueza criada na região.

Ao mesmo tempo que é necessário defender melhor no plano externo a indústria têxtil portuguesa, também no plano interno importa ao PCP, aos trabalhadores e ao movimento operário organizado contribuir para uma política democrática de modernização e reestruturação do sector têxtil alternativa aos projectos apadrinhados pela direita e geradores da liquidação massiva de postos de trabalho. Isto implica que a resolução dos problemas estruturais do sector têxtil não pode ser vista isoladamente, mas considerando os problemas globais de desenvolvimento regional, de diminuição das dependências externas, de participação dos trabalhadores e de protecção dos seus direitos.

(Colóquio sobre o «Sector têxtil e a CEE — que futuro?», Guimarães, 4 de Abril 87)



## METROPOLITANO

(Lisboa)

Exigir do Governo o pagamento das indemnizações compensatórias a que se comprometeu e que não vem cumprindo; e, em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, um conjunto de medidas para a gestão do tráfego da cidade, com a criação de novos e funcionais centros terminais e de correspondência com outros meios de transporte — é uma das questões levantadas no documento-base da recente Assembleia de célula dos comunistas do Metropolitano, empresa pública.

Outras matérias abordadas naquele documento:

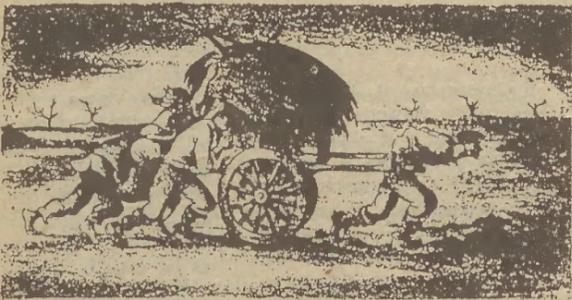
- É urgente travar a sangria dos serviços, evocando razões de reconversão por envelhecimento precoce dos trabalhado-

res e razões de reestruturação, evocando melhoria da rentabilidade da empresa, sem que estejam bem definidas e claras todas as políticas da empresa, em termos de meios e seus objectivos;

- É necessária uma política que promova o transporte público, o aumento da oferta, da qualidade do serviço e uma efectiva e permanente informação ao público, dispondo-se para isso, desde já, a travar uma luta interna, contra o desperdício, a desorganização do trabalho, as más condições de trabalho, as avarias sistemáticas e a alta taxa de perturbação ao serviço prestado.

(Documento-base da II Assembleia de Célula do PCP no Metro de Lisboa, 28 de Março 87)

## 2.<sup>a</sup> ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DE PORTEL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



REFORÇAR O PARTIDO — CONSTRUIR O FUTURO DESENVOLVER O CONCELHO

PORTEL, 4 de Abril de 1987

## TRANSFERÊNCIA DE PRESOS (Açores)

Como é sabido a maioria dos condenados a penas de prisão na Região Autónoma dos Açores são transferidos para estabelecimentos prisionais do Continente para cumprirem as suas penas. **Afigura-se-nos que essa situação se traduz, na prática, no agravamento objectivo e arbitrário da pena aplicada,** pois o condenado terá que cumprir, para além da pena de reclusão um igual período de afastamento da sua família e do seu meio.

Temos que partir do pressuposto que as penas de prisão, se é verdade que são aplicadas como castigo para o crime cometido, não é menos verdade que devem visar, na forma da sua aplicação, a recuperação do cidadão para a sociedade. Mandar a generalidade dos presos dos Açores para estabelecimentos prisionais do Continente, que em geral não têm condições de nenhuma espécie; privar esses cidadãos de receber a visita e assistência da família respectiva por longo tempo, e, além do mais, forçar a convivência de muitos deles com detidos com alto grau de perigosidade e correspondente baixa probabilidade de recuperação, não é certamente a melhor forma de contribuir para a recuperação dos que caíram sob a alçada da lei.

Esta prática, ainda corrente, de enviar os presos dos Açores, condenados em prisão maior, para o Continente viola todos os conceitos, teorias e princípios que se diz estarem na base do sistema judicial.

É certo que as cadeias dos Açores são péssimos estabelecimentos prisionais, quer pela degradação das instalações, quer mesmo pelas suas condições de funcionamento e gestão.

Defende-se hoje a recuperação dos presos pelo trabalho, mas a maioria deles não tem condições para trabalhar nas cadeias.

Frequentemente surgem acusações de corrupção e há quem afirme que o actual sistema de enviar presos para o Continente é defendido por alguns funcionários pois assim aproveitam as deslocações frequentes para fins pessoais.

Tudo isto e muitos outros aspectos têm que ser revistos com urgência, sob pena de se estar a transformar o sistema da aplicação da justiça numa injustiça, e de se estar também a contribuir para que muitos dos condenados de hoje se transformem em irrecuperáveis de amanhã.

Muito embora os serviços prisionais dependam do Ministério da Justiça, penso que é obrigação dos órgãos próprios da região actuarem no sentido de sensibilizarem os Órgãos de Soberania e serviços competentes para o seguinte:

- 1.º — Que se criem urgentemente condições para que os residentes na Região Autónoma dos Açores, condenados em penas de prisão maior, cumpram as respectivas penas em estabelecimentos prisionais sediados na Região.

- 2.º — Que a situação, quanto a instalações e serviços, dos estabelecimentos prisionais da região seja equacionada e resolvida de forma urgente e capaz pelo Governo da República, tendo em causa a necessidade de pôr fim ao envio sistemático de presos para o Continente.

(José Decq Mota, deputado do PCP, intervenção na Assembleia Regional, 19 de Março de 1987)

PCP

**Visita  
do  
PCE**

# Programa diversificado recepção calorosa

A delegação do Partido Comunista de Espanha, chefiada pelo seu secretário-geral, camarada **Gerardo Iglésias** e integrando as camaradas **Julio Setien**, membro do Secretariado do CC e responsável pelas questões culturais, **José Palau**, membro do CC e responsável pelas questões relacionadas com a Paz, e ainda pelo jornalista do «Mundo Obrero» **Nelson Marra**, visitou o nosso país a convite do PCP, cumprindo um diversificado programa que culminou com dois comícios. Um em Lisboa, na passada quinta-feira, e outro no Porto, no dia seguinte.

No próprio dia da chegada, dia 7, a delegação do PCE teve dois significativos encontros — o primeiro com uma delegação do PCP composta pelos camaradas **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do Partido, **Domingos Abrantes** e **Sérgio Vilarigues**, da Comissão Política e do Secretariado do CC, **Albano Nunes** e **Jerónimo de Sousa**, do Comité Central. O segundo encontro realizou-se na Assembleia da República onde a delegação do PCE foi recebida pelo presidente da AR, **Fernando Amaral**.

No dia seguinte, os convidados do PCP visitaram a UCP «Volta do Vale», no concelho de Coruche, onde chegaram de manhã. Aguardavam-nos uma delegação da DORSA do PCP dirigida por **Raimundo Cabral**, da Comissão Política, acompanhada pelo presidente da UCP, **Fernando Amaral**, e por outros membros do executivo autárquico da Câmara Municipal e por dirigentes da UCP. Após uma exposição que enquadrou as realizações da «Volta do Vale», quer na realidade transformadora que caracteriza a Reforma Agrária, quer na ofensiva ilegal que de há anos está sofrendo por parte dos sucessivos governos de direita, a delegação tomou contacto com alguns dos sucessos económicos e produtivos da UCP, nomeadamente os relacionados com a sua moderna unidade agro-pecuária, o gigantesco açude que já aprisiona as águas das chuvas e que em breve irrigará extensas áreas e, ainda, com o vasto complexo de estufas agrícolas.



Na Siderurgia Nacional, o boicote da administração não conseguiu impedir o essencial: o contacto directo, vivo e fraterno com os principais protagonistas da empresa — os trabalhadores

A delegação do PCP que acompanhava os visitantes e os próprios representantes dos trabalhadores chamaram a atenção para o insólito da restrição, sem precedentes e em frontal contradição com anteriores visitas de delegações comunistas estrangeiras — ainda recentemente uma do PC da Grécia — solicitadas e realizadas exactamente nos mesmos termos.

Os representantes do PCP, com o apoio expresso da delegação do PCE, recusaram, pois, a visita, passando de imediato para as instalações dos trabalhadores e antecipando o encontro previsto com as ORTs, no final. É claro que as bisonhas desculpas com que tanto o director da empresa como o representante das relações públicas procuraram «embrulhar» o incidente, não iludiram o óbvio: o inqualificável boicote, por parte da administração, da visita de uma delegação política estrangeira a uma empresa pública e a convite de um dos mais importantes partidos políticos portugueses.

## De Loures ao Alvalade

Ainda na quarta-feira, a delegação do PCE teve um encontro

com a DORS do PCP no Centro de Trabalho de Almada, onde **Carlos Ramilides**, suplente da Comissão Política e responsável por esta Organização Regional, expôs aos visitantes diversos aspectos da actividade, influência e funcionamento do PCP no distrito de Setúbal, assim como a realidade socioeconómica que ali se vive. À noite, o camarada **Gerardo**



Na visita à UCP «Volta do Vale», o contacto directo com a realidade da Reforma Agrária

**Iglésias** concedeu uma entrevista ao «Avante!», que publicamos no «Em Foco» deste número.

Quinta-feira teve como ponto alto o comício realizado à noite no cinema Alvalade, em Lisboa, de que falaremos adiante. Antes, uma visita à Câmara Municipal de Loures, uma conferência de imprensa no Centro de Trabalho «Vitória» e uma sessão de conversações com uma delegação do PCP preencheram o programa previsto para o terceiro dia da visita.

Em Loures a delegação do PCE foi recebida no salão nobre da Câmara pelo seu presidente, **Severiano Falcão**, à frente de uma representação do executivo com vereadores de todas as forças partidárias que o compõem e ainda por representantes das organizações sindicais dos trabalhadores do município. Após a sessão de boas vindas e a exposição, por parte de **Severiano Falcão**, da complexa realidade que é um concelho como Loures, com os seus mais de 300 000 habitantes, a delegação visitou o museu municipal, onde a aguardava um beberete e um breve programa-vídeo sobre o concelho. Dali seguiu para a conferência de imprensa no «Centro Vitória» e nova sessão de conversações com uma delegação do PCP. O jantar foi o único «separador» entre este programa e o comício à noite, no cinema Alvalade.

Cinema Alvalade que estava cheio, oferecendo uma moldura humana que ocupou todo o vasto recinto, desde a plateia ao 2.º balcão, transbordando ainda para os corredores e zonas de acesso. Na mesa, com os convidados, encontravam-se **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do Parti-

do, **Domingos Abrantes** e **Sérgio Vilarigues**, do Secretariado e da Comissão Política, **Albano Nunes** e **Jerónimo de Sousa**, do Comité Central, e uma representação da DORL do PCP. Um ambiente caloroso e fraterno, sublinhado pelo agitar de numerosas bandeiras do PCP, acompanharam vibrantemente as intervenções proferidas por **Gerardo Iglésias** e **Álvaro Cunhal**.



Conferência de imprensa em Lisboa: um encontro vivo, esclarecedor, concorrido e bem humorado com a comunicação social



## No Porto

Encontros com a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, com sindicalistas e vereadores comunistas, e, uma visita à SEPSA, importante empresa metalomecânica do concelho de Matosinhos, preencheram, a par do Comício de Amizade, realizado no Cinema Vale Formoso, o dia da visita da delegação do PCE, ao Porto.

No Encontro com a DORP foi a ocasião para uma primeira informação sobre a actividade do PCP no distrito do Porto e sobre a realidade da região com a qual a delegação do PCE iria contactar, tendo sido também o momento escolhido para a oferta, aos camaradas do PCE, de uma colecção de serigrafias de três artistas portugueses, alusivas à Revolução de Abril.

Na SEPSA, a delegação do PCE foi acompanhada pelo camarada **José Timóteo**, da DORP e do C. Central. Além de ter sido recebida pela administração e Comissão de Trabalhadores, visitou as instalações, contactando com os trabalhadores, tendo sido, na ocasião, saudada pelo secretariado de célula do Partido daquela empresa.

Um almoço oferecido pelos vereadores comunistas da Câmara Municipal do Porto, camaradas **Macedo Varela** e **Oliveira Dias**, no qual participou ainda a camarada **Helena Medina**, da DORP e do C. Central, foi a ocasião escolhida para uma informação e troca de impressões acerca do trabalho dos comunistas do Porto na vereação municipal, e numa forma mais geral, sobre a intervenção dos comunistas nos órgãos do poder local do distrito. Uma panorâmica sobre o po-

deroso movimento sindical unitário no distrito e sobre as características da intervenção dos comunistas nessa frente de acção de massas foi objecto do encontro, realizado no Centro de Trabalho de Barão de S. Cosme, com sindicalistas comunistas, e em que participou também o camarada **Sérgio Teixeira** da DORP e do C. Central.

O Comício de Amizade, realizado a partir das 21.30 h, no cinema Vale Formoso, testemunhou bem o estreitamento das relações de amizade, cooperação e solidariedade entre o PCP e os comunistas de Espanha e o fortalecimento dos laços de solidariedade entre os trabalhadores e os povos de Espanha e Portugal.

Através de intervenção do camarada **Gerardo Iglésias**, secretário-geral do PCE, foi também a ocasião de uma informação sobre a situação política e a luta dos trabalhadores e dos comunistas de Espanha. Realizado em plena crise política, após a queda do Governo Cavaco, a intervenção do camarada **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP, deleve-se pormenorizadamente sobre a actual situação política.

Presidido pelo camarada **Emídio Ribeiro**, membro suplente do C. Central e da DORP do PCP, na mesa estiveram ainda, além dos camaradas **Gerardo Iglésias** e **Álvaro Cunhal**, os camaradas **Julio Setien**, membro do Secretariado do PCE e **José Palau**, membro do C. Central do PCE que integraram a delegação do PCE, o camarada **Edgar Correia**, membro suplente da C. Política do CC e da DORP, e ainda os camaradas **Helena Medina** e **Sérgio Teixeira** da DORP e do C. Central e os camaradas **Eduarda Fernandes** e **Vitor Ranta** da DORP.

## Intervenção de Álvaro Cunhal em Lisboa

«Uma nova fase nas relações entre comunistas portugueses e espanhóis que desejamos se desenvolvam sempre num clima de amizade na prática da solidariedade recíproca e numa cooperação útil para os dois partidos e os dois povos assim como para a causa mundial da libertação dos trabalhadores — a causa do comunismo»

Camaradas:  
É a primeira vez que uma delegação do Partido Comunista de Espanha com o seu Secretário-geral visita Portugal. Há duas semanas esteve em Espanha uma delegação do nosso Partido também com o Secretário-geral. Quebra-se assim uma prolongada e negativa separação. Abre-se assim uma nova fase nas relações entre comunistas portugueses e espanhóis que desejamos se desenvolvam sempre num clima de amizade, na prática da solidariedade recíproca e numa cooperação útil para os dois partidos e os dois povos, assim como para a causa mundial da libertação dos trabalhadores — a causa do comunismo.

## A amizade entre comunistas portugueses e espanhóis e a luta libertadora dos povos

O reforço da amizade e da cooperação entre os partidos comunistas de Portugal e de Espanha tem razão bastante na vizinhança geográfica e na identidade de interesses dos trabalhadores dos dois países assim como no próprio facto que, sendo comunistas, temos, uns e outros, um grande objectivo comum emancipador.

Por isso coincidimos no firme propósito de pôr fim a uma prolongada situação em que estivemos de costas voltadas uns para os outros. E estamos certos de que estas duas visitas complementares (a nossa a Espanha, a dos nossos camaradas a Portugal) abrirão uma fase nova no relacionamento amistoso entre os dois partidos que por sua vez constituirá valiosa contribuição para o reforço da amizade entre os dois povos e entre os dois países.

Alguma coisa mais, quanto a nós comunistas portugueses, está porém na base destas relações bilaterais. É o carácter universal da luta de libertação dos trabalhadores e dos povos. É a identidade de interesses na luta contra o imperialismo, na luta pela democracia, o progresso social, a independência nacional e a paz. É a própria característica fundamental da época que vivemos — a época da passagem do capitalismo ao socialismo.

E, como resultante destas realidades do mundo contemporâneo, é a solidariedade necessária entre as grandes forças determinantes da evolução mundial: países socialistas, movimento operário dos países capitalistas, movimento nacional libertador, países que se libertaram da exploração e opressão nacional e colonial, rejeitaram a organização económica e social capitalista e escolheram a via da independência, do progresso e do socialismo.

Falamos em solidariedade. E quando falamos em solidariedade insistimos em acrescentar (embora possa a alguns parecer inútil) solidariedade recíproca. Isto é. Achamos justo que os outros assumam uma atitude de solidariedade para com a nossa luta. Mas temos ao mesmo tempo como nosso dever, inspirado pelo internacionalismo proletário, sermos solidários para com os outros.

Para com a União Soviética, cujo actual grandioso trabalho de aperfeiçoamento da sociedade socialista (trabalho conduzido pelo



Pormenor da mesa que presidiu ao comício de Lisboa, no cinema Alvalade

PCUS, a sua direcção e o seu Secretário-geral, camarada **Gorbachov**) e cujas propostas e iniciativas de paz saudamos como contributos do mais alto valor para a causa comum e para a sorte da Humanidade.

Solidários para com os outros países socialistas. Solidários para com os partidos comunistas irmãos de todos os países. Solidários para com as forças revolucionárias. Solidários para com os povos submetidos a ditaduras fascistas e reaccionárias, à exploração colonial, ao racismo e ao apartheid. Solidários para com os povos vítimas da agressão imperialista ou que vivem sob a ameaça de agressão.

Para nós a solidariedade recíproca é um aspecto vital do internacionalismo. Mas a par da solidariedade, urge reforçar a acção comum e a unidade de todas as forças anti-imperialistas, de todas as forças do progresso social, de todas as forças da paz.

No nosso entender, do PCP, o movimento comunista internacional representa neste processo um papel determinante. Por isso defende-

mos e procuramos dar a nossa contribuição para o reforço e a unidade do movimento comunista internacional, tendo em conta a soberania de decisões e a independência de cada partido, a diferença de situações nacionais e a inevitável diferença nas orientações, para definir e assegurar o rigor e a criatividade das quais, os partidos dispõem da poderosa arma teórica que é o marxismo-leninismo.

Sobre todas estas questões trocámos opiniões com o PCE e anotamos que, embora existindo diferenças de opinião e divergências em muitos aspectos da análise e da perspectiva, há numerosas coincidências que dão base sólida, não só para o diálogo mas para a cooperação entre os dois partidos.

Ao recebermos agora em Portugal a delegação do PCE dirigida pelo camarada **Gerardo Iglésias**, desejo confirmar aqui que a delegação do nosso Partido foi recebida em Espanha com grande cordialidade, que tanto em Espanha como agora em Portugal, as conversações entre os nossos dois partidos tiveram lugar num clima de camaradagem, rica troca de experiências, grande clareza de posições e opiniões e vontade e determinação de reforçar os laços de amizade e cooperação.

Esta troca de delegações, as conversações e as visitas realizadas permitiram um melhor conhecimento recíproco da situação dos nossos países e da orientação e actividade dos nossos partidos. Comunistas portugueses e espanhóis estamos decididos não só a aprofundar estas relações como a contribuir para que também se aprofundem as relações entre o movimento operário português e o movimento operário espanhol, entre os povos de Portugal e Espanha.

Na nossa visita a Espanha tivemos ocasião de tomar um contacto mais directo com a realidade do país vizinho e a actividade do PCE, assim como do Partido Socialista Unificado da Catalunha (PSUC) durante a nossa visita à Catalunha.

Gostaríamos de sublinhar um facto que para nós é particularmente importante e significativo.

Na nossa visita a Espanha encontramos os nossos camaradas inteiramente empenhados nas poderosas lutas da classe operária, da juventude, das massas populares, em defesa dos seus justos direitos, em defesa das liberdades, do progresso social, da independência e da paz. Encontrámos os comunistas espanhóis por um lado desenvolvendo um processo de unidade e reunificação que saudamos com alegria e ao qual desejamos pleno êxito, por outro lado voltados para o povo, voltados para as massas, para os seus problemas, para a sua acção, para as suas lutas — aspecto essencial da actividade de qualquer partido comunista. Desejamos aqui expressar aos nossos hóspedes votos sinceros de grandes progressos, êxitos e vitórias aos comunistas de Espanha, na linha das gloriosas tradições de luta do seu Partido.

Agora, na sua visita a Portugal, coube a vez aos nossos camaradas do PCE de tomarem contacto directo com a realidade portuguesa, com a nossa situação política, com a orientação e actividade prática do nosso Partido.

Coincidu chegarem em plena crise política provocada pela queda do Governo como resultado directo da aprovação pela Assembleia da República da moção de censura. Coube-lhes agora a vez de nos

encontrarem envolvidos numa intensa actividade num momento que pode ser crucial para a democracia portuguesa.

E porque assim é, este comício de amizade é também ao mesmo tempo, e inevitavelmente teria que sê-lo, um novo contacto com a realidade portuguesa e a acção do nosso Partido.

## A queda do Governo: condenação da política de direita

A aprovação da moção de censura ao Governo não foi um acontecimento ocasional ou fortuito, antes a resultante do rápido desenvolvimento do processo de contestação e oposição, ao nível das

PCP

## Visita do PCE

massas e ao nível das instituições, à política do Governo e aos seus efeitos desastrosos.

Duas causas de fundo, centrais e fundamentais determinaram a queda do Governo.

A primeira foi a sua própria actuação, ou seja, foram as consequências desastrosas da sua política, foi o agravamento da situação social, foi o mau aproveitamento de vultosos recursos que lhe caíram de bandeja nas mãos por virtude de factores externos, foram os seus atentados às liberdades e direitos dos cidadãos, foram as suas posições e decisões de demissão e capitulação nacional com seríssimas concessões ao estrangeiro designadamente aos Estados Unidos e à CEE, foi o seu arrogante desrespeito totalitário da legalidade, o seu afrontamento à Assembleia da República, aos tribunais e às instituições, foi o seu plano declarado de liquidar o regime democrático consagrado na Constituição.

A segunda foi a luta dos trabalhadores e das massas populares, em vigorosos movimentos que abrangem as mais diversas classes e camadas sociais e a crescente oposição dos democratas designadamente na Assembleia da República, onde o Governo tem apenas o apoio de 88 deputados e os partidos democráticos em conjunto têm 140.

A aprovação da moção de censura não foi pois uma simples coincidência de posições dos partidos democráticos determinada (como acusou o Primeiro-Ministro) por guerras, lutas, disputas entre eles. A aprovação da moção de censura e a resultante demissão do Governo têm um significado político muito mais relevante: É a **condenação e rejeição da política de direita do Governo PSD Cavaco Silva, é a afirmação da necessidade da formação de um novo governo com uma política democrática.**

E porque assim é, o **nosso Partido opõe-se firmemente à formação de um novo governo do PSD, com ou sem Cavaco Silva, com ou sem participação do CDS ou qualquer partido democrático.**

### Eleições antecipadas tentativa de novo golpe de Cavaco e PSD

Cavaco Silva, com o seu Governo, cometeu um erro capital: Sobrestimou a sua própria força actuando como se tivesse um governo maioritário. E subestimou a força da democracia proclamando ser inabalável a sua posição no Governo e chegando a desafiar os partidos maioritários da oposição a apresentarem uma moção de censura.

Final a moção foi apresentada e o Governo caiu.

Entretanto Cavaco Silva, o seu Governo, as forças reaccionárias tomaram rapidamente consciência da grande derrota que acabavam de sofrer e da possibilidade real de ver inutilizado o seu plano contra-revolucionário e de ser formado um governo democrático.

Não se pode negar que reagiram rapidamente. E reagiram tomando posições que equivalem à tentativa de uma grande manobra política para a qual mobilizam argumentos pseudo-jurídicos e pseudo-éticos, mas que têm o indiscutível carácter de uma manobra golpista.

Tal manobra tem quatro componentes:

A primeira: a recusa frontal a constituir novo governo.

A segunda: a contestação absurda mas brutal da legitimidade da formação de um outro governo na base da actual Assembleia da República.

A terceira: a reclamação da dissolução da Assembleia da República e da realização de eleições antecipadas não como uma proposta, mas como uma ordem.

A quarta: a exigência de ficar ele, Cavaco Silva com o Governo PSD, a conduzir o processo eleitoral (com falso fundamento naquilo que chama a «prática constitucional»).

O Primeiro-Ministro demitido não mostrou grandes méritos para governar o país. Mas temos de lhe reconhecer o mérito de fazer voz grossa, mesmo quando está a perder.

Esta atitude do Primeiro-Ministro demitido, nos seus termos formais, parece-me muito com um ultimato. Talvez seja a primeira vez na história que um ultimato é apresentado, não por alguém que acaba de vencer, mas por alguém que acaba de perder uma grande batalha que, no concreto, foi a demissão do Governo com a aprovação da moção de censura.

Como comentar as quatro componentes do ultimato de Cavaco/PSD?

Sobre a primeira — a recusa frontal de constituir novo governo — será perigosa se conseguir impor-se como chantagem para conduzir a eleições antecipadas, ficando o Governo de Cavaco como governo de gestão. Mas, por outro lado, até podemos dizer que tal posição poderá simplificar as coisas, pois, recusando Cavaco e o PSD constituir um novo governo, fica caminho aberto para que o convite para formá-lo seja feito a partidos democráticos.

Nesse caso, Cavaco como consolação, ao ser expulso do poder, poderá dizer como disse um filósofo grego ao ser expulso da cidade: Não fui eu que fui expulso, mas eu que os condenei a lá ficarem.

Já em tempos, quando uma vez Cavaco «ameaçou» demitir-se, dissemos que, se se demitisse, até era para lhe agradecermos porque pouparia ao povo português o trabalho de o deitar abaixo. Agora podemos dizer que a declaração da recusa a formar novo governo, até pode poupar ao Presidente da República, se este se decidir à formação de um novo governo, o trabalho de o convidar a fazê-lo.

Sobre a segunda componente do ultimato de Cavaco — a contestação da legitimidade de um novo governo na base da actual Assembleia da República e antes da realização de eleições antecipadas — poderá dizer-se muito simplesmente, que, se Cavaco teve legitimida-



O cinema Alvalade, no seu gigantismo de «clássica» sala lisboeta, transbordou gente da plateia ao 2.º balcão

de para formar governo na base minoritária de 88 deputados, é um absurdo em termos institucionais, jurídicos, políticos e morais, negar legitimidade à formação de um governo que possa ser formado com uma base maioritária de 140 deputados.

Sobre a terceira e a quarta componentes — a exigência da dissolução da Assembleia da República e a convocação imediata de eleições antecipadas, acrescentando como condição ser o Governo PSD de Cavaco Silva a conduzir o processo eleitoral — é exigência feita em termos cominatórios, impertinentes e insolentes para com o Presidente da República revelando com transparência a manobra golpista. A propensão totalitária do sr. Cavaco Silva já se tinha manifestado nas suas pretensões de, como Primeiro-Ministro, desrespeitar as decisões dos tribunais e não só tutelar como comandar a Assembleia da República. Agora a propensão totalitária ainda mais claramente se revela quando o sr. Cavaco Silva, como Primeiro-Ministro demitido, pretende não só tutelar como comandar as decisões do Presidente da República.

O sr. Primeiro-Ministro demitido vai mesmo ao ponto de pretender ser ele a determinar não só a dissolução da Assembleia da República (o que é da competência do Presidente da República) como também de marcar a própria data das eleições antecipadas (o que só o Presidente da República poderá fazer, caso o entenda).

É fácil ver o que seriam eleições antecipadas, tendo a organizar a sua realização este mesmo Governo PSD de Cavaco Silva, Governo que, desrespeitando sistematicamente a legalidade democrática no que já mostrou ser exímio, monopolizando e manipulando a RTP e os grandes meios de comunicação social, dispondo de muitos milhões de contos dos dinheiros do Estado para distribuir enganando as consciências com fins eleitoralistas, tendo nas mãos o aparelho do Estado de que se tem apossado num verdadeiro assalto, estará em condições de falsear a verdadeira vontade dos portugueses.

Tais eleições teriam a sua democraticidade gravemente comprometida, poderiam ser uma colossal fraude (aqui sim pode falar-se em fraude com propriedade) e constituiriam assim um verdadeiro perigo para a democracia.

**Havendo eleições antecipadas, seria de exigir a formação de um governo de gestão, honesto e isento, garantindo igualdade de condições a todos os concorrentes e assegurando a democraticidade de todo o processo e do acto eleitorais.**

Mas as eleições antecipadas são perfeitamente dispensáveis. É **perfeitamente possível a formação de um governo no quadro da actual Assembleia da República.**

### Possível novo governo no quadro da actual Assembleia

Sim. O nosso Partido considera e defende que **não só é inteiramente constitucional, legal e legítimo como é necessária e possível a formação de um governo democrático no quadro da actual Assembleia da República.**

Pode afirmar-se que, **se os partidos democráticos, acompanhados por um amplo e forte movimento de opinião, conscientes de toda a importância e oportunidade do momento político actual, convergirem numa tal solução e adiantarem o diálogo, as iniciativas e as medidas necessárias para concretizá-la, tal objectivo poderá ser alcançado.**

O nosso Partido mantém a disponibilidade já anunciada para viabilizar uma tal solução.

A este respeito, importa esclarecer três questões: a questão da participação do PCP no governo, a questão da composição política e partidária do governo e a questão daquilo a que se tem chamado as condições ou garantias para que o PCP viabilize a formação de um tal governo.

Sobre a primeira. **A participação do PCP num governo democrático não é uma reclamação ditada por interesses partidários mas**

pelos interesses do povo, do país, da democracia. A participação do PCP num governo democrático para resolver realmente os grandes problemas nacionais, no quadro da Constituição e da legalidade democrática, para assegurar a definição e execução de uma política que mobilize e dinamize os recursos e potencialidades nacionais, que relance verdadeiramente a economia, que assegure o melhoramento das condições de vida dos portugueses, que respeite as liberdades e os direitos dos cidadãos, que defenda zelosamente os interesses do país, a independência e a soberania nacionais — a participação do PCP no governo **não é apenas útil mas necessária.**

E aqui queremos uma vez mais afirmar respondendo à frenética campanha anticomunista que **o PCP tem pleno direito e plena legitimidade a participar não só no governo, como em qualquer outro órgão de soberania, como em qualquer cargo público por maior que seja a sua responsabilidade.**

Se se fala em legitimidade, o que não é legítimo é que um governo de direita desrespeite a Constituição e a legalidade, afronte as instituições, conduza uma política subversiva, anuncie o propósito de destruir o regime democrático; o que não é legítimo é discriminar e perseguir aqueles que hoje como sempre lutam pela liberdade e a democracia, e se instalem no poder do Portugal democrático as forças antidemocráticas, os inimigos do 25 de Abril, entre os quais numerosos senhores directamente comprometidos no passado fascista e que de novo começam a mostrar a sua verdadeira face.

Ninguém pode negar legitimidade da participação comunista no governo de Portugal e estamos plenamente certos de que **o dia virá em que por vontade do povo português, os comunistas farão parte do governo** e que então os mais graves problemas que afligem o povo português serão resolvidos e que Portugal, abandonando o caminho de desastre da política de direita, avançará pelo reencontrado caminho de Abril, o caminho da liberdade, da democracia, do progresso social, da independência e da paz.

Entretanto qual é a realidade no momento actual — na crise política actual marcada pela demissão do Governo PSD de Cavaco Silva resultante da aprovação da moção de censura?

A realidade é que, em termos realistas e objectivos, se tem de concluir que **as condições não estão maduras para a participação do PCP no governo.**

Não estão maduras, porque, dado o curto espaço de tempo que decorrerá até à formação de um novo governo, e o atraso na definição de uma política comum pelos partidos democráticos, não seria possível a elaboração e aprovação de um programa de governo em cuja execução o PCP pudesse empregar-se.

Não estão maduras, porque, dados os preconceitos anticomunistas ainda existentes na área democrática e o medo pânico das «conotações com o PCP» constantemente agitadas pela propaganda reaccionária, os outros partidos democráticos excluem expressamente a participação do PCP num futuro governo.

Que conclusão política pode e deve o nosso Partido tirar destas circunstâncias? Recusar-se a viabilizar no quadro da actual Assembleia da República a formação de um governo apoiado pelos partidos que se têm oposto ao Governo PSD de Cavaco Silva?

Dado que sem o voto dos deputados do PCP não há maioria democrática na Assembleia da República, tomar tal atitude equivaleria sem qualquer dúvida à impossibilidade prática da formação de uma alternativa ao Governo do PSD.

E para a defesa da democracia e das suas conquistas, para impedir que a direita no poder destrua o regime democrático e comprometa ainda mais a independência nacional é de importância primordial pôr fim ao Governo minoritário PSD de Cavaco Silva (mesmo como governo de gestão) dando assim seguimento ao resultado da aprovação da moção de censura.

Esta uma razão fundamental da disponibilidade do PCP para viabilizar um governo sem participação comunista.

A segunda questão é a da **composição partidária de um tal governo.**

PCP

## Visita do PCE

A Comissão Política e o Secretariado do Comité Central já definiram a nossa atitude.

O PCP, lembrando a sua conhecida proposta da formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional como uma solução a considerar eventualmente, declara que está disposto a viabilizar um governo do PS, ou um governo do PRD, ou um governo de coligação PS/PRD.

Coloca-se então a terceira questão: com que condições? Com que garantias?

A nota da Comissão Política dá uma resposta clara a esta questão: «o PCP declara a sua disponibilidade para viabilizar a formação de um governo democrático sem participação comunista mediante acordos ou garantias de que o novo governo porá termo à política de direita contra os interesses e direitos dos trabalhadores e do povo português, contra a democracia e as suas conquistas, e realizará uma política democrática em áreas fundamentais da acção governativa.»

Isto em termos gerais que necessitam de ser concretizados. E uma coisa é certa: o PCP não passa cheques em branco.

### Ação política convergência dos partidos e luta popular

A saída imediata da actual crise política será decidida nas próximas semanas e o Presidente da República é chamado a desempenhar um importante papel. Cabem-lhe de facto duas importantes competências: uma é a de nomear o Primeiro-Ministro (e esta é obrigatória), outra é a de dissolver a Assembleia da República (e esta é facultativa).

Ninguém pode negar que com essas competências constitucionais o Presidente da República tem larga margem de decisão.

É porém uma evidente realidade, que, para a sua decisão, o Presidente da República segue o processo estabelecido constitucionalmente de ouvir os partidos políticos (aos quais cabe uma palavra que pode ser decisiva) e a indispensável prática política da auscultar por consultas e através de índices diversos os sentimentos da população (que introduzem na apreciação da situação e das soluções possíveis importantes elementos de reflexão).

Daí a importância que nestes dias e semanas próximas tem a acção política dos partidos democráticos no sentido de uma alternativa ao Governo demitido.

Com excepção do PSD, todos os partidos com representação na Assembleia da República se tinham pronunciado por uma solução no quadro da actual Assembleia e contra a realização de eleições antecipadas.

Ontem mesmo, o CDS, o partido da extrema-direita, mudou de posição: agora, numa atitude que torna ainda mais clara a natureza golpista das posições de Cavaco Silva e do PSD, pronuncia-se, também, por eleições antecipadas e desde já faz propostas ao PSD para renovar a aliança da «AD» com esperança de que, ficando o Governo de Cavaco Silva como governo de gestão, a manipulação das eleições possa dar uma maioria à reacção.

A direita entende-se, une-se, marca um propósito bem claro e bem definido e converge para conseguir realizá-lo.

**Os partidos democráticos, se não querem perder a partida, antes pretendem ganhá-la, se não querem que perca a democracia antes pretendem salvá-la, têm, pelo seu lado, de ser mais firmes e coerentes nas suas posições e reclamações e têm de compreender a necessidade imperiosa, se não de um acordo explícito pelo menos de determinação e de convergência de acção.**

Com quatro objectivos fundamentais: a rápida exoneração do Governo de Cavaco Silva, uma alternativa governativa ao Governo PSD no quadro da actual Assembleia da República, a não realização de eleições antecipadas, e (caso venham apesar de tudo a realizar-se eleições antecipadas) a formação de um governo de gestão sério e isento que garanta a democraticidade do processo e do acto eleitorais.

É indispensável desenvolver a acção política, nos seus mais variados aspectos, com estes quatro objectivos centrais para a solução da crise política actual.

E se houver eleições antecipadas?

Então, juntamente com os outros democratas, devemos exigir um governo de gestão, credor da confiança na sua isenção e seriedade, que assegure a democraticidade do processo e do acto eleitorais, e ir para a batalha eleitoral com uma solução unitária que dê continuidade ao projecto e à tradição da APU (cuja ruptura e desaparecimento os dirigentes do MDP provocaram) e cujo património pertence mais que a ninguém ao nosso Partido e aos milhares de outros democratas que conosco têm estado e continuarão a estar nas batalhas eleitorais, e ir com a firme noção de que o reforço do Partido é essencial à democracia portuguesa e que (havendo eleições) a completa superação da crise actual e a formação de um governo democrático dependerão mais que nunca da força e influência e ligação às massas populares do PCP, do apoio social, político e eleitoral com que conte, do número dos seus deputados na Assembleia da República que sejam eleitos.

Havendo eleições na conjuntura actual podemos estar certos: não haverá voto mais útil do que o voto no PCP.

Atento ao evoluir da situação e preparando-nos activamente para a eventualidade de eleições antecipadas, não é porém esse agora o objectivo político da nossa acção.

A força conjunta das forças democráticas é essencial na situação presente. Mas, no quadro do sector democrático, a força, a iniciativa, a acção do PCP com os trabalhadores e as massas populares, pode ser determinante.



A visita ao Porto teve como pontos relevantes a visita às instalações fabris da SEPSA e o comício na sala do Vale Formoso



A delegação dos camaradas espanhóis durante o almoço na Câmara Municipal do Porto com a vereação comunista



Momento do encontro da delegação do PCE com uma delegação da DORS, no Centro de Trabalho de Almada e tendo à frente da representação portuguesa o camarada Carlos Ramilides, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP

Dirijo-me por isso agora aos meus camaradas do Partido e aos jovens da JCP para salientar que nós, os comunistas, temos de empenhar-nos a fundo na batalha

— para que a demissão do Governo PSD de Cavaco resultante da aprovação da moção de censura pela Assembleia da República se traduza num afastamento de facto, tão rápido quanto possível;

— para que no quadro da actual Assembleia da República seja formado um governo que, respeitando a Constituição e a legalidade, realize uma política democrática em áreas fundamentais da acção governativa.

Para assegurar esse resultado não bastam os encontros, os contactos, a busca da convergência com os outros partidos democráticos.

Os trabalhadores e o povo português em geral não podem ficar de braços cruzados à espera do que decidam os partidos políticos e do que venham e ser as decisões institucionais.

**O povo português tem também uma palavra a dizer acerca do que entende ser a justa e melhor solução da crise.**

É necessário que aquelas centenas de milhares de portugueses e portuguesas — trabalhadores, agricultores, intelectuais, jovens, mulheres — que com determinação, tenacidade e coragem participaram nas lutas que se têm travado no país numã das mais importantes movimentações sociais registadas nos últimos anos, tenham plena consciência de que essas lutas constituíram um factor fundamental para a criação das condições que conduziram à derrota e à demissão do Governo PSD de Cavaco Silva.

É agora necessário que levemos às massas a confiança de que, a par da necessária convergência dos partidos democráticos, a sua luta será também um factor de primacial importância para que uma solução democrática da crise política actual seja alcançada.

No momento político actual, ao mesmo tempo que empenhamos os nossos esforços para a convergência da acção de todos os democratas, temos também que desenvolver mais e mais os nossos esforços para a intervenção da acção popular. Em toda a parte, em todos os sectores e em todos os níveis devemos multiplicar os contactos, a ligação, o diálogo e a acção comum sempre que possível, com socialistas, renovadores democráticos e outros democratas.

Em toda a parte, em todos os sectores sociais, devemos multiplicar as iniciativas, as acções de esclarecimento, a mobilização de vontades, as lutas para que a exigência de uma saída democrática da crise se torne uma manifesta exigência popular e nacional.

Numerosos índices permitem admitir que a solução da crise não terá lugar antes de finais do mês corrente.

Nesta conjuntura, as comemorações do 25 de Abril adquirem uma extraordinária importância.

Daqui fazemos desde já um apelo para que, num quadro democrático unitário, sejam mobilizadas vontades e energias para que o 25 de Abril este ano seja marcado por uma grandiosa expressão da vontade do povo em pôr termo à política de direita e em assegurar uma alternativa democrática.

Poderão outros hesitar, vacilar, apavorar-se ante a furibunda campanha reaccionária, ante as acusações, as calúnias, a chantagem, as ameaças, as conotações, as análises falseadas e as sondagens falsificadas, campanha em que intervêm todos aqueles que (desde os mais boçais escrevinhadores, até a «grandes inteligências» que deram o salto mortal da esquerda para a direita) querem salvar a reacção num momento em que registou uma tremenda derrota.

Nós os comunistas estamos na luta que continua. Estamos na luta com o objectivo bem firme e determinado de consumir a saída do poder do Governo PSD/Cavaco Silva e de encontrar uma saída democrática para a crise.

As dificuldades e os obstáculos devem ser vistos de frente, na sua justa dimensão e na sua real gravidade. Mas não para lamentar que assim seja, não para esmorecer a vontade, não para fazer eco involuntário da campanha reaccionária, antes para redobrar a vontade, a energia combativa e a determinação, e desenvolver a luta política com a consciência de que uma saída democrática depende em parte decisiva de nós próprios, da nossa força colectiva, na nossa capacidade de diálogo, da nossa capacidade de esclarecimento da opinião pública, da mobilização de massas, do alargamento da influência e da nossa capacidade de reforçar mais e mais o nosso Partido como condição insubstituível para que a reacção seja derrotada e Portugal libertado do fascismo pela Revolução de Abril, jamais regresso a esse passado tenebroso, antes prossiga o caminho da liberdade, de paz, de progresso social, de independência, que o povo português escolheu e que tem defendido palmo a palmo.

Para concluir, pedimos ao camarada Gerardo Iglésias e à delegação do PCE que, de volta à sua pátria, informem o seu partido e o seu povo que em Portugal a luta continua.

Viva Portugal de Abril!

Viva a unidade dos trabalhadores e a unidade dos democratas!

Viva a amizade entre os comunistas portugueses e os comunistas espanhóis!

Viva o internacionalismo proletário!

PCP

## Visita do PCE

### Intervenção de Gerardo Iglésias em Lisboa:

**«O aprofundamento das nossas relações é uma forma de contribuir para o fortalecimento das forças comunistas, sem as quais, como a própria experiência demonstra, não há mudanças, transformações»**

Camaradas e amigos:

Trago-vos a saudação fraternal do Comité Central do Partido Comunista de Espanha, a saudação revolucionária dos comunistas espanhóis e das gentes de esquerda do nosso país. E muito especialmente a saudação afectuosa da nossa presidente, camarada Dolores Ibarruri, Pasionária.

Permiti-me, antes do mais, agradecer ao Comité Central do Partido Comunista Português e ao camarada Álvaro Cunhal o convite para visitar Portugal.

O intercâmbio de delegações ao mais alto nível entre o PCP e o PCE significa, em nosso entender, o abrir de uma nova etapa, muito mais frutífera, qualitativa, nas relações entre os nossos dois partidos.

Efectivamente, tivemos a honra de receber em Madrid Álvaro Cunhal e os camaradas Rosa Rabiais e Albano Nunes pela primeira vez desde que se iniciaram os processos democráticos em ambos os países. Eles podem testemunhar como a sua presença em Espanha foi acolhida com extraordinário carinho pelos dirigentes e militantes do nosso partido. Quero reiterar-lhes aqui algo que já disse em Barcelona ao camarada Álvaro Cunhal: a sua visita ao nosso país foi para o PCE plenamente satisfatória; todas as conversações se celebraram num clima de sinceridade e cordialidade totais; é para nós muito fácil discutir convosco, comunistas portugueses, todas as questões, aquelas em que há plena coincidência e aquelas em que há pontos de vista distintos; concordámos em trabalhar juntos nos problemas comuns a Espanha e a Portugal e na defesa da Paz, naturalmente com independência de cada partido e com respeito mútuo para com as posições recíprocas.

Saibam, camaradas e amigos, que concedemos muita importância ao desenvolvimento das relações entre os nossos dois partidos. E isso por duas razões:

**A primeira:** pelo grande apreço que dispensamos à história do PCP, à sua trajectória antifascista, à defesa inquebrantável das conquistas da Revolução de Abril.

**A segunda:** é uma necessidade objectiva a de que os partidos comunistas da Europa capitalista explorem temas de acção comum, adoptem iniciativas, ante a falta de resolução suficiente das opções transformadoras, revolucionárias, nesta parte do mundo.

## A democracia em Espanha

Queridos camaradas do PCP, queridos amigos.

Depois destas palavras de saudação e de apreciação positiva sobre a nova etapa que se abre nas relações entre o PCP e o PCE, considero-me obrigado a falar-vos da situação no meu país, do trabalho e das perspectivas do Partido Comunista de Espanha.

Para entender os problemas que hoje defrontamos, nós comunistas espanhóis, é necessário remontar à passagem da ditadura à democracia, no período de 1975-1978.

O PCE havia lutado por uma estratégia de ruptura com o velho regime; defendêmo-la sem êxito junto de todas as forças democráticas. A ruptura não foi possível, não conseguimos reunir as forças suficientes para tal. Na medida em que as forças fascistas não puderam tão-pouco estabelecer um mecanismo de continuidade do regime, abriu-se o passo a um caminho de reformas conducentes à democracia. Mas, por não ter havido ruptura, o processo foi finalmente hegemonizado pelas forças da direita **com os consequentes limites e contradições que continuam a verificar-se na actualidade.**

Os trabalhadores, os sectores populares, a maioria dos espanhóis, não obstante os limites e as contradições, acolheram com entusiasmo a recuperação das liberdades. A partir destas e apesar de sucessivas intencionalidades involucionistas, rapidamente surgiu na maioria dos cidadãos a esperança de que a mudança política significaria mudança económica-social, progresso nas condições de vida e de trabalho.

Do desejo maioritário de prosseguir no caminho de uma democracia avançada nascem as condições para o triunfo eleitoral do PSOE em 1982.

Felipe González apresenta-se a essas eleições com um programa de esquerda, anti-atlantista, progressivo no aspecto económico e social, com outras medidas de aprofundamento da democracia. Apresenta-se e consegue aparecer como a única alternativa possível de esquerda para que a democracia política seja democracia social e económica.

O PSOE, cuja trajectória histórica era de esquerda, **conclui**, com tal programa e propostas, sob o slogan «Para a Mudança», a adesão maioritária dos eleitores de esquerda, face a grande entusiasmo democrático. **Na noite do seu triunfo centenas de milhares de trabalhadores e de jovens celebraram gritando: Agora vamos sair da NATO! Agora vai acabar o desemprego! Agora a democracia favorecerá os trabalhadores!**

## A «mudança» do PSOE

Essa sincera ilusão converteu-se rapidamente em decepção. Desde o preciso momento da sua chegada ao poder, Felipe González arquivou o seu programa eleitoral e as suas promessas; iniciou o seu governo com um programa completamente distinto, continuador relativamente aos governos democráticos iniciais da direita, inclusivamente mais agressivo em alguns aspectos. Estabeleceu uma prática política de acordo permanente com os poderes nacionais e internacionais; com a banca, com a grande empresa, com os EUA.

A «Mudança» anunciada apenas afectou, pois, Felipe González e o seu partido para se acomodarem aos poderes dominantes e à inércia conservadora do Estado herdados do franquismo.

Em coerência com a «continuidade» de F. González, que tem já como única estratégia o manter-se no governo, produz-se uma convergência entre o PSOE e a AP, o partido da direita conservadora, para instalar em Espanha um sistema bipartidário, contra a natural pluralidade da situação espanhola. Estabelece-se assim um sistema de relações preferenciais entre o PSOE e a AP, entre os dois líderes Felipe González e Manuel Fraga, como duas únicas alternativas possíveis de governo.

Desse modo, a hegemonia do neo-conservadorismo, do atlantismo armamentista, do neo-liberalismo e da travagem ao desenvolvimento democrático, resultavam perfeitos.

Para o sr. Gonzalez esta situação era perfeita: em vez de em Fraga Iribarne, as pessoas progressistas votariam nele. Apoiar González convertia-se assim no mal menor. No voto útil.

Este é o sistema que tem vindo a funcionar em Espanha desde o ano de 82 até datas recentes.

O bipartidarismo do PSOE e a direita conservadora viram-se favorecidos pela forma como se produziu a transição da ditadura para a democracia, sem ruptura, com a hegemonia nas mãos da direita, sem o necessário papel das forças populares.

Estas haviam tido um papel fundamental na crise do sistema franquista. Mas a transição da ditadura para a democracia foi o resultado de acordos por cima, subordinando o papel social à negociação política.

## A situação do PCE

Essa estratégia bipartidária encontrou, aliás, a melhor comodidade no afundamento do centro político e na crise do Partido Comunista.

Efectivamente, a crise que se prolongou durante anos no Partido Comunista de Espanha favoreceu o neo-conservadorismo.

A nossa crise, quero sublinhá-lo, conta entre as suas muitas causas o abandono por parte do Partido, durante certo período, da organização e mobilização da classe operária e dos sectores populares. E isso favoreceu, sem dúvida, os planos do PSOE e da direita.

Por isso, queridos amigos, o primeiro objectivo que o PCE se coloca, para além das mudanças na secretaria geral e na direcção em finais de 1982, é voltar de novo o partido ao trabalho nas empresas, nos bairros, na universidade, nos movimentos pacifistas, ecologistas, feministas, juvenis. E isso porque não pode haver projectos revolucionários se este não funda as suas raízes nos sectores mais vivos da sociedade; se este não é defendido permanentemente com a mobilização popular.

Para concretizar um pouco o quadro da situação em Espanha como balanço de uma política direitista que Felipe González defende com a fé do convertido, quero dizer-vos o seguinte:

— temos hoje em Espanha 3 milhões de trabalhadores desempregados. Desses apenas 30 por cento recebem subsídio de desemprego;

— 8 milhões de pessoas, segundo dados que ninguém discute, vivem em condições de extrema pobreza;

— os salários e pensões perdem poder de compra permanentemente;

— a economia clandestina, não legalizada, cresce por todo o lado;

— os sectores básicos da nossa economia caem pouco a pouco nas mãos das multinacionais;

— vivemos um processo de crescente desmantelamento da empresa pública;

— nos últimos anos vivemos um processo de crescente subordinação da nossa política externa aos interesses dos EUA;

— não há um desenvolvimento das liberdades. Ao contrário, a própria vida parlamentar sofre um empobrecimento.

## A evolução dos últimos meses

No entanto, queridos amigos, nos últimos meses algo de muito importante começa a mudar em Espanha. Quero assinalar quatro factores novos que em nossa opinião são fundamentais para recuperar uma perspectiva de progresso face ao neo-liberalismo, ao atlantismo e ao conservadorismo que hoje imperam.

1.º — A direita conservadora vive uma profunda crise, uma grande dispersão das suas forças. E aparece de novo um partido de centro.

2.º — O PCE, que desde há tempos goza de plena unidade interna, voltou a recuperar uma parte importante da sua organização e influência, o que pode culminar a curto prazo unindo ao PCE o PCPE, um partido cindido nos últimos anos.

Entretanto, faz um ano que nasceu a Esquerda Unida em que participa o PCE, o PCPE, PASOC, FP e a que se vão somando novos grupos. A Esquerda Unida aparece cada vez mais como o referente de uma esquerda alternativa para amplos sectores populares.

3.º — O terceiro factor e talvez o mais importante é que nos últimos meses se voltou a pôr de pé em Espanha um importante movimento de massas que abarca os mais diversos sectores populares. E à cabeça deste importante movimento encontram-se as Comissões Obreras, o PCE e as demais forças da Esquerda Unida.

Sabê-lo-eis certamente através dos meios de comunicação. Nos últimos meses, incessantemente, os trabalhadores da indústria e dos serviços, os estudantes e professores, os trabalhadores da saúde, os assalariados agrícolas e agricultores, os comerciantes, de forma massiva fazem greve e saem à rua a manifestar-se.

No fundo de todas as reivindicações há um denominador comum: a oposição radical à política económico-social do governo.

4.º — O quarto factor é que dentro do próprio PSOE se começa a abrir amplas zonas de oposição à política do seu próprio governo. Assim, o sindicato UGT luta hoje em muitos casos juntamente com as Comisiones Obreras.

O êxito da CC.OO. nas recentes eleições sindicais e os amplos protestos sociais que se desenvolvem, são o que está determinando uma crescente oposição ao governo dentro das próprias fileiras do partido no governo.

A partir destas novas condições, abrem-se muitas possibilidades em Espanha para o PCE e as forças que dentro da Esquerda Unida trabalham num projecto de autênticas transformações sociais.

Posso assegurar-vos que renasce hoje em Espanha, inclusivamente como exigência nacional democrática, a necessidade de um forte PCE que constitua a espinha dorsal de uma autêntica alternativa da esquerda. E baseamos o nosso trabalho em dois factores essenciais:

1. Um programa, a que chamamos alternativa de progresso que venha a desfazer a ficção de que não há política possível além da que se está fazendo.

2. A permanente mobilização social, a participação e a auto-organização dos cidadãos e dos trabalhadores como motor essencial das transformações, acabando com a ideia de que a democracia é só votar de tempos a tempos.

## O programa da esquerda

O programa da esquerda, da alternativa de progresso, baseamo-lo em três eixos essenciais: política económica, externa e de reforma do Estado e liberdades.

Reclamamos uma política económica baseada no desenvolvimento do sector público da economia, com um sistema de planificação reconhecido na Constituição e nunca posto em marcha, e com um plano audacioso de investimentos. Dizem-nos que não é possível financiar tudo isso. Nós dizemos que sim, na condição de atacar a fraude fiscal que se conta por biliões; empreendendo além disso uma reforma fiscal progressiva e uma drástica redução dos gastos militares a que a NATO, e não no interesse nacional, nos submeteu. E dizemos, além do mais, algo muito importante: o objectivo de uma política económica é resolver os problemas sociais, não adorar como deuses as magnificências da ciência macro-económica para concluir que o desemprego, a pobreza e a marginalidade são fatalidades.

O neo-liberalismo económico foi adoptado pelos nossos governantes fazendo-se eco da ofensiva conservadora que à escala mundial foi encabeçada pela administração Reagan nos EUA.

Esse neo-liberalismo económico tem estado ligado à política de restrição de liberdades, do mesmo modo que a alternativa económica que propugnamos está indissoluvelmente ligada ao desenvolvimento democrático, à participação, ao fomento do associativismo, à expansão das liberdades e a profundas reformas democráticas na estrutura do Estado.

Também o neo-liberalismo envolve relação directa com a política externa subordinada aos EUA e com a infeliz operação de forçar a permanência da Espanha na NATO.

Por razões históricas, culturais e democráticas, a maioria dos espanhóis inclinava-se para a neutralidade, para manter-se à margem da política de blocos. A Espanha tinha com isso a oportunidade de colocar-se entre as nações mais avançadas do mundo na defesa da Paz e do desarmamento, no impedimento da ameaça nuclear. Compreende-se que os EUA e os belicistas não o toleraram e pressionaram para impor o ingresso de Espanha na NATO, num acto anacrónico.

Na realidade, só puderam ganhar o referendo quando o presidente do governo ameaçou com uma crise política, convertendo-o em plebiscito sobre a continuidade de Felipe González no governo.

O empenho em ganhar o referendo da Aliança Atlântica levou-o a introduzir três condições para a permanência, sem qualquer intenção de cumpri-las. A saber: a Espanha não se integraria na estrutura militar da NATO, reduzir-se-ia a presença militar americana e recusar-se-ia a presença de armas nucleares.

## Desnuclearização da Península Ibérica

Essas condições não se estão cumprindo hoje e nós reclamamos o seu cumprimento, mais ainda, o seu aprofundamento, como forma de garantir hoje uma política de paz para a Espanha, que implica:

1. O desmantelamento das quatro bases e das 14 instalações militares dos EUA em Espanha. Esse é o sentido da «Campanha Bases Fora» que hoje se desenvolve em Espanha e das marchas sobre as bases de Torrejón e Rota, que recentemente concretizámos com a participação de dezenas de milhares de pessoas em cada uma delas.

2. A desnuclearização Militar Efectiva de Espanha, impedindo não só os silos nucleares em terra, mas também as armas nucleares que os navios de guerra americanos transportam e que utilizam as águas territoriais espanholas, as bases e os portos civis, violando assim o referendo.

Quero sublinhar que a desnuclearização militar efectiva de Espanha não é um objectivo apenas nacional. É a contribuição que acreditamos dever dar à desnuclearização da Europa e com isso à Paz no mundo. É a contribuição espanhola para a concretização de uma Península Ibérica Livre de Armas Nucleares, objectivo no qual os Movimentos pela Paz dos nossos dois países estão comprometidos, e



factor de construção de um Mediterrâneo pacífico e desnuclearizado. Aproveito a minha presença em Portugal para apelar a que não se permita que a nossa Península seja utilizada como plataforma de agressão contra povos africanos e mediterrânicos, contra os nossos respectivos interesses nacionais e contra os interesses da segurança e da Paz na Europa e no Mediterrâneo.

A desnuclearização é tanto mais possível quanto o mundo vive hoje sinais de esperança e alívio depois dos anos que experimentaram os maiores riscos para a própria existência da humanidade.

Reagan tinha desencadeado a Segunda Guerra Fria e uma escalada qualitativa da corrida aos armamentos e do intervencionismo, como a melhor maneira de recuperar hegemonia sobre a Europa e o mundo.

Mas, face a essa escalada surgiu com força imponente, e sobretudo na Europa, um novo e amplo movimento pela Paz que, unindo correntes e sectores muito díspares fez frente ao absurdo de basear a segurança na ameaça da destruição mútua.

A Paz e o desarmamento convertem-se na prioridade das forças progressistas à escala mundial. Acresce que o confronto entre o belicismo e o pacifismo não determina apenas que se evite ou não a guerra, mas também que em torno dessa contradição assenta em grande parte o dilema entre a construção ou não de uma ordem internacional diferente da lógica capitalista. **A luta pela Paz é essencial na configuração de uma perspectiva revolucionária. O armamentismo e o domínio da bipolaridade na política internacional haviam-se transformado numa forma de contenção das forças progressistas e transformadoras.**

Face à escalada do terror impulsionada pela administração Reagan, o que aparece hoje é uma crise da administração norte-americana e dos próprios conceitos que têm servido de base à corrida nuclear.

A Cimeira de Reykjavik demonstrou que é possível o acordo das grandes potências para uma redução drástica dos arsenais nucleares. E que só considerações políticas alheias ao equilíbrio militar têm atrasado acordos históricos para a desnuclearização militar da Europa e do mundo.

A Cimeira de Reykjavik, o posterior desanuviamento e as actuais medidas empreendidas para a retirada dos euromísseis na Europa, expressam uma mudança que nós valorizamos muito positivamente.

O sucesso pertence, em primeiro lugar, ao movimento pela Paz.

## As propostas de Paz da União Soviética

Porém o factor político que de forma determinante permitiu introduzir essa mudança de fundo de forma concreta, deve-se à nova atitude da União Soviética; às suas propostas audazes, rigorosas e constantes de desarmamento formuladas por Mikhail Gorbachov. Gorbachov rompeu, em consonância com o movimento pacifista europeu, com o círculo vicioso a fim de adoptar um caminho firme, certamente irreversível, do desarmamento em profundidade.

Esta nova política soviética de subtrair a política internacional e o desenvolvimento dos povos da lógica do militarismo, é reforçada com a disposição expressa de retirar as suas tropas do Afeganistão e com as propostas e medidas de democratização, participação e reformas económicas e sociais empreendidas pelo próprio Gorbachov no plano interno, e apresentadas em conexão com as propostas de política externa.

Nós consideramos que com essas novas propostas e a nova política da União Soviética se abrem esperanças possibilidades para a Paz e o desenvolvimento das forças progressistas e revolucionárias na Europa e no mundo.

O simples facto de que se possa conseguir a curto prazo o desmantelamento dos mísseis de médio alcance na Europa, criaria sem dúvida novas e favoráveis condições para a recuperação e o desenvolvimento da iniciativa dos comunistas e da esquerda consequente nesta parte do mundo, acabando com a subordinação dos nossos governos aos interesses da administração americana, subordinação que em muitos casos tem o aval dos partidos da Internacional Socialista.

Neste sentido quero dizer-vos que o PCE tem como objectivo

essencial articular e desenvolver no nosso país um projecto de transformações sociais, com base no fortalecimento do PCE, na unidade com outras forças de esquerda, e impulsionando ao máximo a participação e mobilização democráticas da classe operária e dos restantes sectores populares. Ao mesmo tempo, parece-nos imprescindível trabalhar na perspectiva de um projecto transformador à escala europeia.

A Europa capitalista tornou-se, por razões económicas, políticas, militares e institucionais, num marco específico da luta de classes, que os comunistas não podem ignorar.

Cremos que vale a pena trabalhar num projecto de autonomia da Europa, de uma Europa de progresso, pacífica, desmilitarizada e solidária com os países em vias de desenvolvimento.

A tarefa é difícil porque exige não só a iniciativa comum dos comunistas como também de toda a esquerda. E todos sabemos qual é, a regra geral, a política da social-democracia europeia, de submissão aos EUA.

Porém, com todas as dificuldades, na medida em que essa perspectiva nos parece necessária, trabalhamos por ela.

## Os comunistas espanhóis e o futuro

Queridos camaradas e amigos:

Pretendi explicar «grosso modo» — e espero que tenha sido do vosso interesse — como vemos nós comunistas a situação em Espanha e quais são os nossos projectos a curto e médio prazo.

A nossa luta é difícil. Sempre o foi. No entanto sempre foram também valores característicos dos comunistas a vontade, a esperança, a disposição de desafiar o futuro, de abraçar a utopia.

A partir desses valores permanentes garantimos que ergueremos de novo em Espanha um grande Partido Comunista, uma esquerda consequente e forte.

No próximo mês de Junho vão realizar-se eleições no meu país. É possível que isto que lhes digo comece a concretizar-se em factos mais eloquentes.

De qualquer forma prosseguiremos sempre na luta pelo socialismo e pelo comunismo.

Aos que falam do ocaso do socialismo, da inviabilidade dos Partidos Comunistas nós respondemos e desmentimos com a força dos factos:

— o desenvolvimento da ciência e da técnica, permitem hoje que ninguém no planeta passe fome; permitem elevar consideravelmente a qualidade de vida das pessoas e no entanto a miséria e a fome atingem milhões e milhões de mulheres, homens e crianças em todo o mundo, incluindo nos chamados países ricos.

O mundo está ameaçado pelo holocausto nuclear.

Vivemos um gravíssimo processo de devastação da natureza e do meio ambiente.

**Estes problemas exigem a hegemonia das forças socialistas e da Paz.**

— Como é natural, os Partidos Comunistas não detêm a verdade absoluta sobre todas as coisas.

Nas nossas sociedades e no mundo estão a produzir-se profundas transformações. Devido a isso, podemos perder o contacto com a realidade em certas ocasiões. **Nós perdemos a sintonia com a realidade em certos momentos.**

Como é natural nós cometemos erros.

Porém nunca cometemos o maior erro que seria convertermo-nos em «homens práticos da vida», deixar de sonhar, deixar de olhar o futuro, abandonar a teoria e o sistema de valores revolucionários.

E isso, juntamente com a nossa capacidade para corrigir, renovar, como marxistas que somos, dá-nos uma função imprescindível no mundo que necessariamente há-de ver o progresso, o socialismo e o comunismo.

Quero aproveitar este dia em que se cumprem 10 anos da legalização do PCE após o longo túnel da ditadura franquista, para reafirmar as nossas convicções marxistas revolucionárias, a nossa indeclinável solidariedade com todos os povos, com todos os partidos e movimentos que no mundo lutam pela Paz, a independência nacional e o progresso social; com todos os que defendem o socialismo, cada qual através dos seus caminhos e meios.

Quero manifestar a expressa e decidida solidariedade para com:

- o povo da Nicarágua e a FSLN
- o Partido Comunista e o povo chileno
- o governo e o povo da RASD e a Frente Polisário
- a OLP e o povo palestino
- o Congresso Nacional e o povo da África do Sul.

Termino voltando às relações entre o PCE e o PCP. O estreitamento das relações entre o PCP e o PCE é uma forma de aproximar os trabalhadores e os povos de Portugal e da Espanha, de sermos uns e outros mais solidários com tantas causas comuns: a luta contra a ofensiva conservadora, pelo emprego, pela soberania nacional plena de ambos os países, pela desnuclearização da Península Ibérica, pela Paz e o desarmamento.

O aprofundamento das nossas relações é uma forma de contribuir para o fortalecimento das forças comunistas, sem as quais, como a própria experiência demonstra, não há mudanças, transformações.

Em nome do PCE expresso aqui a nossa solidariedade total, camaradas do PCP, com a luta que travais no vosso país para manter as conquistas da Revolução de Abril e recuperar de novo o caminho de maiores transformações sociais.

Viva o PCP!

Viva o PCE!

● Subtítulos da responsabilidade da redacção do «Avante!»

## Seixal

# Uma forte organização em assembleia

Uma parte considerável das questões que se colocam aos cerca de 120 mil residentes e às cinco freguesias do concelho do Seixal, criado já lá vão qualquer coisa como 150 anos, esteve no centro dos debates proporcionados no último fim-de-semana pela realização no Ginásio Clube de Corroios da 4.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP, que engloba mais de 4400 militantes.

Fortalecer o Partido, em unidade e luta, construir a alternativa foi o lema desta Assembleia, que contou com a participação de 338 delegados, oriundos de todas as freguesias, células, organismos intermédios e comissões específicas.

Também presentes cerca de duas centenas de convidados, entre os quais representantes do PRD, MDP e PSR.

Os delegados aprovaram o projecto de relatório da Concelhia do PCP, constituída por 45 elementos, 8 dos quais mulheres (17,7%). A média de idades dos camaradas agora eleitos para a direcção do Partido no concelho é de 39 anos. Dos 45 elementos, 24 são operários.

No período de encerramento da Assembleia falou o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do PCP.

## Ofensiva contra os trabalhadores

Referindo-se às consequências da política de direita nas empresas do concelho a Assembleia dos comunistas do concelho, através do documento aprovado pelos delegados, dá a seguinte panorâmica:

**Na indústria de base assume escândalo nacional o que se está a passar na nossa Siderurgia onde em consequência desta política e da integração na CEE foram postos na prateleira, primeiro o Plano Siderúrgico Nacional, depois o Plano de Expansão da Fábrica do Seixal, permanecendo encaixotados os materiais adquiridos no estrangeiro para a sua concretização, os quais a empresa está a pagar, só em juros! mais do que paga em salários aos seus mais de 5000 trabalhadores.**

A par de um vasto plano intimidatório e repressivo dirigido pelos últimos governos e desenvolvido pelos vários Conselhos de Gerência, os actuais (Governo e CG) preparam-se para pôr em prática o seu plano de destruição e de despedimento de cerca de 2000 trabalhadores.

E mais adiante:

**No sector metalúrgico, a Sorefame-DEI (Amora) tem estado sujeita a um tenebroso plano do Governo e do IPE, que nestes últimos três anos levou ao despedimento, por diversas formas, de 350 trabalhadores, mantendo-se a insegurança para os restantes que lá trabalham. A Me-**

**tsul e a Lurgel encerraram, pondo no desemprego cerca de 250 trabalhadores.**

**No sector têxtil apenas a Tranemo e a Steffensens, através de métodos refinados de exploração e trabalho intensivo tem crescido à custa dos sacrifícios dos trabalhadores. Nos Lanfícios de Arrentela, na Wega e Werner, na Awab Atlas e na Pariver agravaram-se as condições de trabalho.**

Entretanto, registou-se o encerramento da Renata levando ao desemprego dezenas de trabalhadores.

**No sector químico, a SPEL começou também a reflectir os efeitos da política de direita, com a pretensão do Governo de alienar acções da Indep, EP para o IPE o que será um primeiro passo para a sua reprivatização.**

**Na Bic e Concorco os contratos a prazo, a perseguição e repressão, o corte de direitos e liberdades sindicais tornou-se uma prática diária.**

**No sector corticeiro há a destacar a situação da Mundet onde têm vindo a ser sucessivamente ignoradas as propostas dos trabalhadores e adiadas as soluções. Continuam os salários em atraso e o futuro é incerto.**

O actual accionista maioritário está mais interessado no património da empresa que na sua viabilização.

**Quanto à Wicander, Queimado & Pampolim, Sosen & Poole não se verificam alterações positivas, antes se assiste à falta de investimento e à degradação das condições de trabalho.**

**No sector eléctrico e electrónico a situação criada na AEP-Centrel vem pôr a claro a tão apregoada «eficiência» do capital privado e da política de direita do Governo Cavaco/PSD: mais despedimentos e processos e a intenção de encerrar a unidade da Princesa-Amora.**

**Quanto à multinacional Indelma grassam os contratos a prazo, aumentam a exploração e a exigência de ritmos de trabalho agravados.**

**Nos TLPs (Telecomunicações) os trabalhadores da empresa continuam a ser substituídos por trabalhadores por conta de empreiteiros; reinam o compadrio e o amiguismo de uma forma descarada.**

**O sector da construção civil tem conhecido algum desenvolvimento em resultado do crescimento demográfico do concelho e da construção de novos edifícios. Permanecem e agravam-se as condições de trabalho precário há hora, ao dia, ao mês, à tarefa. É assim na maioria das obras.**

## Poder Local

## Vitória em São João do Campo!

A esmagadora vitória da APU nas eleições intercalares do passado domingo na Freguesia de S. João do Campo, concelho de Coimbra, mandou mais uma vez às urtigas os fabricantes de sondagens que andam para aí a coreografar maiorias e «influências eleitorais». De uma assentada os comunistas e os seus aliados — todos independentes — obtiveram a maioria absoluta nesta Freguesia limítrofe da cidade do Mondego, duplicaram a sua votação em relação às eleições de 1985, arrebataram o poder ao PS e reduziram o CDS e a direita à expressão mais simples. Tudo isto num acto eleitoral que, sendo intercalar, levou às urnas mais eleitores que o último escrutínio a nível nacional.

O quadro que publicamos junto é esclarecedor sobre o que se tem passado em S. João do Campo no que respeita à evolução do espectro político-partidário nesta autarquia. Nele se vê quão espectacular foi esta vitória

comparativos com as eleições gerais autárquicas de 1985, ao aumento de votantes entretanto verificado, e um outro (que nos foi comunicado pelos camaradas de Coimbra) que diz ter a lista vencedora mais 40 votos de jo-

guesia praticada ao longo dos anos pelos socialistas, que culminou no ano passado com um autêntico «massacre» dos próprios órgãos autárquicos, primeiro privados do próprio presidente, ausente por largos períodos, depois vítimas de demissões em cadeia dos eleitos PS, o que acabou por paralisar a Junta, a Assembleia de Freguesia e, finalmente, por impor a queda dos órgãos e a convocação de eleições intercalares.

Quanto ao CDS (a favor de quem o PSD se absteve de concorrer) acabou por ser o «fundo do poço» onde a direita se estatelou, obtendo uns insignificantes cento e tal votos numa autarquia de 1500 disponíveis e vendo a

onde tem assento, nomeadamente no executivo e Assembleia municipais.

Com uma campanha eleitoral bem estruturada, a funcionar em pleno há sete semanas na base de 50 activistas da localidade, a lista dos comunistas e seus aliados, encabeçada pelo jovem agricultor João Bizarro, um independente, entrou na disputa cheia de confiança e vitalidade. Alguns indicadores cedo apontaram para a vitória. No Carnaval, por exemplo, um cortejo organizado pela APU constituiu estrondoso sucesso, com hilariantes carros alegóricos e crítica mordaz à situação deplorável a que fora conduzida a autarquia. Mais tarde, a 5 de Abril, um espectá-

### ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE S. JOÃO DO CAMPO

Anos	Eleitores	Votantes		APU % M			PS % M			AD-PSD-CDS M				
		%	%	%	%	%	M	M	M	M	M	M		
79	1.401	948	67,7	272	28,7	4	391	41,2	6	AD	252	26,6	3	13
82	1.489	1029	69,1	251	24,4	3	508	49,4	7	AD	221	21,5	3	13
85	1.534	792	51,6	258	32,5	3	335	42,2	4	PSD	167	21,0	2	9
87	1.557	1.021	65,5	539	52,7	5	342	33,4	3	CDS	131	12,8	1	9

da lista dos comunistas e seus aliados, em concomitância com a descida vertiginosa do PS e a quase pulverização da direita. O que não se encontra no quadro são alguns outros dados também interessantes, nomeadamente o que resulta do facto de o aumento de votação na lista dos comunistas e seus aliados ser manifestamente superior, em termos

de votos, que não chegaram a entrar nas urnas pelo simples facto de não estarem... recenseados.

É evidente que as vitórias e as derrotas não acontecem por acaso.

Começando pela derrocada do PS (que, recorde-se detinha a gestão da Junta), a explicação começa, em primeiro lugar, na ruínosa administração da Fre-

sua influência descer para menos de metade da que já dispôs na Freguesia.

É neste quadro que surge a lista dos comunistas e seus aliados, fortemente prestigiada quer pelo trabalho local dos seus membros quer pela actividade da APU nas Freguesias do Concelho onde detém a maioria e nos órgãos autárquicos concelhios

promovido pela lista dos comunistas e seus aliados atraiu mais gente que as próprias festas tradicionais de S. João do Campo. A vitória anunciava-se, já, nos tradicionais *slogans* comunistas de «Trabalho, Honestidade e Competência» e numa palavra de ordem que a lista vencedora popularizou na Freguesia: «São sempre as pessoas que contam, S. João do Campo merece mais e melhor». E a vitória chegou, espectacularmente, com a subida para mais do dobro dos votos e a conquista da maioria absoluta com uns convincentes cinco mandatos, contra três para o PS e um para o CDS.

E já que falamos em propaganda eleitoral, refira-se um pormenor curioso: o PS, na sua campanha, copiou pura e simplesmente esta última palavra de ordem e «adaptou» o «Trabalho, Honestidade e Competência» — um património dos comunistas e dos seus aliados na APU — para... «Experiência, Honestidade e Competência». Quanto ao CDS inundou a terra com retratos de Adriano Moreira e promessas mirabolantes de «caixas agrícolas».

soluções institucionais que melhor respondam os interesses do País e dos trabalhadores e que podem e devem ser encontradas no quadro da Assembleia da República».

Entretanto, «os trabalhadores e as organizações representativas saberão encontrar as respostas adequadas caso o Governo e o MAP insistam em retirar novas terras às UCP's/Cooperativas».

## Terra

## Queda do Governo implica fim das acções contra Reforma Agrária

Em comunicado os Secretários e Uniões das UCP's/Cooperativas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal manifestam o seu regozijo pela «aprovação da moção de censura na Assembleia da República e consequente queda e demissão do Governo PSD com o Primeiro-Ministro».

Sublinhado o «importante contributo da Reforma Agrária, com as acções que têm sido desencadeadas e designadamente a Marcha para Lisboa, visando

protestar contra a destruição das UCP's/Cooperativas para o isolamento do Governo e a sua queda final, os Secretários e Uniões consideram que o derrube do Governo «e a sua passagem a um governo de gestão implica, agora mais do que nunca, a imediata suspensão do processo de entrega de terras e das acções de destruição da Reforma Agrária».

Para os organismos representativos da Reforma Agrária, «urge agora procurarem-se as

## Espanhóis plantam eucaliptos em Portugal

Em Liga para a Protecção da Natureza alerta a opinião pública para o facto de empresas espanholas de celulose quererem rivalizar com as portuguesas na plantação de eucaliptais em Portugal. Aquela associação baseia a afirmação no caso que identificou de uma empresa espanhola que procura comprar ou alugar terras em Portugal para aquele efeito.

Segundo a Liga para a Protecção da Natureza, a referida

empresa escolheu Portugal para as suas plantações depois de organizações ecologistas espanholas terem protestado contra a destruição de grande número de espécies vegetais da Andaluzia, devido à plantação de eucaliptos.

Por outro lado, a Federação das Organizações Ecologistas da CEE já alertou a comunidade para os perigos das monoculturas florestais, com referência especial para o eucalipto em Portugal.

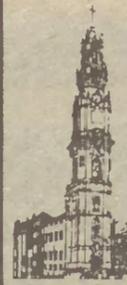
## Porto de Abril

A «baixa» do Porto será, a exemplo de anos anteriores, o centro das comemorações populares do 13.º aniversário do 25 de Abril. Promovidas por um grupo de associações culturais da cidade constituídas em Comissão Promotora e integrando a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, Cineclubes do Porto, Comediantes, Cooperativa Árvore/Cultura, Federação das Colectividades do Distrito do Porto, FITEI, Seiva Trupe, TEP e UNICEPE, as comemorações já contam com a adesão de 50 estruturas, com destaque para organizações de

trabalhadores e sindicatos.

Do programa anunciado destaca-se a «Noite de Passagem do Ano da Liberdade» (24 de Abril), com um espectáculo evocativo designado «Com José Afonso e Adriano, Cantar a Liberdade», e ainda fogo de artifício e Festa Popular. No dia 25 o ponto alto será a Grande Festa Popular, durante a tarde, com espectáculos em dois palcos, e o Cortejo de Carros Alegóricos. O desporto — nomeadamente a Corrida da Liberdade, com partida às 10.00 da ex-Pide e chegada à Praça da Liberdade — e as actividades infantis, marcam presen-

## Nacional



## Praça da Liberdade

### A juventude e o Governo

Durante as eleições legislativas de 85, a direita lançou o *slogan* de que a juventude estava com ela e era o seu principal suporte. Esse *slogan* subiu de tom durante a campanha para as eleições presidenciais.

Hoje, que o Governo de Cavaco foi derrubado, é interessante verificar como se comportaram os jovens relativamente à política do Governo.

Qualquer observador, independentemente de ser atento ou neutral, é obrigado a reconhecer que a juventude portuguesa desenvolveu poderosas lutas que puseram em causa a política governamental. Estas lutas tiveram uma maior intensidade nos sectores estudantis do ensino superior nomeadamente em Lisboa.

Na Academia do Porto, pelas suas condições (grande parte das estruturas associativas ferozmente partidarizadas pela direita, dispersão das escolas dificultando as posições de grupo e o reforço da solidariedade e as origens sociais e geográficas dos seus alunos) verificou-se que o ritmo da contestação não foi tão intenso como o que se verificou em Lisboa. No entanto foram diversas as lutas e forte a combatividade. Vejamos alguns exemplos.

Os estudantes de Medicina e Biomédicas animaram as ruas com as suas batas brancas fazendo piquetes para medir a tensão arterial das populações ao mesmo tempo que as sensibilizavam para os motivos por que queriam tratar da saúde à ministra Beza que pretendia pôr em causa as suas saídas profissionais.

Os estudantes do Instituto Superior de Engenharia lutavam para que fosse aplicada a lei que lhes garantia o direito à licenciatura.

Os estudantes da Escola Superior de Belas Artes entravam em greve em defesa da manutenção dos horários nocturnos e, consequentemente, dos direitos dos estudantes-trabalhadores.

Os estudantes do Instituto Superior de Serviço Social ocupavam a Reitoria exigindo o direito de usufruírem as regalias dos Serviços Sociais (cantinas, bolsas, residências universitárias, etc.) que lhes queriam retirar por a escola ter passado ao sector cooperativo.

Os estudantes do Instituto Superior de Contabilidade e Administração entravam em greve e saíam à rua exigindo a contratação de professores (visto que só estavam a ter cerca de vinte por cento das aulas programadas).

Os estudantes de Letras, numa das suas lutas mais longas, criativas e mobilizadoras de que há memória, clamaram (e clamam) por uma correcta reestruturação dos cursos que possibilite dignas saídas profissionais.

A par destas lutas que se registavam por escola verificava-se a generalização do protesto relativamente a medidas governamentais como a tentativa de aplicação de regimes de precedências e prescrições e a entrada em funcionamento de novas universidades privadas.

Estes alguns exemplos. Exemplos que nos permitem dizer que as movimentações estudantis não tinham um cunho marcadamente antigovernamental (embora em algumas das lutas as «cabecas» de Deus Pinheiro e Leonor Beza fossem pedidas com intensidade). No entanto, os estudantes que participavam e dinamizavam estas lutas ganhavam consciência de que a satisfação das suas reivindicações tinha como principal entrave o Governo de Cavaco e a sua política.

Por isso dizemos que o movimento estudantil deu uma contribuição importante para o derrube do Governo.

Por isso Cavaco e os seus seguidores deixaram de falar na juventude portuguesa como se fosse o pilar da adesão popular à sua política.

E, uma certeza:

A aquisição da consciência social que se faz na luta é meio caminho andado para a aquisição também da consciência eleitoral — que muitos já adquiriram ao longo destes 17 meses...

■ RB

ça durante a manhã. As comemorações prosseguem ainda no dia 25 com a «Homenagem à Resistência Antifascista», com lugar marcado junto ao edifício da ex-Pide, Largo Soares dos Reis, às 10.00.

O lançamento da revista «Sempre», da responsabilidade da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, este ano essencialmente dedicada aos jovens escritores e poetas com menos de 30 anos, coordenada por jovens membros da Associação, é outra iniciativa que destacamos no programa.

Um programa que visa, no dizer do Apelo da Comissão Promotora, «realizar, na multiplicidade da expressão das comemorações populares, uma grande festa do Povo e da Liberdade, o espelho da alegria e da confiança com que, hoje e sempre, participamos na construção e defesa do Portugal de Abril e nos encontros solidários com as transformações sociais, económicas e culturais que Abril semeou e a Constituição consagrou como alicerces do novo Portugal democrático, livre e independente».

## Internacional

## África do Sul

# ANC reforça posições Pretória ameaça Linha da Frente

Na África do Sul o *apartheid* continua a debater-se entre as suas contradições internas e a pressão crescente da comunidade internacional que exige a sua liquidação, recorrendo aos únicos argumentos que conhece: a repressão interna e a agressividade contra os países vizinhos. Entretanto, na cena internacional, os interesses políticos e económicos viram-se decididamente para o Congresso Nacional Africano (ANC), num reconhecimento implícito da sua legitimidade enquanto representante do povo sul-africano e da única alternativa possível a um regime em cuja sobrevivência já ninguém aposta.

É assim que pela primeira vez na história do Business Internacional, organização que agrega as mais importantes forças empresariais a nível internacional, se vai realizar no próximo dia 27 de Maio, em Londres, uma reunião que terá como principal orador Oliver Tambo, dirigente do ANC, que falará sobre as perspectivas económicas da África do Sul do pós-*apartheid*.

Segundo Graham Hatton, da consultadoria do Business, que afirmou que Oliver Tambo aceitou participar na iniciativa «para que os executivos internacionais com responsabilidades na África do Sul possam saber directamente dos objectivos do ANC», **chovem as inscrições para a reunião, em particular por parte das grandes multinacionais.**

O significado deste interesse é por demais evidente. Consciente da inevitabilidade da liquidação do *apartheid*, os representantes do grande capital que opera na África do Sul estão mais do que nunca interessados em saber com que perspectivas poderão contar a médio prazo; e voltam-se para o interlocutor com quem sabem que terão de dialogar num futuro cada vez mais próximo — o ANC. Os dirigentes do Congresso Nacional Africano não ignoram, por seu turno, a importância do papel desempenhado por estes agentes económicos — tanto na actual fase de luta contra o regime da minoria branca como na que se seguirá após a sua liquidação —, que poderá ser orientado de forma positiva (e com vantagens mútuas) para a defesa dos interesses do povo sul-africano.

É neste contexto de resto que podem inserir-se as recentes afirmações de Oliver Tambo na Austrália, onde se deslocou em visita oficial, sobre as possibilidades de um governo de maioria negra na África do Sul vir a ser presidido por um branco. De forma bem explícita, Oliver Tambo sublinhou o carácter anti-racial da luta que se trava na África do Sul: **se nós vamos ser um país não-racial — disse — então a cor do nosso líder não tem importância. Não haverá então negros ou brancos, só sul-africanos.**

Como de resto sucede em qualquer país assente em princípios democráticos, em que os cidadãos têm os mesmos direitos

e deveres, sem discriminações raciais, políticas, religiosas, de sexo ou outras.

## O desespero racista

Uma perspectiva que o governo de minoria branca sul-africano não quer aceitar, porque implica o fim da situação de privilégio de que disfrutava, debatendo-se no desespero pela sobrevivência que sabe ser impossível. Uma luta brutal que continua a provocar vítimas entre um povo que se bate pelo reconhecimento da sua condição humana e pelo direito à total soberania na própria pátria, e que poderá a todo o momento redundar num banho de sangue de terríveis conse-

quências para a África do Sul e para a paz mundial.

No seu desespero, o regime racista ameaça os países vizinhos com novas agressões armadas, a pretexto do combate ao ANC. A iniciativa do ministro dos Negócios Estrangeiros, «Pik» Botha, de convocar os diplomatas de trinta e um países representados na África do Sul para os informar de uma pretensa acção da guerrilha que estaria iminente, é elucidativa. Segundo Botha, «vários grupos de terroristas do Congresso Nacional Africano estavam a caminho da África do Sul, vindos de Moçambique, Zâmbia e Botswana», para perturbar as eleições marcadas para o dia 6 de Maio. O método não é novo; todos os ataques levados a cabo contra os países da Linha da Frente foram precedidos por campanhas de calúnias deste tipo, cujo objectivo é debilitar as revoluções dos jovens países africanos e dificultar a conjugação das forças que se opõem ao *apartheid*.

Um método que continua no entanto a dar os seus frutos — dificultando, embora não possa impedir a liquidação do *apartheid* — graças ao apoio que a África



Oliver Tambo, presidente do ANC

do Sul continua a receber das principais potências imperialistas, em particular dos Estados Unidos.

A pressão da opinião pública internacional forçou já o Congresso norte-americano a adoptar algumas medidas contra Pretória, mas são ainda incipientes para que tenham qualquer efeito prático. Prosseguir nesta frente de luta, como o povo sul-africano continua a bater-se quotidianamente pelos seus direitos, é o mínimo que pode exigir-se para pôr definitivamente termo ao *apartheid*, esse crime contra a humanidade.

## Dirigentes da OLP reunidos em Argel

A reunião preparatória do Conselho Nacional Palestino, marcado para o próximo dia 20, iniciou-se na passada segunda-feira em Argel, com a presença das principais organizações que integram a Organização de Libertação da Palestina (OLP). O facto, que representa só por si uma primeira vitória dos esforços de aproximação interpalestina, poderá vir a ter uma importância decisiva no desenrolar dos trabalhos do Parlamento palestino no exílio, onde se espera que seja tomada uma posição comum em particular no que respeita à realização e participação palestina numa Conferência Internacional sobre o Médio Oriente.

Pela primeira vez nos últimos três anos os presidentes da Fatah, Yasser Arafat, e da Frente Popular de Libertação da Palestina, George Habache, estiveram sentados à mesa das conversações, tendo estabelecido um acordo para «ultrapassar todos os problemas e abrir uma nova página nas relações fraternais» entre as duas organizações, num esforço conjunto para «unificar as fileiras palestinianas».

Esta iniciativa, bem como as decisões que vierem a ser tomadas no Conselho Nacional Palestino, poderão dar um impulso às diligências diplomáticas em curso para a realização da Conferência sobre o Médio Oriente, pese embora as divergências

profundas que sobre o assunto persistem em Israel. Recordar-se que o actual primeiro-ministro israelita, Isaac Shamir, líder do bloco de direita Likud, se opõe frontalmente à iniciativa, enquanto no Partido Trabalhista de Shimon Peres (ministro dos Negócios Estrangeiros) se encara inclusive a possibilidade de provocar a queda do governo e a realização de eleições de molde a criar condições para a realização da referida Conferência, considerada fundamental para a resolução dos problemas da região, designadamente da questão palestiniana.

De acordo com Ezer Weizman, ministro sem pasta israelita, aquela poderá ser uma pers-

pectiva a curto prazo. Para este ministro trabalhista Israel acabará por negociar com a OLP, ainda que o faça indirectamente. Em entrevista à Reuter chegou mesmo a afirmar que o resultado de negociações com Abu Amar (nome de guerra de Yasser Arafat) poderia ser «alguma solução segundo a qual a Margem Ocidental do Jordão e a Faixa de Gaza seriam governadas, com limitações, pelos palestinianos». Ezer Weizman fez ainda notar que Israel, ao aceitar negociar com uma delegação jordano-palestina, estará «na verdade a negociar indirectamente com a OLP».

Por discutíveis que sejam semelhantes afirmações, elas constituem sem dúvida uma importante viragem na política dos trabalhistas israelitas, hoje mais próximos do que nunca da abertura ao diálogo com os palestinianos. Não menos relevantes são os contactos de Shimon Peres com representantes soviéticos em Roma, durante os trabalhos da Internacional Socialista, que fazem crer estarem a ser dados passos decisivos para uma solução dos graves problemas do Médio Oriente.

## Malogro nas conversações entre a Etiópia e a Somália

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Etiópia, Berhanu Bayeh, responsabilizou a Somália pelo malogro da terceira sessão das conversações somali-etíopes sobre a normalização das relações bilaterais, devido à sua recusa em discutir a demarcação das fronteiras entre os dois países.

O processo de normalização das relações entre a Etiópia e a Somália iniciou-se em Janeiro do ano passado, por iniciativa etíope, de molde a criar condições para a manutenção da paz e das relações de boa vizinhança na região. Acontece porém que enquanto os responsáveis etíopes se manifestam dispostos a examinar todas as propostas da Somália — designadamente no que respeita à retirada das formações militares da zona fronteiriça, a troca de prisioneiros de guerra e o restabelecimento de relações diplomáticas — a parte somali recusa incluir nas conversações a questão da demarcação das fronteiras, fonte de conflitos permanentes.

Segundo o ministro Berhanu Bayeh, ao contestar as actuais fronteiras e apresentando pretensões territoriais à Etiópia, a Somália viola a decisão aprovada em 1964, no Cairo, pelos dirigentes africanos, segundo a qual as fronteiras herdadas da época colonial devem ser consideradas definitivas.

## Presidente mexicano condena militarização da América Central

O presidente mexicano, Miguel de La Madrid, afirmou durante a visita oficial que realizou a semana passada à Guatemala que os esforços desenvolvidos pelo Grupo de Contadora para o restabelecimento da paz na América Central são incompatíveis com a exibição da força militar naquela região, numa alusão directa à crescente intervenção norte-americana, agravada com a realização dos maiores exercícios militares de sempre na zona.

Condenando a presença militar estrangeira na América Central e a militarização desta região, Miguel de La Madrid sublinhou que estes fenómenos são o principal obstáculo à criação de um sistema de segurança regional, bem como para o reforço das respectivas instituições políticas e o desenvolvimento pacífico; nesse sentido, disse, os países centro-americanos devem dar provas de vontade política e evitar uma confrontação armada capaz de ameaçar o futuro dos povos.

O dirigente mexicano exortou ainda a comunidade internacional a intensificar o seu apoio aos princípios da coexistência pacífica, não ingerência nos assuntos internos de outros estados e reconhecimento aos povos da região do direito à autodeterminação.

Um apelo que está longe de encontrar aceitação por parte dos Estados Unidos que nos últimos seis anos canalizaram quatro mil milhões de dólares para actividades subversivas contra a revolução sandinista, como revelou recentemente o ministro dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua, Miguel d'Escoto.

Falando numa conferência de imprensa na capital do Gana, onde se deslocou em visita oficial, o dirigente nicaraguense reafirmou o desejo do seu país em conviver em paz com os EUA, mas para tal as relações devem basear-se no respeito mútuo pela soberania e na renúncia de Washington à ingerência nos assuntos internos da Nicarágua.

Entretanto, em Manágua, o presidente nicaraguense Daniel Ortega revelou que as forças de segurança detiveram alguns agentes da CIA que se preparavam para levar a cabo actos de sabotagem. Aos detidos, segundo informou, foram apreendidos documentos contendo planos de destruição de uma série de importantes estruturas da economia nacional.

## Deputados brasileiros debatem Constituição

A Assembleia Nacional Constituinte do Brasil começou na passada quinta-feira a elaboração do novo texto constitucional. Durante duzentos dias, os 559 deputados e senadores, eleitos em 15 de Novembro último, devem analisar todas as propostas e preparar o projecto de lei fundamental. De registar que aprovação da agenda de trabalho e a formação das oito comissões e 24 subcomissões só foi possível após dois meses de animados debates. Devido a este atraso, a nova Constituição do Brasil já não entrará em vigor em Setembro próximo, como estava previsto, mas apenas no início de 1988.

Entretanto, em entrevista à revista moçambicana «Tempo», o presidente brasileiro, José Sarney, manifestou o apoio do Brasil à aplicação de sanções eficazes contra a África do Sul, considerando-as o meio mais eficaz para a liquidação do *apartheid*. Após reafirmar a solidariedade do Brasil com os Estados Africanos da «Linha da Frente», o presidente Sarney referiu-se ao problema da dívida externa dos países em vias de desenvolvimento, sublinhando que a sua solução é impossível sem uma profunda reorganização do sistema de relações internacionais com base em princípios justos.

(...)  
«O Partido Comunista tem repetidas vezes afirmado que nenhuma força política antifascista, isolada, tem forças bastantes para derrubar o fascismo e salvar Portugal da peste fascista, que essa é uma tarefa comum de todas as forças democráticas e patrióticas do País.

A correlação de forças existente não permite a qualquer partido ou agrupação democrático governar sozinha o País. Isso tem de ser feito em estreita unidade com as várias camadas da população portuguesa e partidos políticos. Esta é a orientação que o Partido Comunista defende. No seu Projecto de Programa o Partido Comunista expressa claramente a sua política que, ao contrário do que procuram fazer crer os fascistas, não é de hostilidade para as classes médias, mas antes de fraternal colaboração com essas classes e com os partidos políticos que as representam. O derrubamento do fascismo e a instauração de um governo de feição democrática e popular no nosso país são o caminho da salvação nacional e da libertação nacional, não somente para as classes trabalhadoras, mas também para as classes médias, para todos os portugueses cujos interesses não estejam estreitamente ligados ao grande capital monopolista nacional e estrangeiro ou à governação fascista.»

(«A política do governo arruína as classes médias» — «Avante!», VI série, n.º 198, Abril de 1955)

«O povo de Silves, principalmente a classe corticeira, protesta massivamente e contra a falta de géneros, em especial contra a falta de azeite e contra o racionamento do pão. Assim, há tempos, tiveram lugar no Sindicato Corticeiro três grandes concentrações populares, nas quais se exigiu que fosse fornecido a tempo o azeite, mais quantidade de pão, mais géneros, e se protestou contra o aumento que se pretendia fazer no preço das senhas de racionamento.

Em resultado da firmeza e unidade da classe corticeira e da população em geral, algumas das reivindicações foram atendidas. O azeite foi distribuído no dia seguinte, facto que há mais de 2 meses não sucedia, as senhas continuam a custar \$70 e não \$40 como a autoridades pretendiam, e ficaram sendo grátis para os desempregados e indigentes, como a classe corticeira reivindicou. Como a questão do pão não fosse resolvida, o povo, reunido noutra concentração, elegeu uma comissão para ir a Faro apresentar o problema ao Governador Civil.»

(«Luta da população de Silves» — «Avante!», VI série, n.º 87, segunda quinzena de Abril de 1946)

«Os jornais noticiaram há umas semanas atrás que F. Meira, director do Banco de Portugal, tinha falecido. Tiveram o cuidado de ocultar que se tinha suicidado. E por que se suicidou? Porque, tendo entrado em negócios, estava comprometido em letras no valor de 24 mil contos e não podia pagar por não ter conseguido efectuar os negócios.

Mas este não é caso único. Um tal Tavares, homem de confiança do «Estado Novo», chefe da secção de empreitadas da Caixa Geral de Depósitos, ausentou-se para o Brasil depois de ter praticado um desfalque que se diz ter atingido cerca de 20 mil contos.

Estes são os ladrões descarados. Mas todos os tubarões fascistas roubam conforme podem para fazerem uma vida de luxo e opulência como em Portugal nunca se havia visto.

(«Corrupção do «Estado Novo»» — «Avante!», VI série, n.º 51, primeira quinzena de Abril de 1944)

## Internacional

# «O mundo actual está tão interligado»!

## Gorbatchov propõe em Praga o fim das armas nucleares e químicas

«É precisamente ao socialismo que a Europa pode agradecer que os seus povos já há cinco décadas não conheçam a guerra. Também hoje estamos decididamente contra a divisão do continente em blocos militares opostos, contra o amontoar de armas, contra tudo o que é fonte de ameaça de uma guerra.»

Ao socialismo se deve a paz. E naturalmente à mancha de povos libertados, que de forma decisiva alastrou e se afirmou no pós-guerra. Às lutas dos trabalhadores. À batalha de massas pela paz.

A paz de forma alguma assenta na crescente ameaça nuclear, a «dissuasão», como é defendido em várias capitais do mundo capitalista.

É esta interligação profunda entre socialismo e paz, entre um novo salto no desenvolvimento do socialismo e as perspectivas abertas de finalmente se dar o primeiro passo no desarmamento — que constituem o conteúdo essencial do importante discurso pronunciado pelo camarada Gorbatchov em Praga, em vésperas da visita de Shultz a Moscovo, para conversações sobre a possível liquidação dos mísseis de Médio alcance na Europa, como é proposta da União Soviética.

Proposta ainda alargada a outros domínios de armamento, como foi divulgado pelo dirigente soviético na capital checoslovaca.

### Revolução no socialismo?

A pergunta é de Gorbatchov. «Pode-se falar de transformações revolucionárias num país que passou pela revolução social mais profunda da História da humanidade, num país em que se construiu o socialismo? Penso que sim, que exprime

com exactidão a essência do que se está a passar».

E porquê? Porque também no processo de desenvolvimento do socialismo «pode surgir, e na prática surge, a necessidade de renovar periodicamente as formas que assumem as relações sociais. Ou seja, de acordo com a conhecida lei formulada por Karl Marx e Frederic Engels — as relações sociais devem corresponder ao nível de desenvolvimento das forças produtivas. Em princípio, no socialismo, esta tarefa deve ser resolvida constantemente, aperfeiçoando tal ou tais aspectos das relações sociais. Mas quando se não realizam essas transformações, os problemas arrastam-se por muito tempo e acumulam-se, surge a necessidade de recorrer a meios mais radicais e utilizar métodos mais revolucionários.»

É isto que está hoje em causa.

O que significa «aproveitar plenamente o potencial criador do socialismo, fortalecer o nosso sistema social».

Como iniciador deste processo revolucionário — e isso é particularmente importante — está o

Partido Comunista da União Soviética.

O objectivo final — «garantir uma vida melhor ao povo soviético, estabelecer métodos superiores de organização e justiça social».

O motor — o desenvolvimento da democracia socialista. Porque «só o povo, com todo o poder do Estado nas suas mãos, o povo como gestor responsável de tudo o que acontece no país, na região, na cidade, em cada empresa, é capaz de resolver as exigentes e variadas tarefas que a reestruturação impõe, é capaz de fazer avançar a sociedade soviética para novas perspectivas de progresso socioeconómico e científico-técnico».

### Exige-se paz, exige-se desarmamento

Os objectivos do socialismo correspondem de facto aos mais profundos anseios e necessidades dos povos, e as suas respostas às questões levantadas pela revolução técnico-científica são as únicas verdadeiramente humanistas. Uma realidade objectiva que está ainda bem longe de ser acessível a todos. E que sem dúvida o processo em curso de revolução no socialismo, ajudará a esclarecer.

Mas há um outro domínio em que a identidade de interesses entre o socialismo e as aspirações e necessidades de todos nós são bem mais evidentes. E hoje mais do que nunca. A necessidade de paz e de desarmamento.

A paz afirma-se como necessidade intrínseca (desde sempre)



Gorbatchov na visita à Índia, onde foi assinado um importante documento consagrando princípios essenciais para a Paz. Um dos muitos momentos do que tem sido uma batalha sem tréguas

do socialismo. Necessidade vivamente sentida para todos os povos e países. Necessidade para a própria sobrevivência da humanidade e do planeta Terra na sua forma actual, verde e azul, pulsando de uma magnífica diversidade de formas de vida.

Gorbatchov sintetiza esta realidade numa imagem bem esclarecedora. «O mundo actual está tão interligado que os diferentes países se assemelham a um grupo de alpinistas, presos entre si por uma corda única e uma vertente montanhosa. Ou avançam juntos para o cume ou precipitam-se juntos no abismo».

É nesta perspectiva que a URSS avança sempre renovadas propostas de desarmamento, torneando e defrontando as barreiras sucessivas lançadas pelo capital a este processo (preso na restritiva lógica da sede de lucro e poder).

Em debate nestes dias em Moscovo, a proposta soviética de liquidação dos mísseis de médio-alcance na Europa, «num esforço de empreender o primeiro e por isso o passo mais importante no caminho do desarmamento».

Simultaneamente «para facilitar uma rápida assinatura do acordo sobre mísseis de médio alcance na Europa, propomos iniciar negociações sobre a redução e posterior liquidação dos mísseis com um alcance entre 500 e 1000 quilómetros, instalados no continente europeu, sem as vincular ao desenvolvimento ou resultado da solução das questões dos mísseis de médio alcance.»

Mais uma proposta, a que ainda outras se somam.

Reunião em Viena — onde actualmente se realizam consultas entre os países do Tratado de Varsóvia e os países da NATO — de todos os ministros de Negócios Estrangeiros dos países participantes na Conferência de Segurança e Cooperação na Europa, para que sejam iniciadas conversações com vista à redução radical dos arsenais de armas nucleares táticas, das forças armadas e dos armamentos convencionais.

A proibição definitiva, e ainda este ano, das armas químicas. Neste domínio, a União Soviética já tomou mesmo a iniciativa. «Posso comunicar-lhes que a União Soviética cessou a produção de armas químicas. Os outros países do Tratado de Varsóvia, como é sabido, nunca as produziram, nem as armazenaram no seu território. A URSS não possui armas químicas fora das suas fronteiras e quanto aos arsenais quero informar que no nosso país se iniciou a construção de uma empresa especial para a sua liquidação».

As propostas estão na mesa. Que resposta por parte do imperialismo? Para quando a compreensão dessa realidade inerente à nossa época: «O mundo actual está tão interligado»!

# Coreia, propostas de paz

O governo ditatorial da Coreia do Sul recusou as conversações político-militares propostas pela República Democrática Popular da Coreia, e que deveriam ter lugar ainda este mês. Decisão assumida poucos dias antes de outras, não menos significativas, no plano interno: o ditador Chun Do Hwan suspendeu as negociações com os sectores de oposição legalmente reconhecidos e recusou-se a aceitar o princípio de eleições presidenciais directas.

E recusa formal de Seul em participar nestas conversações vem na lógica de outras posições anteriores. Assim, por exemplo, em Fevereiro de 1986, em resposta à iniciativa de Piongiangue (República Democrática), que então propôs a suspensão dos grandes exercícios militares, foi anunciado o início das

manobras «Team Spirit 86». Poucos meses após as propostas da República Democrática Popular da Coreia (RDPC) no sentido da transformação da península em zona livre de armas nucleares, foram conhecidos os planos dos Estados Unidos para instalar em território sul-coreano os mísseis «Lance» capazes de transportar cargas nucleares.

Estas até à data as repostas concretas de Seul ao continuado esforço da RDPC para que na península seja criado um clima de paz propício a uma futura reunificação do país, dividido no pós-guerra pelo imperialismo norte-americano, num processo que haveria de ter sido de libertação!

Piongiangue propõe a cessação das recíprocas recriminações políticas, a renúncia a manobras militares de grande

envergadura, o fim da corrida aos armamentos, a transformação da zona desmilitarizada em zona de Paz. Passos possíveis para a criação de um clima favorável ao clima favorável ao diálogo.

Muitas propostas com os mesmos objectivos básicos foram já anteriormente dirigidas pela República Democrática a Seul. Estas inserem-se entretanto no novo contexto criado na zona.

Por um lado, o agravamento da militarização da Coreia do Sul. As tropas norte-americanas aí aquarteladas dispõem já de mil cargas nucleares de diferentes tipos, desde minas até às ogivas de mísseis. A este arsenal trata-se entretanto de juntar agora mísseis «Lance», mísseis táctico-operacionais que têm por objectivo assentar golpes nucleares à retaguarda do adversário,

e que também podem ser munidos de ogivas de neutrões.

Por outro lado, desenvolvem-se na zona múltiplas iniciativas no sentido de criar condições de paz. Vietname, Laos e Kampuchea orientam os seus esforços no sentido de uma normalização da situação no Kampuchea. A Mongólia propõe a convocação de um fórum pan-asiático da opinião pública pela paz e a cooperação.

Ao arripio destes esforços concertados anda o governo de Seul (com o apoio manifesto do imperialismo). Contra um crescente movimento popular no país, que, apesar da violenta repressão, abertamente exige a democratização da vida política, a retirada das tropas norte-americanas, o desmantelamento das bases militares. Exigências confluente com as propostas da República Democrática.

# Em Foco

Avante!

Ano 57 - Série VII  
N.º 694

16 de Abril de 1987

3.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

JUVENTUDE EM FESTIVAL

AMAR  
O TEJO  
VIVER  
A PAZ



**A**mar o Tejo. Viver a Paz. Duas frases que explicam quase tudo das razões que no passado fim-de-semana levaram à FIL milhares de jovens, numa afirmação de consciência colectiva que certas forças da sociedade tão denodadamente se têm esforçado por fazer crer que não existe.

Se os jovens estiveram em maioria, as crianças e os adultos também não faltaram. E o mais curioso era a sensação imediata - e ilusória - de que entre todos muito pouco haveria em comum. Puro engano. A diferença de idades, de credos, de maneira de estar na vida, nada significa quando todos desejam uma vida melhor, amam a vida.

O Tejo é um símbolo. A Paz o maior bem a defender. Ambos estão ao alcance das mãos. Se se fizer por isso.

O encontro na FIL foi o ponto de partida. Com exposições, filmes, debates, música, muita música. Cá fora correu-se, passeou-se de barco, dançou-se.

Numa forma simples de dizer que a vida é um bem para se guardar, como quem diz para se viver, sem armas, sem medo, sem a morte lenta da poluição, sem a agressão quotidiana ao ar que se respira, à água que nos banha, à terra que nos alimenta.

Quantos dos que estiveram na FIL se lembrarão dos golfinhos no Tejo? Dois, três, mela dúzia? Mas quantos dos que foram à FIL não viram já submarinos nucleares no Tejo? E quem não pensou, ao menos uma vez, o que será desta Lisboa, deste País, se uma guerra nuclear acontecer, alvo preferencial que somos com esses navios de guerra, as bases militares e sabe-se lá que mais que por aí há sem (quase) ninguém saber?

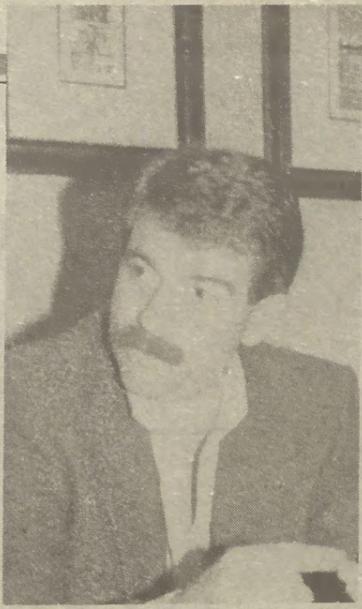
Dizer que os jovens não se interessam por tais coisas é subterfúgio simples para fugir ao debate. Eles lá estiveram na FIL, cabeças rapadas ou longas cabeleiras, estudantes ou trabalhadores, brincos nas orelhas ou emblema ao peito, na sua forma própria de dizer que o Tejo e a vida que querem não é esta imposta por quem da vida só conhece os meandros que levam à opressão e à morte.

O simples facto de estar ali, de viajar nos cacilheiros de Lisboa a Vila Franca - por esse rio acima como na canção - de correr com o archote da Paz, foi uma forma bem firme de dizer presente ao apelo que deu o nome à iniciativa.

Foi muito? Foi pouco? A promessa «até para o ano» é a melhor resposta. ■



POR UM  
TEJO LIVRE  
DE ARMAS  
NUCLEARES



**Gerardo Iglésias  
ao «Avante!»**

# Pode dizer-se que o PCE recuperou uma parte muito importante da sua influência social

**N**o decorrer da sua visita a Portugal a convite do PCP, o camarada Gerardo Iglésias, secretário-geral do Partido Comunista de Espanha concedeu ao «Avante!» a entrevista que hoje publicamos. Sobre a situação em Espanha, caracterizada por grandes lutas de massas, sobre o movimento pela Paz no seu país, sobre a unidade dos comunistas espanhóis e as relações do PCE com os outros partidos do movimento comunista internacional, sobre as iniciativas de Paz da URSS, o dirigente comunista do país irmão falou ao nosso jornal.

«Avante!» — Têm-se registado, ultimamente, em Espanha, múltiplas e importantes lutas, abarcando diferentes sectores de trabalhadores, dos mineiros das Astúrias aos agricultores da Galiza, passando por trabalhadores da Saúde e Transportes. Qual o significado dessas lutas e a perspectiva do seu desenvolvimento? O que pode dizer sobre o papel do PCE nessas lutas?

**Gerardo Iglésias** — Efectivamente, desde há quatro meses quase que poderíamos dizer que a Espanha é uma «greve», porque temos um movimento grevista e manifestações de rua que abarcam praticamente todos os sectores, desde a produção, aos serviços e também sectores das classes médias.

Houve um enorme movimento estudantil, que se manteve durante dois meses, e entraram em luta todos os sectores, desde os ferroviários, a aviação civil, a saúde, os mineiros, para além de acções generalizadas, como a onda de greves nas Astúrias, onde tudo parou — produção, serviços, administração e, inclusivamente, o comércio.

O que expressam? O que está por detrás destas mobilizações? Bem, cada uma destas mobilizações sectoriais coloca as suas reivindicações concretas, de ordem salarial, condições de vida, etc. Mas existe um denominador comum em todas estas mobilizações. Para além das reivindicações concretas, existe um pano de fundo local correspondente a um mal-estar muito grande contra a política geral do governo e, particularmente, contra a sua política socio-económica.

É uma política antipopular, que favorece unicamente os grupos privilegiados de sempre. E isto não é um recurso à demagogia, é uma constatação de facto. A banca está a obter os seus melhores resultados de sempre, as grandes empresas estão também a obter lucros extraordinários e são eles próprios que o reconhecem, não é um segredo.

Entretanto, o poder de compra dos trabalhadores reduz-se todos os dias. Desde que temos o Governo PSOE há mais um milhão de trabalhadores desempregados. E não se vê um túnel de saída, cada vez há mais desempregada, ainda que o presente Governo diga que estamos a sair da crise. Mas os dados indicam o contrário, que o próximo ano vai ser pior, porque o ano de 1986 teve algumas vantagens conjunturais — baixa do preço do petróleo, desvalorização do dólar, etc.

Qual o papel do PCE em toda esta mobilização? Digamos, para sermos rigorosos, que o PCE é a única força da Esquerda Unida que está a transferir para o Parlamento as reivindicações que se fazem na rua. Por ou-

tro lado, não é segredo para ninguém, que o PCE tem uma grande influência no seio das Comissões Operárias e as Comissões Operárias são o principal protagonista de todas estas mobilizações. Com isto está dito, mais ou menos, qual é a influência do Partido no movimento deste processo.

«Avante!» — Que problemas e exigências fundamentais estão na base de um movimento estudantil que, tudo parece indicar, vai prosseguir? E que perspectivas?

**Gerardo Iglésias** — A diversos sectores surpreendeu a eclosão de um movimento tão imponente, sobretudo porque numa primeira fase o movimento partiu de jovens de 15 anos e foi francamente impressionante. Porque foi uma demonstração de combatividade e de responsabilidade em todas as suas capacidades de organização. Mantiveram o movimento na rua durante meses, de forma muito consequente, muito organizada, muito responsável. E, para além disso, com uma visão muito clara da luta.

Procuraram imediatamente a convergência com o movimento operário. Creio que um método singular deste movimento estudantil é que logo que surgiu criou bases novas que vão permitir no futuro — e estão a permiti-lo já — uma convergência entre a luta do movimento estudantil e a luta do movimento sindical. Parece um método que vale a pena sublinhar. Na base da eclosão desse movimento o que existe é um mal-estar pela política geral do país. Nisto coincidiu todo o movimento.

Todos os observadores políticos, qualquer que fosse o seu partido, toda a gente que se manifestou sobre o movimento estudantil estava de acordo em que o que existia como pano de fundo era uma frustração, uma falta de horizontes, uma falta de perspectivas — as pessoas estudam mas não têm trabalho. A política governamental é uma permanente mensagem de impotência e dizem sempre que esta é a única política e que não se poderá fazer outra coisa.

Claro, não se poderá fazer outra coisa, pois pelo que se sente o Governo está muito bem, não tem dificuldades, mas para os que não têm trabalho e não o vão ter amanhã, dizer-lhes que não existe outra solução é muito desesperante. Existem, também, componentes de frustração e rebeldia, como é natural, na juventude. Estabeleceram uma lista de reivindicações concretas, umas conseguiram-nas, outras não.

Quanto à perspectiva do movimento estudantil, creio, sem qualquer dúvida, que esse movimento se vai consolidar porque imediatamente se estendeu ao conjunto da universidade e imediatamente afectou também o professorado. Parece-me que foi o pô-

em marcha, de novo, de todo um sector que depois da vitória do Partido Socialista, em 1982, tinha sofrido um refluxo. Toda a universidade espanhola, em geral, e todo o ensino estavam paralisados.

Estão a ocorrer importantes mobilizações massivas de comerciantes, agricultores, trabalhadores agrícolas, de trabalhadores da indústria em geral (mineiros, metalúrgicos, RENFE), sucedem-se mobilizações muito importantes de carácter cívico em geral. Por exemplo, chegou-me aqui a notícia de Reinosa, onde já levam meses a lutar numa situação quase de ocupação militar, com tanques, helicópteros. E não são só as organizações de massas, é todo o povo que sai à rua. Situação semelhante ocorreu em Salamanca. E, contudo, tanto Reinosa, como Salamanca não têm grandes tradições de luta.

Mesmo para mim, que sou natural das Astúrias, foi surpreendente comprovar até que ponto esta onda de lutas foi uma verdadeira paralisação da vida nas Astúrias. Bom, que tenham paralisado os mineiros, a siderurgia, as empresas de serviços e a administração em geral, não é muito significativo, mas já foi muito significativo que tenha parado todo o comércio, isto numa cidade tradicionalmente conservadora. E parou o comércio respondendo ao apelo das organizações comerciais. Dentro desse movimento estão a desempenhar um papel muito importante os professores das univer-



sidades e há milhares e milhares de pessoas nas ruas.

«Avante!» — Como considera o PCE o amplo movimento pela Paz em Espanha? Neste momento concreto de conversações entre o governo de Madrid e representantes de Washington, que exigências imediatas se colocam por parte das forças pacifistas?

**Gerardo Iglésias** — Hoje, o movimento pela paz, na Espanha, é um movimento de muita envergadura. Em torno da batalha do referendo, em torno da luta pela saída da Espanha da OTAN, o movimento cresceu, desenvolveu-se muito, houve mobilizações muito importantes, de centenas de milhares de pessoas. Hoje, pode dizer-se que em Espanha o movimento pacifista tem uma grande base social e uma grande capacidade de mobilização. Recentemente, houve uma marcha de Madrid até à base de Torrejón, que mobilizou mais de uma centena de milhares de pessoas.

Este movimento, evidentemente, é unitário, inclui forças e partidos muito diferentes e temos tido uma atitude de respeito perante ele e de nenhum modo pretendemos impor-lhe uma hegemonia, pelo contrário, todos os esforços do Partido são para o integrar, pois entendemos que a luta pela paz pode incluir forças muito diferentes.

Presentemente, um objectivo que para nós é fundamental é conseguir a não-ratificação da permanência da Espanha na OTAN, porque entendíamos

e entendemos que a Espanha numa posição de neutralidade poderia desempenhar um papel muito positivo e a favor da paz no mundo. Mas o referendo realizou-se e perdêmo-lo. Continuamos a ser completamente contrários à existência de blocos militares, mas as coisas são como são.

Objectivo imediato: desmantelamento das bases americanas em Espanha e cumprimento das três condições do referendo, porque a pergunta que fizeram aos cidadãos espanhóis no referendo, para se ratificar ou não a permanência espanhola na OTAN, levava implícita três condições que o próprio Governo introduziu: primeiro, a redução progressiva das bases americanas em Espanha; segundo, o compromisso da não-nuclearização da Espanha; terceiro, não integração no dispositivo militar da OTAN.

Nenhuma destas condições está a ser cumprida. Afirmando categoricamente. De facto estamos já a integrar a estrutura militar da OTAN, assumindo compromissos como qualquer outro país da OTAN. Não se assumiram completamente, mas estão em negociações, pois os passos que começam a ser dados supõem a violação clara dessa condição.

Em relação à questão das bases, está-se a negociar com os americanos e o Governo está a dar uma aparência de firmeza, na qual não acreditamos, pelo contrário, só a pressão popular pode determinar que entremos finalmente num processo de redução progressiva ou, o que seria muito mais desejável, o completo desmantelamento das bases. Nós lutamos pelo desmantelamento imediato. Vamos apresentar dentro em breve uma proposta a esse respeito no Parlamento, para que se cancele o acordo bilateral que termina no mês de Outubro, para denunciar o acordo e, além disso, parece-nos que é uma condição essencial o desmantelamento das bases americanas, para que se cumpra a terceira condição — a não-nuclearização da Espanha.

E quero dizer algo sobre a questão da nuclearização, porque no afecta a todos na Península Ibérica. Evidentemente, se há armamento nuclear nas costas espanholas, no Mediterrâneo, no Estreito de Gibraltar, em Cádiz, em Rota, tudo isto afecta a Península Ibérica. A VI Esquadra america-



Momentos da visita a Portugal do camarada Gerardo Iglésias, secretário-geral do PCE



na, que atraca nos portos militares e civis, tem armamento nuclear, os aviões estacionados em Torrejón estão concebidos para, em caso de crise, transportarem armamento nuclear. Na base de Rota existe parte de um dispositivo de vigilância oceânica, que é um dispositivo de orientação de determinados mísseis nucleares dos EUA, pelo que a Espanha, através deste mecanismo, está implicada em toda a questão do armamento nuclear. Afirmamos que a não-nuclearização de um país não consiste apenas em não possuir ogivas nucleares ou silos para mísseis; a não-nuclearização supõe não se envolver em nenhum mecanismo que esteja relacionado com o armamento nuclear.

A Espanha hoje tem um duplo objectivo, que consideramos imediatos e que são o desmantelamento das bases americanas, para a qual estamos a desenvolver uma campanha sob a palavra de ordem «Fora com as Bases» e que acreditamos irá mobilizar muitas centenas de milhares de pessoas até à data do termo do acordo, e a luta pelo cumprimento das condições do referendo.

**«Avante!» — É sabido que, por diferentes condicionantes históricas e, naturalmente, razões de ordem política, os comunistas espanhóis não têm estado unidos. Poderemos falar hoje de um processo de unificação?**

**Gerardo Iglésias** — O PCE viveu uma crise muito grande, muito profunda, crise que remonta ao IX Congresso do Partido, o primeiro na legalidade, ainda que no princípio a crise estivesse num estado larvar e que só surgiu claramente no X Congresso, em 1980.

Em 1982, a crise atinge o grau mais elevado com a derrota eleitoral, em que nós passámos de 21 para 4 deputados. Naquele momento convergem os efeitos da derrota eleitoral com um abandono do Partido por parte dos seus militantes.

Verifica-se então a demissão de Carrillo e uma mudança na direcção. A partir de então ocorre, no Partido, uma reorientação no aspecto da sua política e, sobretudo, produz-se de novo, no Partido, uma reorientação para a sociedade e para os movimentos sociais, onde o Partido tinha abandonado muito o trabalho.

E, pouco a pouco, ganhando influência e mudando a situação. Hoje, pode dizer-se que muitos camaradas voltaram ao Partido, inclusive alguns grupos organizados, como o que é dirigido por Lister. Pode dizer-se que o Partido recuperou uma parte muito importante da sua influência social. Eleitoralmente recuperámos um pouco, nas câmaras temos uma representação bastante considerável, nos parlamentos regionais e, inclusive, nas últimas eleições gerais subimos. A situação de normalidade e unidade dentro do Partido é importante, mas o que sucede é que não estão no Partido todos os que saíram. Neste momento estamos em negociações com o Partido Comunista dos Povos de Espanha, que é a cisão mais importante que se verificou nestes últimos anos e que tem menos influência no resto da Espanha.

Não posso afirmar taxativamente

que a unidade com o PCPE se vai efectuar daqui a seis meses, mas é possível que se faça. De qualquer maneira estamos a trabalhar com uma mesma política, de forma unitária, no seio da esquerda unida e em negociações concretas para a unidade orgânica com o Partido Comunista dos Povos de Espanha. É esta a situação. Para ser rigoroso, devo dizer que a maior parte dos comunistas que não estão no PCE, também não estão noutro grupo, dispersaram-se.

Uma parte importante dos que se dispersaram a partir do momento da crise de 1982 voltaram, mas há uma outra parte que não.

Nós trabalhamos na direcção de fazer a unidade orgânica, para ir recuperando os comunistas que não estão em nenhum grupo organizado, muitos dos quais já estão a colaborar com o PCE, nalguns casos não têm ainda o cartão e vão-no conseguindo-o com o trabalho. Sem nenhum triunfalismo, posso dizer que a situação do PCE é hoje completamente diferente e muito melhor do que a que existia há três ou quatro anos.

**«Avante!» — Qual é o ponto da situação actual no que respeita às relações do PCE com os outros partidos do movimento comunista internacional?**

**Gerardo Iglésias** — No passado distanciámo-nos de uma série de partidos. Entre outras razões, e há que afirmá-lo com clareza, porque houve por parte do PCE um núcleo bastante arrogante, e mantiveram-se determinadas atitudes perante os outros partidos justificadas a partir da essência da nossa independência.

Bem, para nós, a independência do nosso partido não é negociável, nem discutível. O que sucede é que se pode manter a independência com uma atitude pelo menos respeitosa pelos partidos que têm os mesmos projectos, ainda que possam divergir na apreciação da situação política ou sobre a estratégia.

E devo dizê-lo — já o fizemos no nosso XI Congresso e têm-lo feito depois — reconhecemos autocríticamente que tivemos uma conduta bastante lamentável em relação a alguns partidos comunistas. Feita a mudança na direcção do Partido, em 1982, foi este o primeiro problema a considerar e recordei que numa conferência que realizámos antes do XI Congresso, pouco depois da minha eleição como secretário-geral, o relatório considerava a necessidade de normalizar re-

lações com todos os partidos comunistas. Sem dúvida, com base na nossa total independência, mas também na base do respeito por todos os partidos irmãos.

A partir daí pusemo-nos a trabalhar e vim encontrar-me com Álvaro Cunhal, fui a França encontrar-me com Georges Marchais, fui a Cuba falar com Fidel Castro e devo dizer, para satisfação pessoal e satisfação do Partido, que tem sido muito fácil ir normalizando as relações com todos os partidos com os quais praticamente não existiam. Actualmente, as relações estão normalizadas com quase todos os partidos comunistas, incluindo com o PCUS, onde ainda há pouco estive com uma delegação e onde se firmou um documento que refere a normalização das relações interpartidárias.

É verdade que há partidos com os quais, nos últimos tempos, temos tido poucas relações. Mas é um problema de tempo. Contudo é significativo que tendo cortado relações com o Partido Comunista da Checoslováquia as tivéssemos reatado, que tendo relações distantes com o Partido Operário Unificado Polaco as normalizásemos. Hoje, globalmente, voltamos a encontrar-nos numa situação de normalidade nesse sentido.

Além disso quero sublinhar que foi fácil normalizar as relações com os partidos em relação aos quais existia maior divergência e afastamento, sem renunciar de modo algum aos nossos pontos de vista, em muitos casos divergentes dos dos outros partidos.

**«Avante!» — Pode dizer-se que a política de paz desenvolvida pela URSS está no centro das atenções a nível internacional. Como valoriza o PCE esta política? Pensam os nossos camaradas do PCE que ela poderá dar também um contributo à sua própria batalha contra as bases militares norte-americanas em Espanha?**

**Gerardo Iglésias** — Em primeiro lugar, a nossa apreciação sobre a nova política é inteiramente positiva. Parece-nos que é de uma grande importância. Primeiro, porque a política que Gorbachov está a desenvolver permitiu à URSS, em muito pouco tempo, recuperar muitas iniciativas que não tinha. É uma política que está ligada a um amplo movimento pacifista que se desenvolve na Europa.

E, facto muito importante, é uma política que cortou o círculo vicioso

em que estávamos metidos e que, para utilizar um termo futebolístico, pôs a bola no campo de Reagan. Creio que em muito pouco tempo se invertem os papéis. Um Gorbachov jovem, vigoroso, pacifista até à medula, e um Reagan completamente à defensiva, sobretudo face à opinião pública. É uma coisa importante, pois é uma política que, estou convencido, nos conduz a um processo de desarmamento e, para nós, actualmente, o tema do desarmamento é considerado como um facto importantíssimo. Primeiro porque o desarmamento, a liquidação final dos blocos militares, significa uma maior garantia de que haverá paz no mundo e eliminará a ameaça real que pesa sobre a humanidade. Em segundo lugar, o que fica demonstrado, do nosso ponto de vista, é que o domínio da política internacional pela bipolarização é um enorme travão ao desenvolvimento das forças progressistas em todo o mundo. E creio que algumas ideias que se ouvirem então de que a luta de classes se dirimia na confrontação entre os blocos, no dia de hoje está demonstrado que a bipolarização como elemento hegemónico entre as relações internacionais é um obstáculo tremendo para a luta revolucionária.

Na medida em que as novas iniciativas de Gorbachov e a própria cimeira de Reikjavik começaram a pôr em causa toda essa série de conceitos sobre o equilíbrio de terror, as pessoas acreditam cada vez mais que a única garantia de paz é o desarmamento e o desmantelamento dos blocos militares e não o equilíbrio de uma louca corrida aos armamentos. Hoje, os conceitos básicos da corrida aos armamentos estão a quebrar-se na medida em que se aprofundam estes pontos de vista da opinião pública. Evidentemente, criam-se-nos melhores condições para retirar as bases americanas de Espanha e para defender a não-nuclearização da Península Ibérica e da Espanha. Gorbachov

uniu uma política internacional com uma política de renovação e de democratização no interior da União Soviética. Apresentou propostas justas. Creio que na medida em que esta política se desenvolva, a contribuição para o movimento progressista revolucionário em todo o mundo vai ser extraordinária. Disso não tenho dúvidas. Vivo num país onde não há senão simpatias pela União Soviética, no meu país existe um anti-americanismo tremendo. Ninguém foi capaz, a nível popular, de suscitar o anti-sovietismo. Contudo devo reconhecer que ao tipo de sistema, ao tipo de regime faltava-lhe atractivo.

Todas as reformas que se estão a realizar no plano interno e que eu vejo como muita inteligência e muita valentia, estão já a dar um enorme prestígio a Gorbachov e à União Soviética. E isso vai redundar em benefício de todas as forças que lutam pelo socialismo no mundo. Assim, creio que essa política não só é boa para os comunistas na Espanha, mas também para todo o potencial progressista revolucionário na Espanha e não só.

O simples facto de que se retirem na Europa os mísseis de médio alcance é o suficiente para que no dia seguinte se sinta um tremendo alívio, que pode mudar muitas coisas e sempre a favor das forças de esquerda e dos comunistas.

Não queria concluir sem dizer que estamos satisfeitos com a visita de Cunhal a Espanha, assim como da nossa visita, agora, a Portugal, pelo que significa no aprofundar de uma nova etapa nas relações dos dois Partidos, pelo que significa de conhecimento e experiência mais completa das vossas realizações. Sois sem dúvida um grande partido no vosso país. Encontrei aqui muito carinho e muita cordialidade por parte dos camaradas.

Desejo ao PCP muitos êxitos nessa extraordinária batalha, pela defesa das conquistas da Revolução de Abril e pelo regresso ao caminho da revolução democrática ■

■ Carlos Carvalhas

# A CEE e a «factura» portuguesa

No balanço do primeiro ano de integração, os apoletas da adesão, procuram divulgar com pretensa objectividade duas conclusões: a de que não houve desastre nem milagre, pelo que é preciso deixar aberta a porta da esperança e a de que o ano não foi mau porque as transferências da CEE foram positivas.

Vejamos as transferências. Mesmo aceitando o valor do Governo (30 milhões de contos), embora o Diário da República de 12/3/87 ainda contenha uma declaração da Direcção-Geral da Contabilidade Pública de 16/2/87 com uma transferência para a CEE de 2,8 milhões de contos referentes a 1986, o balanço não se pode limitar aos fluxos institucionais: terá de ser global e abranger o económico, o financeiro e o social (\*).

Ora o que se verificou é que no primeiro ano de adesão o défice comercial com a CEE, incluindo a Espanha, agravou-se em 95,6 milhões de contos. Agravaram-se os saldos com

praticamente todos os países da CEE, mesmo com aqueles em que este é positivo. A taxa de cobertura das exportações pelas importações portuguesas ficou em cerca de 34%. A CEE forneceu 60% das importações portuguesas, contra 46% em 1985. E isto não é explicado por desvio de comércio.

Mas este é apenas um aspecto. Um outro, diz respeito à crescente penetração das multinacionais que se vão apoderando dos recursos e das áreas mais rentáveis da economia portuguesa. Mas não só. Senão vejamos.

Uma metalurgia do cobre a instalar no País é estimada em cerca de 60 milhões de contos a preços actuais. Se a Rio Tinto Zinc conseguir que esta não se faça em Portugal e que as pirites de Neves-Corvo sejam tratadas na sua metalurgia na zona de Huelva em Espanha, temos de concordar que perde o País, mas que ganha e muito a Rio Tinto Zinc.

Se a CEE conseguir reduzir a Siderurgia Nacional a uma mini-siderurgia, perde o País ( não aproveita um recurso nacional, o ferro de Moncorvo, não utiliza os 40 milhões de contos de material encaixotado no Seixal, etc.), mas ganham as siderurgias da CEE que não só não têm concorrência do ferro português como têm a possibilidade de colocar algum ferro que sobra nos seus mercados.

E quando Portugal é obrigado a financiar o escoamento dos excedentes das matérias gordas para os quais nada contribuiu, então a factura «paga» pela CEE torna-se perfeitamente justificada. Aquilo que dá com uma mão retira, a dobrar com a outra.

A CEE não é de facto uma instituição de beneficiária.

O saldo positivo das transferências institucionais, é um preço irrisório comparado com os lucros que os monopólios da CEE estão e irão obter à custa do País. É uma factura barata que a CEE está disposta a «cobrir» para se apoderar crescentemente da soberania do País.

Aliás a Grécia é um caso significativo.

É que, apesar das transferências líquidas da CEE para a Grécia, este país, a partir de 1981, data da sua adesão, agravou os défices da balança comercial e de transacções correntes e tem hoje (apesar de em 1986 ter reduzido o défice da BTC mais do que nós, devido à conjuntura externa) uma dívida externa de cerca de 16 850 milhões de dólares, quando antes da adesão esta era das mais modestas. De 1977 a 1980, antes da adesão, o défice médio da BTC foi de 1500 milhões de dólares. De 1981 a 1984, depois da adesão, o défice foi de cerca de 2000 milhões de dólares. O acréscimo médio foi de 35%. Por sua vez o Produto Interno Bruto cresceu de 1975 a 1980 a uma taxa média de 4% e de 1981 a 1986 a taxa média de crescimento foi apenas de 0,9%!



As transferências dos Fundos Estruturais da CEE para a Grécia são assim irrisórias quando comparadas com o que a «Comunidade» têm obtido neste país.

Um outro caso apontado pelos apologetas da adesão como um exemplo para Portugal, porque tinha obtido grandes transferências da CEE é o da Irlanda. É verdade que obteve transferências dos fundos estruturais positivas da CEE, mas também não é menos verdade que a Irlanda é hoje um país com uma grave crise em que a maioria dos seus recursos e empresas rentáveis estão dominados pelos

interesses estrangeiros, nomeadamente os britânicos! (2)

Quanto à outra linha de propagação ela resume-se nesta afirmação: «Um ano após a adesão, não estamos perante o desastre que alguns vaticinaram, nem beneficiámos do milagre da abundância e da qualidade que outros asseguravam e uma coisa é certa, os agentes económicos resistiram de forma razoável a este primeiro e ainda suave embate». (Expresso, Suplemento, 31/1/87).

Grécia			
Transferências líquidas da CEE	(em milhões de dólares)		
	Défice da BTC	PIB	(variação em %)
1975	—	- 953	6,1
1976	—	- 928	6,4
1977	—	- 1678	3,4
1978	—	- 955	6,7
1979	—	- 1888	3,7
1980	—	- 2209	1,8
1981	0,1	- 2408	0,3
1982	0,6	- 1897	0,2
1983	0,8	- 1878	0,4
1984	0,7	- 2131	2,8
1985	—	—	2,1
1986	—	—	0

Fonte: OCDE

Esta avaliação do Expresso, que posteriormente tem servido de mote a vários comentadores, colocando-se numa posição pretensamente «bem pensante», procurando tomar a posição de bisbetizadora e radicalismo de apreciação, para deixar aberta a porta à expectativa, não traduz na realidade nenhuma análise objectiva e fria, nem significa honestidade intelectual.

Quem o afirma sabe que ninguém augurou logo no primeiro ano da integração (a integração com a Espanha inclusive só começou em Março) a ruína de vastos sectores da economia portuguesa. Quem o afirma sabe que a maioria dos sectores portugueses só vão «entrar para a CEE» após 1991, ano em que terminam as primeiras fases das diversas transições.

Mas quem o afirma não desconhece que para os produtos agrícolas que estão na transição clássica, isto é, para aqueles em que houve integração, o primeiro ano foi já de desastre. Os produtores de tomate, os industriais conserveiros, os produtores de leite, e muitos outros, são testemunhas de que a «resistência» nem sequer está a ser «razoável».

Depois, se com a adesão se reduzem as capacidades de produção da Siderurgia, como está inscrito no Plano de Reestruturação — «redução de 90 000 toneladas da capacidade de produção nele prevista» — com o consequente abandono do ferro de Moncorvo, o «embate» não se pode considerar «suave».

Se a gestão da nossa ZEE é entregue à Comissão de Bruxelas, e os atuneiros espanhóis e franceses, sem qualquer contrapartida, passam a pescar nas nossas águas, como está a



acontecer, o «embate» é «doce» como o querem fazer crer.

Por último, se a frota artesanal é afastada dos apoios financeiros da CEE, como foi, o «embate» quer dizer qualquer coisa.

Quando Portugal aliena parte da sua soberania, agravado pelo Acto Único, o «embate» tem inegavelmente um profundo significado, pelo que só pode lavar as mãos do que se está a passar quem quiser assumir a posição de Pilatos.

Uma coisa é certa, com a política de direita que tem vindo a ser seguida desde 1976 e com a entrega e submissão ao imperialismo, Portugal entrará no século XXI como entrou no século XX: na cauda da Europa, reduzido a fornecedor de matérias-primas e mão-de-obra barata e com as suas principais actividades dominadas pelas empresas estrangeiras.

Nos fins do século XIX e no início do século XX Portugal era um dos países mais atrasados da Europa. O capital inglês dominava quase todos os ramos da economia. Estavam nas suas mãos as minas de volfrâmio da Panasqueira e as de pirite de S. Domingos, os transportes ferroviários e urbanos, o comércio externo, as comunicações, a transformação e exportação de cortiça, numerosas empresas manufatureiras e até o vinho do Porto...

Hoje, a grande burguesia, como os factos o demonstram, está pronta, tal como no passado, a alienar a soberania nacional para recuperar ou manter os seus privilégios.

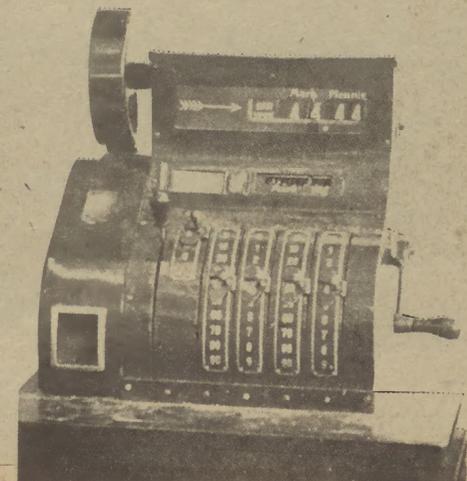
Mas também hoje, tal como ontem, são os trabalhadores os que levantam a bandeira da independência nacional.

Os comunistas portugueses, que foram os que mais estudaram as consequências económicas, financeiras e sociais da integração de Portugal na CEE, e que, pela avaliação negativa estiveram e estão contra a integração, são também agora, por isso mesmo, no quadro da CEE, os que se encontram em melhor situação para defender os interesses nacionais. Até por que, ao contrário de outros, nada têm a esconder. E, como a prática o demonstra, é o PCP na sua continuada acção unitária que, quer no Parlamento Europeu, quer fora dele, procura a defesa dos interesses dos trabalhadores e das camadas médias, os inte-

ressés do Portugal de Abril, livre, independente e soberano. ■

(1) E isto sem entrar na análise da rentabilidade económica, financeira e social dos cofinanciamentos dos Fundos Estruturais, mesmo na óptica nacional. Há inclusive es-cândalos já conhecidos em relação aos FSE.

(2) Um deputado do Parlamento Europeu, ao visitar Portugal, nas vésperas da nossa integração, recordou que na Irlanda, à data da sua adesão, a maioria dos interesses económicos deste país estavam nas mãos dos irlandeses e que hoje estão nas mãos dos britânicos! A taxa de desemprego atingiu neste país os 18 por cento, e isto sem entrar em conta com a emigração (51 000 pessoas, ou seja 5 por cento do total dos efectivos ocupados durante o período de dois anos — de 85 a Abril de 86).



# Quando os EUA atacaram a Líbia

**D**uas horas da madrugada do dia 15 de Abril de 1986. Em Trípoli e em Benghazi, como por todo o território líbio, a generalidade da população dorme, sonha, retempera forças para o novo dia que mal acaba de nascer.

A exemplo de qualquer país do mundo, em circunstâncias normais, as cidades adormecidas estão iluminadas, brilhando na noite escura numa promessa de abrigo a algum retardatário, num descuido inocente de luz e silêncio.

É então que de repente começa o pesadelo. Bombas rebentam por todo o lado, prédios desabam, estilhaços voam em todas as direcções, um barulho ensurdecedor rasga a noite.

Há quem acorde com o corpo dilacerado. Há quem nunca mais acordará.

Há quem procure desesperadamente um abrigo para si e para os seus. Há quem fique paralisado de terror com o pesadelo real da morte e da destruição.

E há a dor, o pânico, a incompreensão, a revolta.

A milhares de quilómetros de distância chega a informação de que a «operação» foi «bem sucedida», para regozijo dos estrategas do Pentágono e da Casa Branca.

Foi há um ano, quando os Estados Unidos desencadearam a bárbara agressão militar contra a Líbia num puro acto de terrorismo de Estado.

Naquele dia o mundo acordou estupefacto com as notícias do ataque americano à Líbia. Não porque fosse de facto imprevisível, mas porque mesmo nas situações mais tensas se acalenta a esperança de que o bom senso acabe por prevalecer e se evitem as tomadas de posição que podem redundar num perigo real para a paz mundial.

Um perigo que os EUA deliberadamente provocaram, sem qualquer justificação, e que só não se transformou num conflito generalizado graças à elevada consciência dos líbios e à generalizada condenação que o brutal ataque de que foram alvo provocou em todo o mundo.

Um perigo que no entanto permanece, como Reagan deixou bem expresso no seu discurso de «justificação»

do ataque à Líbia, ao afirmar que **acções deste tipo se repetirão sempre que os Estados Unidos o considerarem necessário**, numa autêntica proclamação oficial de que o terrorismo de Estado passou a ser um eixo central da política externa norte-americana, como fez notar na ocasião o PCP.

Ao lembrar o trágico acontecimento, passado que foi um ano, importa não apenas recordar a centena de mortos e outros tantos estropiados que daí resultaram, ou ainda os prejuízos materiais provocados na Líbia — e que as imagens tão cruamente documentam — mas sobretudo tornar bem presente os riscos que pesam sobre a humanidade com a existência duma política imperialista tão agressiva como a que se elabora e difunde a

## • Um exemplo do terrorismo de Estado



partir da Casa Branca, que não olha a meios para atingir os seus fins.

### Da calúnia à agressão

Numa breve retrospectiva deste crime contra a Líbia não pode deixar de se referir a intensa campanha de into-

xicação da opinião pública que o antecedeu e as diversas manobras de diversão no campo diplomático que criaram a necessária «cortina de fumo» para que o factor surpresa funcionasse.

O terrorismo foi o pretexto. Invocando provas nunca apresentadas de que a Líbia estaria implicada nos atentados terroristas registados na Europa, em particular os dos aeroportos de

Viena e Roma em Dezembro de 1985, os EUA tentaram primeiro levar os seus aliados a um boicote económico contra aquele país; ao mesmo tempo, de forma bem sincronizada, a imprensa capitalista desenvolve a psicose antilíbia, insinuando aberta ou veladamente a responsabilidade líbia nos sucessivos actos de terrorismo. De nada serviu a iniciativa daquele país de realizar, em Março de 1986, uma Confe-



As imagens que reproduzimos são um testemunho elucidativo do crime cometido pelos Estados Unidos contra a Líbia, há um ano, e um dramático desmentido das afirmações que procuraram fazer crer que os alvos então visados eram militares. Homens, mulheres e crianças foram as vítimas inocentes do terrorismo de Estado praticado pela administração Reagan, que «confunde» casas de habitação, escolas e hospitais com «objectivos terroristas».

Um crime que nada pode justificar e tanto mais condenável quando se sabe ter sido levado a cabo a pretexto de falsas «razões» forjadas pelos EUA, como ainda recentemente foi uma vez mais demonstrado num programa realizado pelo Canal 1 da própria televisão britânica que recordou o acontecimento vergonhosamente apoiado pelo governo de Margaret Thatcher.

Um crime que a humanidade não pode permitir que se repita. ■



### Mensagem do PCP ao Congresso do Povo Líbio

No momento em que faz um ano que o imperialismo norte-americano perpetrou a bárbara agressão contra a Líbia, verdadeiro acto de terrorismo de Estado, os comunistas portugueses condenam semelhante agressão e reafirmam a sua solidariedade aos trabalhadores e ao povo da Jamahiriya na sua luta em defesa da independência e soberania da sua pátria.

Esta agressão à Líbia ilustra, por um lado, o carácter belicista da actual Administração dos EUA e, por outro lado, a importância da solidariedade anti-imperialista a fim de fazer recuar os sinistros projectos do imperialismo.

Defendendo para Portugal uma política externa de paz e amizade com todos os povos,

os comunistas portugueses opõem-se firmemente e condenam a utilização do território português para actos de agressão a outros povos e países e exortam todas as forças democráticas e patrióticas a lutarem para pôr termo à submissão de Portugal à estratégia belicista do imperialismo.

Desejando-vos sucessos na vossa actividade em defesa da soberania e independência da vossa pátria e pelo progresso social, reafirmamos a nossa vontade de continuar a agir pelo reforço das relações de amizade entre o PCP e o Congresso do Povo Líbio.

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português  
Lisboa, 14.4.87.

rência Internacional sobre o tema, onde o terrorismo internacional foi condenado em consonância com a resolução da Assembleia Geral da ONU tomada em Dezembro do ano anterior. A campanha de contra-informação continuou, tendo como principal foco de difusão o «Washington Post», que ainda recentemente reconheceu ter sido «usado» pela Casa Branca para alimentar a campanha de calúnias contra a Líbia através do fornecimento de documentos que se veio a verificar serem totalmente falsos.

Como se isso não fosse suficiente, os EUA desdobraram-se em manobras de diversão junto dos seus aliados, procurando juntar apoios contra a Líbia, enquanto no Mediterrâneo as esquadras militares norte-americanas cumpriam uma bem orquestrada manobra de provocação. A realização dos exercícios militares da VI Esquadra no Golfo de Sirte, em Janeiro de 1986, não passou de um balão de ensaio para o criminoso ataque que viria a registar-se três meses depois.

Mas a hipocrisia da administração Reagan foi mais longe. Quando todos os planos de ataque à Líbia estavam já prontos a ser postos em prática, os EUA simulavam esperar pela decisão dos ministros da CEE reunidos em Haia para analisar a situação no Mediterrâneo e enviavam às principais ca-

pitais europeias o representante especial de Reagan, Vernon Walters, com as pseudo-provas do envolvimento líbio no terrorismo.

À hora do ataque contra a Líbia nenhum país, com excepção da Grã-Bretanha, tinha apoiado os planos agressivos da administração norte-americana. Depois dele, apenas Israel o aplaudiu. De forma mais ou menos explícita, todos os países condenaram o terrorismo de Estado e se pronunciaram pela resolução política dos problemas internacionais. O que significa alguma coisa, embora os EUA tenham deixado claro, uma vez mais, que nem a opinião dos seus próprios aliados é tida em conta quando não corresponde à que pretende fazer vingar.

### Perigo permanece

Soube-se depois do ataque à Líbia que os EUA acalentavam a esperança de matar o dirigente Muammar Kadafi, dar oportunidade à pseudo-oposição organizada contra o regime para levar a cabo um golpe de Estado, testar novas armas e reforçar a presença militar norte-americana no Mediterrá-

neo. Se os dois primeiros objectivos falharam, os segundos não deixaram de ter sucesso.

E o que se torna particularmente preocupante é constatar como o domínio dos órgãos de informação se traduziu na prática no rápido esquecimento deste verdadeiro crime contra o povo líbio e contra a humanidade, com se ao imperialismo norte-americano tudo fosse permitido.

Cabe às forças progressistas, a todos os democratas, impedir que tal suceda, pois o perigo de ontem continua presente enquanto o militarismo dominar as principais instâncias de poder nos Estados Unidos. Porque, como afirmava há um ano o Conselho Português para a Paz e Cooperação, o que o ataque dos EUA à Líbia veio pôr em causa foi a soberania dos povos e os próprios fundamentos da Paz, pois nenhum Estado pode arrogar-se o direito ou tem mandato da comunidade internacional para, fora das Nações Unidas e contra as Nações Unidas, como «parte» e «juiz» ao mesmo tempo, «condenar» e «punir» arbitrariamente outro Estado. Este seria e é o caminho da violência, de caos e da guerra nas relações internacionais encetadas pela administração Reagan.

■ AF



## Usar o... PCP

Raramente nas páginas de outros jornais que não sejam os directamente ligados aos comunistas — e bem poucos são! — as palavras e as ideias dos comunistas surgem com a limpeza com que são proferidas, raramente as suas propostas surgem com a clareza que é peculiar no PCP. Raramente mesmo a voz do PCP surge à tona da informação, mesmo da «pluralista» e pública dos meios pertencentes ao Estado, isto é, a toda a gente.

Só por invidias linhas acabamos por ficar a saber da importância, da vitalidade, do peso, da influência de um partido como é o Partido Comunista Português. Por exemplo através da azeda intervenção de um Pacheco Pereira, logo divulgada por uma série de serviços meios de comunicação «social», onde se pôde ler que o distinto catedrático concluiu que, sendo embora o PCP o «melhor» — o mais influente, etc. — é o pior, isto é, o mais «arcaico», etc. Claro que ao catedrático falha a explicação — sendo o PCP tão bom, como será possível ser, ao mesmo tempo, tão mau. A culpa, deixa-se ver, é dos... portugueses...

Mas outro «teórico» da política, volta, nestes conturbados tempos, à carga. Marcelo Rebelo de Sousa, nas páginas do «Semanário», explica por que o «PCP ganha há uma semana»: diz, à molhada, que — «O PCP

entala o PS; usa o PRD; encosta o CDS à parede; obriga o PSD a escolhas ingratas; força o PR a uma intervenção indesejada.» «Está a ganhar em todos os tabuleiros», acusa.

E, se fôssemos tontos, iríamos acreditar. Se a toleima nos impedisse de ver o que tais «elogios» querem significar. Significam o mesmo que os antepassados recentes de MRS pretendiam com o agitar do papão — cuidado que vêm aí os comunistas!

Jogando forte na herança dos preconceitos anticomunistas, Pachecos e Marcelos julgam poder permitir-se o «elogio» ao PCP. Pretendem usar o PCP contra todos os outros democratas. O veneno, porém, tem os seus antidotos e há cada vez mais gente vacinada.

## Malhas

Na chamada para uma substancial artighada de cinco páginas, o «Expresso» introduziu, na sua última edição e com inegável capacidade de síntese, a seguinte questão da actualidade portuguesa: «Um agente secreto espanhol recruta atiradores em Lisboa, um chefe de grupo terrorista vive despercebido em Portugal, um aliciador de mercenários é agente das informações militares e vigia militantes políticos, uma embaixada (dos EUA, recordamos nós) treina a segurança numa academia militar, oficiais protegem autores

## Pontos Cardeais

de atentados: é o caso GAL/Dinfol ou a teia do terrorismo».

A esta exemplar introdução jornalística apuseram os autores o seguinte título: «As malhas que o terrorismo tece». De acordo, aliás, com o remate da entrada, cujo explicita — ó surpresa! — que estamos perante «o caso GAL/Dinfol, ou a teia do terrorismo».

## Rambos

Silvester Stallone, o «Rambo» que ganhou, no cinema, a guerra que os EUA perderam nos campos de batalha do Vietnam, confessou há dias que a sua personagem tinha de ser reformulada. Causa imediata: «Depois de «Platoon», é evidente que o Rambo torna-se ridículo». Admite-se que o Rambo III resolva o impasse liquidando à mão e duma assentada o «Platoon» de uma ponta à outra.

## Furtos... alimentícios

E a gente a pensar que, com a entrada da CEE já tão cá dentro, as coisas iam, pelo menos, reger-se por um nível mais europeu! Engano! Pequenas notícias em insuspeitos jornais dão o tom português e ainda cavaquista, dos brandos costumes neste cantinho à beira-mar ajardinado. Pequena notícia num vespertino: em seis assaltos praticados a escolas nos primeiros dias das férias da Páscoa, os gatunos «contentaram-se com géneros alimentícios»!

Mas afinal que gatunos são estes que não estão à altura da Europa em que nos quisera integrar? Que gatunos são estes que se ficam pelos géneros de primeira necessidade, quando pelas europas, há excedentes que se deitam fora?

Será que, de facto, não estávamos «preparados» para a integração? Ou será que, de facto, a integração não resolve mas agrava problemas tão simples como a fominha que por cá se passa?

## Gazetilha

por Ignotus Sum

## I

Qualquer tolice tem um campo imenso.  
Vejam-me só então  
o que se passa com um tal «consenso»  
na televisão.

Dizem lá com espanto  
pessoas «informadas»  
que existe consenso, quanto  
à opção de eleições antecipadas...

Mas também dizem lá  
quase sem querer  
que de todos os partidos que há  
no Parlamento, só o de Cavaco as quer...

E pelo que se vê  
neste dislate imenso  
no deserto seródio da TV  
o tal **consenso**, enfim, é um... **sem senso**...

## II

A Bolsa de valores torna a ser  
o que era outrora: um foco de infecção:  
a fúria de comprar e de vender  
no grande jogo da especulação.

E diz-nos o governo volta e meia  
que a Bolsa é uma fartura, uma alegria.  
Sim, talvez alguém tenha a bolsa cheia  
mas a bolsa do povo — está vazia...

## III

Corrupção? Enfim,  
cá por mim  
não acrescento mais um ponto aos pontos  
mas até se escreve assim  
num heróico arranco  
preto no branco:  
são trinta milhões de contos...

Sujeitos brincalhões!  
Por causa de trinta milhões,  
Deus nos acuda,  
que protestos gerais!  
Se isto não muda  
deixem passar uns tempos mais  
com o país entregue à bicharada  
e aos tubarões  
da minoria  
e vão ser trinta milhões...  
... por dia...

## IV

A hora está a chegar  
a hora  
em que cada um tem de mostrar  
sem demora  
o que trás nas mãos  
para o tempo febril:  
ou o dinheiro de Judas contra irmãos  
ou o gesto de Abril!

Quem só pensa no tacho  
agora se há-de ver.  
Sabemos, pela TV que o cambalacho  
acaba por perder...

Abaixo o tacho  
abaixo o cambalacho  
e se o Cavaco foi abaixo  
com seus agrestes modos  
e já vai a caminho da penumbra,  
pois unamo-nos todos  
e Abril se cumpra!



# Agenda

Avante!

Ano 57 — Série VII  
N.º 694

16 de Abril de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

 Festa do  
Avante

## Concurso

Entendeu a Direcção da Festa do «Avante!», que se realizará este ano nos dias 4, 5 e 6 de Setembro no Alto da Ajuda em Lisboa, promover um concurso para a elaboração do Cartaz da Festa.

As propostas, a entregar, até ao próximo dia 20/4/87, deverão satisfazer as seguintes normas:

### Normas do concurso

- 1 O Cartaz deverá conter as seguintes ideias de força:
  - Festa/Cor/Alegria/Multidão
  - Juventude/Criatividade
  - Liberdade/Democracia/Paz
  - Trabalho/Luta



- 2 Indicação dos dias da Festa — 4, 5 e 6 de Setembro Alto da Ajuda

- 3 O Cartaz será impresso no formato 50x70 e 70x100, podendo ir até 4 cores

- 4 As maquetas devem ser apresentadas com a dimensão de 35x50

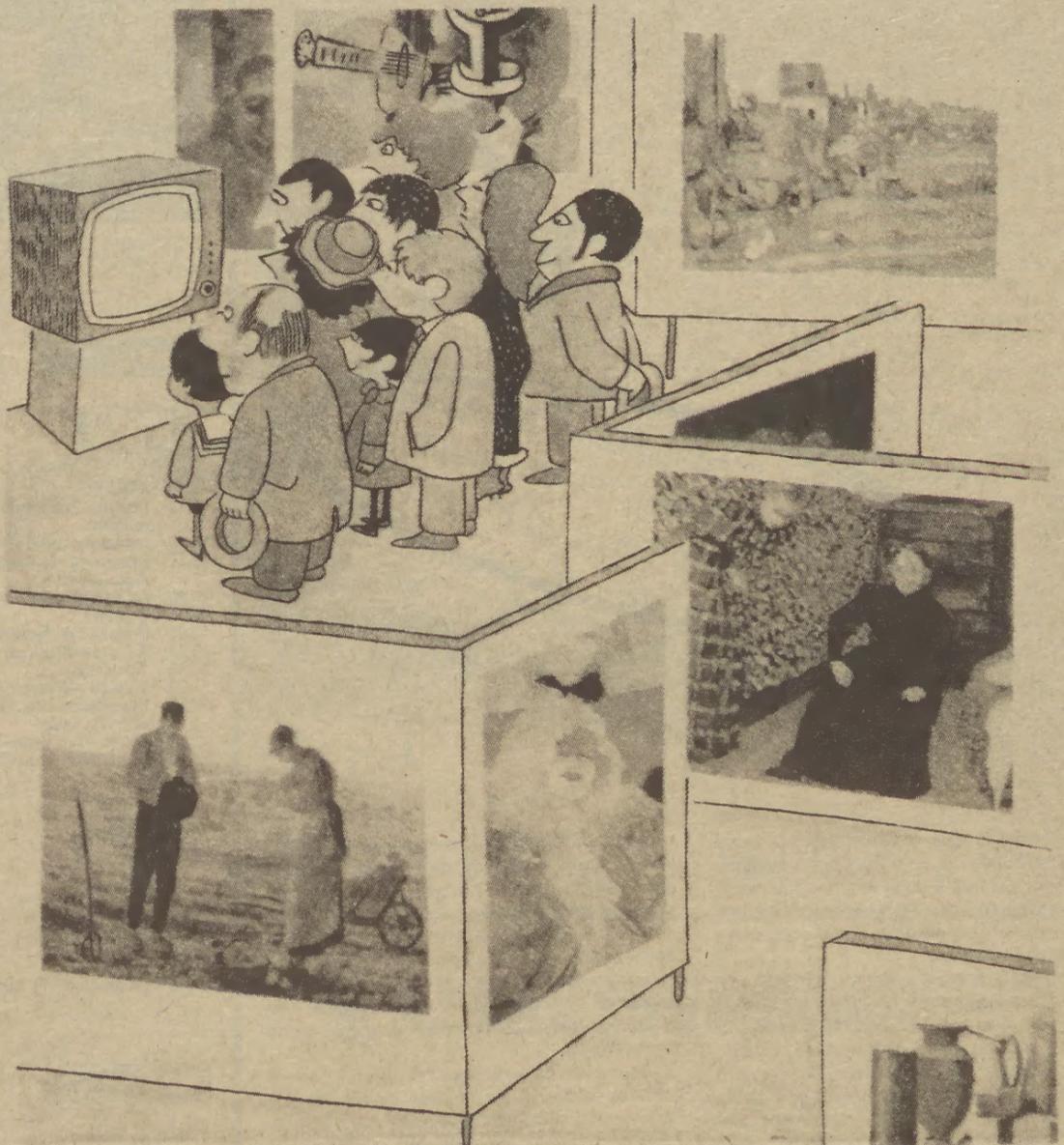
- 5 Prazo de entrega das propostas: até 20 de Abril de 1987 na Avenida António Serpa, 26, 2.º Esq., Lisboa.

As propostas recebidas serão expostas, no âmbito da Festa do «Avante!» de 1987

# ABRIL

As próximas comemorações do 25 de Abril adquirem este ano um significado especial, dado que se realizam num momento culminante da crise política e em vésperas das decisões relativas à sua solução. Por isso, todos os democratas devem dar o mais amplo e vigoroso apoio à preparação e participação nas comemorações do 25 de Abril, para que sejam uma afirmação inabalável da vontade democrática e popular de uma solução da crise conforme com os interesses do Povo e do País.

ANTOLOGIA



PERGLER, Vladimír, Checoslováquia — in «Catálogo da 1.ª Bienal Internacional de Caricatura — Gabrovo 1973.

 **CONTRA  
PONTO**

Contraponto  
é um programa de  
informação em vídeo

Neste contraponto de Abril pode ver:

- Demissão do Governo Cavaco Silva
- Situação Social
- 66.º Aniversário do PCP
- As Lutas Estudantis
- Situação Internacional
- Teledisco de Bruce Springsteen
- Reportagem sobre a Marcha da Reforma Agrária

e ainda «Com Abril Portugal Renasceu» — breve documentário sobre o 25 de Abril e 1.º de Maio

Para informações e pedidos:  
SIP do PCP  
Rua Soeiro Pereira Gomes, 1,  
1699 Lisboa Codex  
Tel. 77 91 42



# Cinema

A seleção

# Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Balada da Praia dos Cães	—	★★★	★★	★★★	★★★
<b>B</b>	A Cor do Dinheiro	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
<b>C</b>	O Local do Crime	★★★	★★★★	★★★	—	—
<b>D</b>	Matador	★★	★★★	★★	—	—
<b>E</b>	Perigosamente Juntos	—	—	★★	—	—
<b>F</b>	Platoon - Os Bravos do Pelotão	★★★★★	★★★★	★★★	★★★	★★★★★
<b>G</b>	Therése	★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—

Classificação de \* a \*\*\*\*\*  
 A — Real. José Fonseca e Costa — Cine Portela (16.00, 21.45), Igoper (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.  
 B — Real. Martin Scorsese — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.  
 C — Real. André Techiné — Quarteto/3 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 D — Real. Pedro Almodovar — Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 E — Real. Ivan Reitman — Cinebloco (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 F — Real. Olivier Stone — Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Hollywood/1 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 23.45), Las Vegas/1 (15.15, 18.15, 21.30), Fonte Nova/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 G — Real. Alain Cavalier — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.

• LISBOA

**Alberto Gordillo**, Escultura e joalheria. Galeria da Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A (até 24-4).  
**Alda Nobre, Madalena Coelho e Pedro Tutela** — Pintura. Galeria Bertrand do Chiado, Rua Garrett.  
**Alvaro Carneiro** — Escultura. Sociedade Nacional de Belas Artes. Rua Barata Salgueiro, 36. Das 14.00 às 20.00. Inaugura dia 1 (até 26/4).  
**Amaral da Cunha** — Escultura. Galeria Quadrado, Coruchéus. Das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (excepto domingos).  
**Ana Leonor** — Pintura e Serigrafia. Instituto Alemão. Campo Mártires da Pátria, 37 (até 29/4).  
**«Artistas da Paula Cooper Gallery»** — Galeria EMI/Valentim de Carvalho. Palácio das Alcáçovas, Rua Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom., das 15.00 às 19.00 (até 24/4).  
**Auzenda Coelho Castro**, Fotografia. Clube Cinquenta, Rua S. Mamede ao Caldas, 9-1.ª. De 3.ª a 6.ª das 17.30 às 20.30, sáb. das 15.00 às 20.00 (Até 6-5).  
**Ben Nicholson**, Pintura. Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.  
**I Bienal Infanto-Juvenil de Letras e Artes** — Sociedade de Língua Portuguesa, Rua de São José, 41-2.ª (até ao fim de Abril).  
**Carlos Barroco** — Pintura. «Bar Atlântico», Galeria Novo Século, Rua do Século 23-A (até 20/4).  
**Colectiva de Pintura e Homenagem a Carlos Botelho** — Galeria de Arte da Cervejaria Trindade, Rua Nova da Trindade (até 24/4).  
**Colectiva** — De Isabel Augusto Ivo, Mateus, Rui Matos e Teresa Silva, Poligrupo/Renascença, R. Ivens, 14.  
**Colectiva** — Pintura de Batarda, João Hogan, Jorge Martins, Menes, António Sena, Nikias Skopinikis e João Vieira. Av. Roma, 11-A.

**Costa Pinheiro** — Pintura. Galeria «111», Campo Grande, 113, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.30.  
**Dominguez Alvarez** — Pintura. Galeria Almada Negreiros. Secretaria de Estado da Cultura, Av. da República, 16.  
**Espiga Pinto** — Pintura. Triângulo 48. Av. Vasco da Gama, 48-A (ao Restelo).  
**«Expresso do Norte»** — Galeria Pequeno Formato, Rua do Teixeira, 25, r/c. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 20.00; sáb. das 15.00 às 19.00 (25/4).  
**Inácio Matsinhe** — Oficina Galeria de Arte, Escadinhas do Arco da D. Rosa, 7 (a Alfama). Das 10.00 às 20.00.  
**Índios da Amazônia** — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo, 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).  
**«A Inquisição em Portugal»** — biblioteca iconográfica. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb./10.00 às 17.00 (até 31/4).  
**Os Instrumentos Musicais e Viagens dos Portugueses** — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira (Restelo).  
**João Camacho** — Gravura. Galeria Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18-C (até 24/4).  
**João Filipe Vieira** — Pintura. Cisterna da ESBAL (até 2/5).  
**João Vieira** — Guaches. Atelier 2, Rua da Emenda, 66-3.ª. (Até 30/4).  
**José Azevedo** — Aguarelas. Atrium da Imprensa, Rua da Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 20.00 (até 28/4).  
**José Luís Guimarães** — Fotografia. Associação Portuguesa de Arte Fotográfica. Rua das Chagas, 17-2.ª dt.ª. 3.ª a 6.ª das 18.30 às 22.30 (até 28/4).  
**Leonel Moura** — Atelier de Troupa Real, Rua da Horta Seca, 11-2.ª dt.ª.  
**«Litoral»** — Pintura e escultura. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Diariamente das 14.00 às 20.00 (até 30/4).  
**Manuel Gantes** — Pintura, desenho, formas pintadas. IAM Galeria, Rua da Misericórdia, 92-1.ª. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 22.00 (até 22/4).  
**Manuel Nascimento** — Pintura. Espaço Maria Lamas — MDM — Av. Duque de Loulé, 111-4.ª. Todos os dias (excepto domingos) das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 27/4).  
**Maria Soares** — Pintura. Atelier 15, Rua Freitas Gazul, 24. De 2.ª a 6.ª das 18.00 às 22.00 (até 30/4).  
**Mário Botas** — (retrospectiva). Galeria Altamira, Av. Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 20/4).  
**Mário Castanheira** — Cerâmica. Museu Nacional do Azulejo. Convento da Madre de Deus. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (31/4).  
**Mike Felten** — Pintura. Galeria de Arte da livraria Bertrand (ao Chiado).  
**H. Mourato** — Pintura. Galeria Paulino Ferreira, Rua Nova da Trindade, 18-B. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 12.30 e das 14.30 às 19.00; sáb. das 9.00 às 13.00.  
**Museu Nacional de Arte Moderna** — Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16. Todos os dias (excepto 2.ª), das 10.00 às 12.00.  
**Nadir Afonso**, pintura (retrospectiva, anos 40 a 80). Gal. Bertrand, R. Anchieta (Chiado).  
**Pedro Amâncio** — Gal. de Artes 6.0.1, Centro Comercial S. João de Deus, Av. António José de Almeida, 7, 3.ª a dom., 12.00 às 20.00.  
**Pedro Homem de Melo** — «O Orgânico e Geométrico». Espaço Poligrupo/Renascença, Rua Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00; sáb., das 9.00 às 14.00.  
**Pepe Diniz** — «Notas Novaioquinas», fotografia. Gal. Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00.  
**Rita Tristany** — Desenhos. Sala Boca de Cena, Rua Duque de Palmela, 6-A. De 2.ª a 6.ª das 16.30 às 24.00, sáb. e dom. a partir das 21.00 (até 24/4).  
**Rui Sanches** — Pintura — «Preto e Branco». Galeria Diferença, rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom., das 16.00 às 19.00. Inaugura hoje (até 3/5).  
**Sérgio Pombo** — Pintura. Galeria Quadrado. Rua Alberto de Oliveira, 52 (Coruchéus). De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 24/4).  
**Yersan** — Gravura e litografia. Galeria de Exposições Temporárias, Fundação Gulbenkian, Av. de Berna, 45. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.  
**Valente Alves** — Fotografia. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Diariamente das 14.00 às 20.00. Inaugura a 6 (até 26/4).  
**Vienna 1900, apresenta-se** — Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Todos os dias das 14.00 às 20.00.  
**Vitor Costa** — Pintura. Galeria Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.ª. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 4/5).

tes, Rua Barata Salgueiro, 36. Diariamente das 14.00 às 20.00 (até 30/4).  
**Yersan** — Gravura e litografia. Galeria de Exposições Temporárias, Fundação Gulbenkian, Av. de Berna, 45. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.  
**Valente Alves** — Fotografia. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Diariamente das 14.00 às 20.00. Inaugura a 6 (até 26/4).  
**Vienna 1900, apresenta-se** — Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Todos os dias das 14.00 às 20.00.  
**Vitor Costa** — Pintura. Galeria Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.ª. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 4/5).

• OUTRAS LOCALIDADES

**Colectiva** — Pintura. Loja de Arte, Largo Comandante Augusto Mardureira, lote 89, loja dt.ª. Terça, sáb. e dom., das 15.00 às 20.00 — ALGÉS.  
**Bartolomeu dos Santos** — «30 Anos de Gravura». Galeria da Universidade, Av. Central, 61. De 2.ª a sáb. das 14.00 às 18.00 (até 30/4) — BRAGA.  
**«Horizontes Matemáticos»** — Museu Nacional da Ciência e da Técnica, Rua Fernandes Tomás, De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00 (até 30/4) — COIMBRA.  
**Oscar d'Almeida** — Associação Académica de Coimbra, Centro de Estudos de Fotografia, Rua Padre António Vieira — COIMBRA.  
**Colectiva** — Desenho, pintura e escultura. Galeria de Consciência, Rua Luís de Camões, De 4.ª a dom., das 14.00 às 20.00 (até 21/4) — CONSTÂNCIA.  
**Lurdes Abraços** — Pintura sobre porcelana. Galeria de Arte do Casino Estoril. Diariamente das 15.00 às 24.00 (até 26/4) — ESTORIL.  
**Chichorro** — Pintura Pousada de Palmela — PALMELA.  
**«Resistência Alemã 1933-1945»** — Museu Nacional de Peniche (até 19/4) — PENICHE.  
**José Saraiva-Oliveira Fletcher** — Pintura. Galeria de Arte de S. Filipe, todos os dias das 10.00 às 22.00 (até 24/4) — SETÚBAL.  
**Maurício Abreu** — Fotografia. «Arrábida de Sebastião da Gama na poesia» — Casa do Bocage, Galeria Municipal — SETÚBAL.  
**Rui Mesquita** — Fora de Moda, Rua Baluarte do Socorro, 20. Todos os dias das 16.00 às 20.00 (até 19/4) — SETÚBAL.  
**Orivesaria** — Coleção do Palácio Nacional da Pena. (Até 31/5). Palácio da Pena — SINTRA.  
**Carlos Lança** — Pintura. Galeria de Arte de Tavira, Rua Jacques Pessoa, 17. Das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 17/4) — TAVIRA.  
**Colectiva** — Bual, Cargaleiro, Cesariny, Dourdiel, Gitelo, Matilde Marçal. Galeria Neurgargama. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00; sáb., das 10.00 às 13.00 e das 17.00 às 18.00; dom., das 17.00 às 18.00 (até 18/4) — TORRES NOVAS.  
**Fotografia Contemporânea Mundial** — Centro Cultural Regional, Rua Tenente Manuel Maria Bessa Monteiro, 3 — VILA REAL.

• PORTO

**António Olalo** — Pintura «Quem Matou a Porteira». Galeria Romana e Pavia, Rua D. Manuel II, 346-B. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 20.00 (até 21/4).  
**Dário Alves** — Pintura. Galeria EG. Caminho da Fonte Nova de Cima 33/130. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.  
**Darocha** — Pintura. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80 (até 6/5).  
**Filipe Rocha da Silva** — Desenhos. Cooperativa Arvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 23.30, sáb. das 15.00 às 19.00 e das 21.00 às 23.00, dom. das 14.30 às 18.30 (até 19/4).  
**Guarmon Palma** — Escultura e desenho. Galeria Quadrado Azul, Rua de Costa Cabral, 777, Loja 8. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 22.00, sáb. e dom. das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00 (até 6/5).  
**Julio Resende** — Oleos e aguarelas. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. De 3.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e 15.30 às 19.30; sáb. e dom., das 15.30 às 19.30.  
**Manuel Botelho** — Pintura e desenho. Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb., das 16.00 às 20.00 (até 6/5).  
**Mário Cabrita Gil** — Fotografia. Cooperativa Arvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 23.30, sáb. das 15.00 às 19.00 e das 21.00 às 23.00, dom. das 14.30 às 18.30 (até 19/4).  
**Marrucho** — Pintura. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. De 3.ª a 6.ª, das 10.00 às 12.30 e das 15.30 às 19.30; sáb. e dom., das 15.30 às 19.30.  
**Pedro Chorão** — Pin-

# Teatro

O Cartaz

• LISBOA

**1.º Acto**, R. Eduardo Augusto Pedrosa, 16-A, Algés. Alzira Power, pelo Grupo Teatro Espaço, enc. de Águeda Sena.  
**Comuna**, Pç. de Espanha. De 3.ª a sáb., 21.30; dom., 17.00. Victor — ou as Crianças no Poder, de Roger Vitrac, enc. João Mota.; sáb. e dom., às 17.00 — O Tesouro, de Eça de Queirós.  
**Grupo de Teatro da Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul** — Av. D. Carlos I, 61-1.ª. Morte no Balro, de Alfonso Sastre, enc. de Hermínio Fernandes. Sábado, às 21.30 e domingo às 16.00.  
**Maria Matos**, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb., 20.30 e 22.45; dom., 16.00, 20.30 e 22.45. Escrita em Dia, nova versão de isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.  
**Sala de Teatro do IFICT**, Rua de Santiago, 19 (junto ao Miradouro de St.ª Luzia). 2.ª, 3.ª e 4.ª, às 19.00; 5.ª, 6.ª e sáb., às 21.30. Um Jipe em Segunda Mão, de Fernando Dacosta, pelo Grupo de Teatro Maizum, enc. de Adolfo Gutkin (até 25/4).  
**Teatro Aberto**, Praça de Espanha, 2.ª a 5.ª, às 21.30; dom., 16.00 e 21.30. O Jardim das Cerejas, de Anton Tchekov, enc. de João Lourenço.  
**Teatro Estúdio de Lisboa**, Teatro Vasco Santana, Entrecampos, 3.ª a sáb., às 21.30; dom., às 17.00.  
**Sylvia Plath** — Quem a Matou?, de Barry Kyle, enc. Luzia Maria Martins.  
**Teatro Ibérico**, Convento de Xabregas, R. Xabregas, 54. Todos os dias às 11.00. Quem Tem Farellos e O Pranto de Maria Parda, de Gil Vicente, criação colectiva com coordenação cénica de Bianco-Gil.  
**Teatro Laura Alves**, Rua da Palma, 251. Diariamente às 20.30 e 22.45; dom. às 16.00. Cá Estão Eles!, de César de Oliveira e Varela Silva.  
**Teatro Nacional D. Maria II**, Rossio. De 3.ª a sáb. às 21.30; dom., às 16.00. Anatel, de Artur Schnitzler, enc. Ricardo Pais.  
**Variiedades**, Parque Mayer. De 3.ª a dom., às 21.30; dom., às 16.00. Aqui Há Fantasmas. Texto e enc. de Henrique Santana.

**gas**, R. Xabregas, 54. Todos os dias às 11.00. Quem Tem Farellos e O Pranto de Maria Parda, de Gil Vicente, criação colectiva com coordenação cénica de Bianco-Gil.  
**Teatro Laura Alves**, Rua da Palma, 251. Diariamente às 20.30 e 22.45; dom. às 16.00. Cá Estão Eles!, de César de Oliveira e Varela Silva.  
**Teatro Nacional D. Maria II**, Rossio. De 3.ª a sáb. às 21.30; dom., às 16.00. Anatel, de Artur Schnitzler, enc. Ricardo Pais.  
**Variiedades**, Parque Mayer. De 3.ª a dom., às 21.30; dom., às 16.00. Aqui Há Fantasmas. Texto e enc. de Henrique Santana.

**Inferno**, de Gil Vicente, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª, às 10.30 e 15.30, enc. de Carlos César.  
**Para Crianças**  
**• LISBOA**  
**Comuna**, Praça de Espanha, sáb. e dom., às 15.00. Sala 1: O Tesouro, de Eça de Queirós, enc. de Geraldo Tucho e Zé Gouveia.  
**As 17.00, A Viagem**, de Sophia de Mello Breyner, pelo Teatro o Bando, enc. de João Brites.  
**TIL** — Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb., dom. e feriados, às 15.30. O Choupo Andarilho, de Ferreira Caetano, enc. Kim Cachopo. às 17.30, sáb., dom. e feriados «O Avestruz Mecânico», histórias de José Lemos.

**• SETÚBAL**  
**Teatro de Bolso**, pelo Teatro de Animação de Setúbal, de 5.ª a dom. às 21.30. Até Amanhã, sobre textos de Jaime Salazar Sampaio.  
**Auto da Barca do**

# ...e ainda

Música, debates, etc.

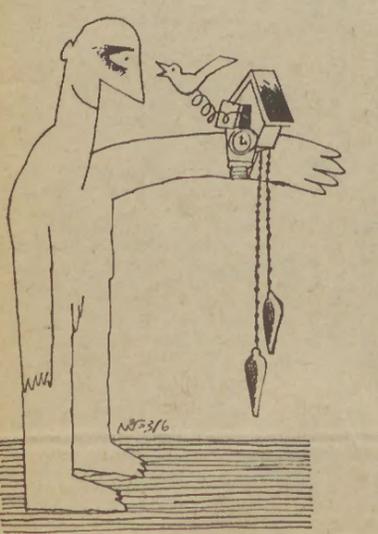
**Cinema**  
 O ABC Cine-Clube de Lisboa, apresenta na próxima terça-feira 21, na Sociedade

Portuguesa de Autores, às 18.45, Documentários de Heynowski & Scheumann: «Imagens Marginais da África do Sul»

RDA/1981 e «Eu Fui, Sou e Serei» RDA/1973.  
 Cinemateca Portuguesa, Rua Barata Salgueiro, 39, prossegue o ciclo Francis Ford Coppola em Contexto: «A História de um Fotógrafo», dia 20, às 18.30, às 21.30 «Um Lance no Escuro», leg. em português; dia 21, às 18.30 «América, América, Para Onde Vais?».

Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C. As 19.00 e 22.00; sáb. dom. e fer., às 16.00, 19.00 e 22.00. Cópias legendadas em português, do Ciclo Newman//Cruise: dias 16 e 17, «Dois Homens e um Destino»; dias 18 e 19, «Um Homem»; dias 20 e 21, «A Golpada».

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. Cinema Surrealista: «Ballet



Mécanique», de Fernand Leger/1924; «Entr'Acte» de René Clair/1924; «Cinq Minutes de Cinéma Pur», de H. Chomette/1925; «La Coquille et le Clergyman», de G. Dullac/1928; «Le Retour à la Raison», de Man Ray/1923; «Le Mystère du Chateau de Des», de Man Ray/1929.  
 Cinema do Ambiente (filmes integrados no Ano Europeu do Ambiente), dia 21: «Anatomie du Paysage», de P. Pinchermel/1977; «Logique Écologique», de D. Martineau/1985; «Entre Terre et Mer», de M. Terrasse/1983; «Richesse et Perturbations d'Un Écosystème Côtier D'Europe Occidentale», de Treguer/1984.



pretam Música da Renascença, Polifonia Portuguesa do século XVII e Música Barroca.

## Tempo Fim de Semana

Segundo a antevisão do Instituto de Meteorologia e Geofísica, na 6.ª feira o céu estará pouco nublado e o vento será fraco ou moderado de Sul. Sábado, no Norte, o céu estará geralmente muito nublado com períodos de chuva fraca; no Sul o céu estará pouco nublado e o vento será fraco. Domingo, céu geralmente muito nublado com neblinas ou nevoeiros matinais.

# a TV

## RTP: cabeça de um lado, coração do outro...

Uma observação, mesmo ligeira, sobre a programação agora inaugurada, prova uma cada vez maior sujeição à influência americana nas horas de maior audiência.

A produção nacional pode ocupar maior percentagem de tempo de antena mas, em primeiro lugar, nessa produção há material estrangeiro incorporado, com muita frequência. Acontece ainda que os horários são os mais pobres, e o interesse dessa produção muito restrito, na maior parte dos casos.

Economicamente, o «Portugal oficial» «entrou» na Europa, mas o «Portugal oficioso», ideologicamente está noutro sítio...

## Os cordelinhos da intriga

Poucas situações se teriam mostrado tão férteis em conclusões benéficas para a comunidade europeia, como a visita de Gorbatchov à Checoslováquia.

Assim não entendeu o **Telejornal** que, pura e simplesmente, optou pela confusão, pela especulação, pela intriga. O veneno esteve presente desde a primeira hora e com os mais variados pretextos. Repare-se neste pormenor: segundo o **Jornal de Sábado**, «a visita de Gorbatchov foi aparentemente marcada por grande cordialidade...»

Quando é que a RTP compreenderá que não pode seguir as pisadas da imprensa de extrema-direita?

## Repetir — para convencer...

Os telespectadores portugueses estão informados das condições para a solução da crise, apontadas pelo PCP e apresentadas por Álvaro Cunhal.

Dia-a-dia se justifica a sua exigência da formação de um governo democrático para o caso de se adoptar por eleições antecipadas. Só quem vê televisão com alguma assiduidade é que alcança o grau de influência a que os espectadores estão sujeitos.

Só um exemplo: a declaração de Cavaco Silva, antes de partir para a China, vincando a necessidade de eleições antecipadas, foi repetida exaustivamente, em todos os noticiários desse dia!

Isto não é caso isolado. Isto é o que a casa gasta, com o maior desprante. Questão que tem de ser resolvida com a máxima urgência.

## A tática de enfiar barretes...

Tal declaração de Cavaco, a que a RTP, como já disse, deu a máxima cobertura, assenta num pressuposto falsificado a partir da base.

Tese de Cavaco: o Governo acha que o Governo governa bem; o Parlamento acha que o Governo governa mal. Então as eleições que decidam quem tem razão...

Nítida operação de enfiar barretes. Porque havendo embora planos específicos da acção, é ao Parlamento (e não ao Governo) que compete julgar da actuação do Governo. Em caso de situação de grave instabilidade, havendo necessidade de um tira-teimas, nunca tal função ao Governo pertenceria estabelecer.

A governação de Cavaco Silva tem-se mostrado fértil em sofismas e artificios. Acrescente-se mais um...

## Quem não se sente não é político coerente

Ao crítico de televisão compete-lhe estar ciente dos efeitos da TV, das suas relações e compromissos com a sociedade.

Sendo a RTP uma rede estatal, compete-lhe defender os valores do Estado. Esses valores são estabelecidos pela Constituição. Pela Constituição, pois, e nunca pelos interesses do Governo deve a RTP definir a sua acção.

Acham os leitores e espectadores que assim tem acontecido com a RTP?...

Nesta coluna várias vezes se tem apontado as mil e uma maneiras como o Governo manipula a Televisão. Ainda há dias, dizia um representante do PRD, na Televisão: «Registo a oportunidade que a Televisão me dá e que só peço por ser tardia...»

No momento de crise que o País atravessa, não pode a RTP estar de um lado, contra outros lados. A cura da cavaquite aguda é impossível com a manutenção deste Governo.

A atenção de todos aqueles que a RTP marginaliza...

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Mais revelações da crise

As pressões dos analistas de direita no sentido de evitar a substituição do derrotado governo por outro governo saído de um consenso democrático na actual AR assumem tom catedrático de autênticas lições ao Presidente da República. São três recortes destas «sebentas» de assistentes do prof. Cavaco que hoje deixamos ao leitor. Isto é que é saber!

### Lições ao Presidente, I: a factura e o aval

«Uma das curiosidades do actual momento político é a desintonia que parece verificar-se entre os interesses do Partido Socialista e os interesses do dr. Mário Soares.

Na presente crise, esperava-se de facto que o PS facilitasse ao máximo a vida ao Presidente da República, não tomando nenhuma iniciativa que complicasse a sua decisão.

Ora não é isto o que se está a passar.

(...) Na verdade, se Vítor Constâncio lhe apresentar um Executivo que disponha à partida de uma maioria no Parlamento, que razões terá o Presidente para não aceitar tal solução?

No entanto, é óbvio que este cenário não conviria ao actual Presidente da República.

Por três razões, todas elas poderosas.

Primeiro porque, empossando um Governo desse tipo, Mário Soares seria acusado de estar a promover a solução defendida por toda a esquerda, isto é, de estar a pagar a factura do apoio que a «maioria de esquerda» lhe deu há um ano e que lhe permitiu vencer Freitas do Amaral.

Em segundo lugar, porque uma solução de Governo dependente no Parlamento do general Ramalho Eanes não agradaria naturalmente ao Presidente da República.

Em terceiro lugar porque, ao optar pela formação de um novo Governo em vez de convocar eleições, Soares ficaria na posição de avalista dessa fórmula governativa — e, assim, sendo, viria inevitavelmente a ser responsabilizado por todas as fraquezas que ela viesse a revelar.»

(J. António Saralva, director do «Expresso», «Expresso», 11 Abril)

### Lições ao Presidente, II: os enviesamentos edipianos

«E chegamos a outro ponto importante: o Presidente da República. Na sua perspectiva, que é simultaneamente a de instituir um lugar arbitral acima dos partidos e a de assegurar as condições estratégicas para um segundo mandato, o Presidente da República seria, como é óbvio, o mais envolvido numa solução deste tipo: a sua ligação ao Partido Socialista faria que este Governo aparecesse sempre aos

olhos da opinião pública como o seu Governo. Por outro lado, a própria fragilidade institucional do Governo implicava para o Presidente um regime de protecção quase maternal — com todos os enviesamentos edipianos que daí poderiam resultar.

(...) Mas há mais. O Presidente da República tem procurado desenvolver toda a sua actuação segundo um modelo de convivência e capacidade de diálogo com a direita e com a esquerda. Isto não significa que esteja desde já a formar a maioria para a sua reeleição, mas significa que qualquer maioria que o venha a eleger incluirá imprescindivelmente aqueles que o escolhem porque o consideram um factor de equilíbrio para o país. Mário Soares dificilmente poderá tomar uma decisão que constitua uma desilusão para faixas decisivas do seu eleitorado, ou que possa constituir pretexto para que se venha a dizer (e isso seria um golpe profundo na sua imagem):

«Final, andou-nos a enganar». Tal decisão não deve constituir um factor de desequilíbrio que o empurre subitamente para uma parte da esquerda no interior da esquerda.»

(E. Prado Coelho, ex-dirigente da candidatura Pintasilgo, «Expresso», 11 Abril)

### Lições ao Presidente, III: a política não presta, deixem-na p'rá direita!

«Em contrapartida, se por esquerda se entender a ala reformista ou transformista das sociedades liberais, a moderação pode ser entendida como uma coisa positiva. Corresponde ao abandono das promessas mágicas de redenção social e à adopção de uma «engenharia social parcelar»: vamos ver o caso a caso o que pode ser melhorado e imaginar soluções que talvez contribuam para isso.

Esta postura de esquerda moderada, e talvez moderna, partilha com o bom senso uma convicção fundamental: não confia excessivamente na política, não espera dela a chuva ou o bom tempo, recebe mesmo dar-lhe demasiado poder. Há mais coisas no céu e na terra do que as que cabem na melhor teoria política. E a melhor teoria política é aquela que, tendo consciência dos seus limites, propõe-se basicamente garantir um espaço amplo e tão previsível quanto possível para os planos de vida individuais. Liberdade e confiança para estabelecer planos de vida independentes têm sido, apesar de tudo, os melhores condimentos do bem-estar das nações.»

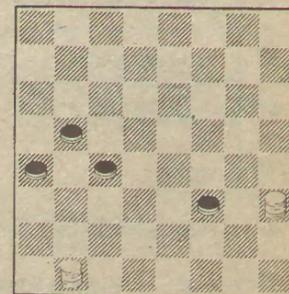
(J. Carlos Espada, ex-UDP, conselho da Presidência da República, «Expresso», 11 Abril)

## Damas

XCVIII — 16 de Abril de 1987  
PROPOSIÇÃO N.º 98

Por: Luís António David  
«Enigma» N.º 4, 1952

Br: (4)-(9) Pr: 10-15-16-20



Jogam as brancas e ganham

Jogo N.º 98  
Almada, 1977.VII.9

Br: H. Medalha da Silva  
Pr: Artur C. Gomes

1. 12-16, 21-18; 2. 10-14, 23-19; 3. 14-23, 28-19; 4. 5-10, 27-23; 5. 1-5, 25-21; 6. 10-13, 21-17; 7. 5-10, 32-28; 8. 11-14, 18-11; 9. 7-14, 24-20; 10. 13-18, 22-13; 11. 9-18, 28-24; 12. 18-21, 31-27; 13. 4-7, 27-22; 14. 7-12, 22-18; 15. 21-25, 18-21; 16. 6-22, 26-19; 17. 3-6, 20-15; 18. 10-14, 19-3; 19. 12-28 empate.

GOLPE N.º 98

Por: Dr. Orlando A. Lopes, 1951  
1. 10-14, 22-19; 2. 5-10, 26-22; 3. 1-5, 22-18; 4. 12-15, 19-12; 5. 8-15, 23-20; 6. 14-19, 27-23; 7. 10-14, 20-16; 8. 6-10, 23-20; 9. 10-13! Perden-te! (Br: 2-3-4-5-7-9-11-13-14-15-19 Pr: 16-18-20-21-24-25-28-29-30-31-32); jogam as pretas e ganham.

SOLUÇÕES DO N.º XCVIII

N.º 98 (LAD): 9-22, 16-12; 22-13, 10-5; 4-11, 15-6; 13:1!!!!

Golpe N.º 98 (Dr. OAL): 9. ...., 30-26; 10. 13-22, 28-23; 11. 19-28, 26:1+

A. de M. M.

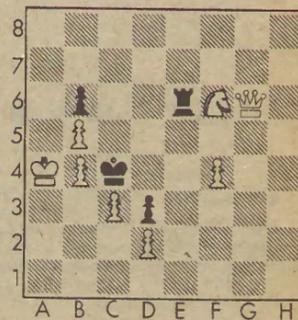
## Xadrez

XCVIII — 16 de Abril de 1987  
PROPOSIÇÃO N.º 98

Por: Th. Herlin  
«La Palamede», 1846

Pr.: (4): Ps. b6,d3-T66-Rc4

Br.: (8): Ps. b4,b5,c3,d2,f4-Cf6-Dg6-Ra4



Mate em 2 lances

JOGO N.º 98

Campeonato da URSS  
Br.: Yussupov  
Pr.: Tchekovsky

1. d4, Cf6; 2. c4, g6; 3. Cc3, d5; 4. Cd5, C:d5; 5. e4, C:c3; 6. b:c3, Bg7; 7. Bc4, O-O; 8. Cc2, c5; 9. O-O, Cc6; 10. Bc3, Ca5; 11. Bd3, b6; 12. Tc1, Dc7; 13. Dd2, Bb7; 14. Bh6, Tad8; 15. h4, Dd6; 16. d5, c4; 17. Bc2, e6; 18. B:g7, R:g7; 19. f4, f5; 20. Cd4, f:e4; 21. d:e6, Cc6; 22. f5, C:d4; 23. c:d4, Dd7; 24. Ba4, T:f5; 25. T:f5, g:f5; 26. Df4, Bd5; 27. Dd5+, Rg6; 28. Tc3, f4; 29. h5-e as pretas abandonam.

SOLUÇÃO DO N.º 98

Chave: 1. Cd5!

1. ...., T joga horiz; 2. Cc3++  
1. ...., T joga vert.; 2. C:b6++

A. de M. M.

## Já à venda

Proletários de todas as pátrias: UNI-VOS!

# O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

## O Governo Cavaco Silva foi derrotado

### Continua a luta por um governo democrático

- Sobre o 17.º Balanço Geral da Organização
- O PCP e o Poder Local. As novas tarefas e algumas questões de organização partidária

ESTIMAMOS PELA SUA LEITURA